

4

**MATERIAL DO
PROFESSOR**

- **Produção
de texto**

**LINGUAGENS, CÓDIGOS
E SUAS TECNOLOGIAS**



**DOM
BOSCO**
by Pearson

PRÉ-VESTIBULAR
EXTENSIVO

4

**MATERIAL DO
PROFESSOR**

- **Produção
de texto**

**LINGUAGENS, CÓDIGOS
E SUAS TECNOLOGIAS**

DOM BOSCO - SISTEMA DE ENSINO
PRÉ-VESTIBULAR 4
Linguagens, códigos e suas tecnologias.
© 2019 – Pearson Education do Brasil Ltda.

Vice-presidência de Educação	Juliano Melo Costa
Gerência editorial nacional	Alexandre Mattioli
Gerência de produto	Silvana Afonso
Autoria	Rodrigo Noronha
Coordenação editorial	Luiz Molina Luz
Edição de conteúdo	Éverton Silva
Assistência de edição	Diogo Souza
Leitura crítica	Antônio Góes Neto
Preparação	Sérgio Nascimento
Revisão	Luzia Rodrigues
Gerência de Design	Cleber Figueira Carvalho
Coordenação de Design	Diogo Mecabo
Edição de arte	Débora Lima, Ariane Lima
Coordenação de pesquisa e licenciamento	Maiti Salla
Pesquisa e licenciamento	Cristiane Gameiro, Heraldo Colon, Andrea Bolanho, Sandra Sebastião, Shirlei Sebastião
Ilustrações	Carla Viana
Projeto Gráfico	Apis design integrado
Diagramação	Editorial 5
Capa	Apis design integrado
Imagem de capa	inoby/istock
Produtor multimídia	Cristian Neil Zaramella
PCP	George Baldim, Paulo Campos

Todos os direitos desta publicação reservados à
Pearson Education do Brasil Ltda.

Av. Santa Marina, 1193 - Água Branca
São Paulo, SP – CEP 05036-001
Tel. (11) 4210-4450

www.pearson.com.br

APRESENTAÇÃO

Um bom material didático voltado ao vestibular deve ser maior que um grupo de conteúdos a ser memorizado pelos alunos. A sociedade atual exige que nossos jovens, além de dominar conteúdos aprendidos ao longo da Educação Básica, conheçam a diversidade de contextos sociais, tecnológicos, ambientais e políticos. Desenvolver as habilidades a fim de obterem autonomia e entenderem criticamente a realidade e os acontecimentos que os cercam são critérios básicos para se ter sucesso no Ensino Superior.

O Enem e os principais vestibulares do país esperam que o aluno, ao final do Ensino Médio, seja capaz de dominar linguagens e seus códigos; construir argumentações consistentes; selecionar, organizar e interpretar dados para enfrentar situações-problema em diferentes áreas do conhecimento; e compreender fenômenos naturais, processos histórico-geográficos e de produção tecnológica.

O Pré-Vestibular do Sistema de Ensino Dom Bosco sempre se destacou no mercado editorial brasileiro como um material didático completo dentro de seu segmento educacional. A nova edição traz novidades, a fim de atender às sugestões apresentadas pelas escolas parceiras que participaram do Construindo Juntos – que é o programa realizado pela área de Educação da Pearson Brasil, para promover a troca de experiências, o compartilhamento de conhecimento e a participação dos parceiros no desenvolvimento dos materiais didáticos de suas marcas.

Assim, o Pré-Vestibular Extensivo Dom Bosco by Pearson foi elaborado por uma equipe de excelência, respaldada na qualidade acadêmica dos conhecimentos e na prática de sala de aula, abrangendo as quatro áreas de conhecimento com projeto editorial exclusivo e adequado às recentes mudanças educacionais do país.

O novo material envolve temáticas diversas, por meio do diálogo entre os conteúdos dos diferentes componentes curriculares de uma ou mais áreas do conhecimento, com propostas curriculares que contemplem as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como eixos integradores entre os conhecimentos de distintas naturezas; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como princípio pedagógico; os direitos humanos como princípio norteador; e a sustentabilidade socioambiental como meta universal.

A coleção contempla todos os conteúdos exigidos no Enem e nos vestibulares de todo o país, organizados e estruturados em módulos, com desenvolvimento teórico associado a exemplos e exercícios resolvidos que facilitam a aprendizagem. Soma-se a isso, uma seleção refinada de questões selecionadas, quadro de respostas e roteiro de aula integrado a cada módulo.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO



MATERIAL DE EXCLUSIVO
SISTEMA DE EMBOSCO

PRODUÇÃO DE TEXTO

LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS

23

EDITORIAL

- Gêneros jornalísticos opinativos
- Editorial

HABILIDADES

- Compreender os gêneros jornalísticos opinativos.
- Reconhecer as características do gênero editorial e seu contexto de circulação.



Capas de jornais estadunidenses sobre o massacre na escola primária de Sandy Hook (Newtown, Connecticut) em 14 de dezembro de 2012.

Gêneros jornalísticos opinativos

Além de notícias e prestação de serviço, os jornais, impressos ou digitais, também veiculam textos argumentativos. No meio jornalístico, esses gêneros também são conhecidos como gêneros opinativos porque, em oposição ao caráter informativo presente nos gêneros jornalísticos narrativos, mais do que apenas apresentar acontecimentos, dados e fato, esses textos usam esses expedientes aliados a argumentos em favor de convencer o leitor.

Esses gêneros diferem entre si de acordo com a relação do autor com a empresa na qual o texto é publicado. Veja a síntese dessas diferenças na tabela abaixo:

Gêneros jornalísticos opinativos	Tipo de autoria	Instância assumida pela autoria	Instância interna ou externa ao jornal
Editorial	Institucional	Empresa jornalística	Interna
Coluna de opinião assinada	Sócio-profissional	Colunista (jornalista)	Interna
Artigo de opinião	Sócio-profissional	Articulista (figura da sociedade)	Externa
Carta de leitor	Individual privada	Leitor	Externa

ALVES FILHO, Francisco. A autoria institucional nos editoriais de jornal. *Alfa*, São Paulo, 50 (1): 77-89, 2006. (Adaptado)

Neste e nos próximos módulos, vamos explorar essas relações ao definir diferentes gêneros jornalísticos opinativos.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Presidente: Luís Fria
Diretor de Redação: Sérgio Dávila
Superintendente: Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
Conselho Editorial: Rogério Cesar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Cláudio Rossi, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Cleusa Terra, Hélio Schwartzman, Heloisa Hebevia, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Melo, Suzana Singer, Viniúcia Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luís Fria e Sérgio Dávila (secretário)
Diretoria Executiva: Marcelo Berez (gerenciador), Marcelo Machado Gonçalves (jornalista) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)



Expediente: informações sobre os cargos de chefia da empresa jornalística.

Charge: ilustração satírica ou crítica acerca dos acontecimentos.

Editoriais: textos que veiculam a opinião do órgão de imprensa.

Colunas: textos opinativos assinados por jornalistas ou especialistas.

EDITORIAIS

Festejo indevido

Bolsonaro determina comemorações dos 55 anos do golpe, no que felizmente deve ser contido por líderes militares; democracia do país amadureceu

O porta-voz do Planalto, general Otávio Hégo Barros, relatou na segunda-feira (25) que o presidente Jair Bolsonaro havia determinado ao Ministério da Defesa a realização de "comemorações devidas" dos 55 anos do golpe militar levado a cabo em 31 de março de 1964. Não se sabe ao certo o que o mandatário entende por "comemorações devidas". São conhecidas, entretanto, suas opiniões acerca do regime instituído pelo marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que sufocou a democracia brasileira por duas décadas. Elas não se resumem a considerar que se tratou de uma reação, com apoio de setores do empresariado e da classe média, ao fantasma da implantação de um governo de inspiração soviética no país, em meio aos embates da Guerra Fria. Em sua vida pública, Bolsonaro, capitão reformado após carreira conturbada nas Forças Armadas, já teve elogios ao que de pior aconteceu durante os anos de autoritarismo. É um entusiasta de chegado, por exemplo, do coronel Carlos Brilhante Ustra, um notório torturador, a quem considera um herói brasileiro. Nam bem vindo contraponto, autoridades de origem militar têm recomendado discreção ao governo e à caserna. Foi nesse sentido que se pronunciou o ministro da Defe-

Ele não é que ele não era culpado...

Hélio Schwartzman
São Paulo Para quem vê Donald Trump como uma encarnação do mal, em óbvio que ele conspirava com o inimigo (os russos) para manipular as eleições das quais saiu vencedor, assim como era evidente que, depois, flizera tudo a seu alcinca para atrapalhar as investigações sobre o caso. O problema é que Trump, apesar de suas inúmeras falhas, não chega a ser a encarnação do mal, e os termos "óbvio" e "evidente", embora aparentemente anunciem verdades inquestionáveis, são com frequência categorias subjetivas, que mudam de significado ao sabor de nossos caprichos ideológicos. Assim, não é incógnita que haja um choque entre o que esperamos encontrar e o que as evidências nos mostram a afirmar. Foi esse o caso de boa parte dos americanos ao tomar conhecimento das principais conclusões da investigação sobre a interferência da Rússia no pleito de 2016 e ações relacionadas. O procurador especial Robert Mueller, tão como investigador com-

Luz amarela

Antonio Delfim Netto
Economista e ex-ministro da Fazenda (Governos Collor e Sarney e Média)
Diretor de Colégio
Mesmo com o enorme entusiasmo revelado na eleição de Bolsonaro (59% dos eleitores) e que ainda prevalece na sociedade, é impossível negar os seguintes pontos. 1º) O governo é muito desigual. Há áreas (economia, segurança, infraestrutura) ercicadas por profissionais de alta qualidade e outras ocupadas por ideólogos amadores que, em lugar de ideias, produzem ruído. 2º) As pesquisas cuidadosas sobre a opinião pública, que a reprodução mais fielmente do que o "furoz nuireiro" refere-se ao por robos (que geram o auto-tergano), indicam que o governo dispôs sua energia. Tem problemas no seu próprio partido e não conseguiu, ainda, reformar a sociedade de que a comarca da Previdência é a sua única prioridade. Como diz o ministro Guedes, é a primeira barreira — necessária, ainda que não suficiente — que, se for vencida, abrirá o caminho para a superação das outras. Para ela acontecer, entretanto, é preciso restabelecer as relações essenciais com a política, como sugeriu o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. 3º) A visita a Washington deu resultados pouco palpáveis. O palavrório de Trump inflou o ego do presidente, a ponto de ninguém perguntar quem "inventou" a condição que para entrar na OCDE, o que tem vantagens e desvantagens abstratas, temos de abdicar das poucas vantagens concretas que temos na OMC. O "inventor" foi o próprio Trump. O Brasil aceita alinhar-se com colônia a um império decadente. É óbvio que não vamos entregar o prometido. Nos últimos 30 anos, nossa política econômica já foi traída três vezes em colônia da China, uma horrível ditadura, mas um império emergente. O desmoralizado pedido de apoio "moral" a OCDE para fazer o que sabemos que temos de fazer é uma repetição do entusiasmo de alguns com o Consenso de Washington. Acreditavam que a força externa criaria as condições políticas para implementar a "salvação" econômica do país. Deus no que deus. 4º) A correção de antigos desequilíbrios da estrutura salarial dos militares com relação aos servidores civis (quem, relativamente, detém o "poder"), apresentada por necessidade interna, ao mesmo tempo que o corte nas suas aposentadorias, ainda que obviamente correto, será motivo de mais uma contusão e pode atrasar a aprovação no Congresso. E, finalmente, uma espetacular operação midiática muito semelhante à de Laroet, que impeliu a reforma de Temer, disparou uma enorme especulação na sexta-feira seguinte: depreciação cambial, aumento do juro futuro e do risco Brasil e queda do Ibovespa. Seguramente, nada que Guedes não possa controlar se for realmente apoiado, mas seus custos "potenciais" podem ser enormes. delfimnetto@folha.com.br

Ecos de 1964

Bruno Boghossian
BRASÍLIA. O Jair Bolsonaro dos anos 1990 prometeu fechar o Congresso se não obtiver o poder. Diz-se favorável a uma nova ditadura, propunha que o Palácio do Planalto se tornasse local de testes para o desenvolvimento e argumentava que o país só mudaria se passasse por uma guerra civil. "Se vão morrer alguns inocentes, tudo bem. Tudo quanto é guerra morre inocente", afirmou. Por mais de duas décadas, aquele deputado ganhou holofotes ao amplificar uma ira popular contra classes políticas. Bolsonaro ganhava votos ao trabalhar para proteger as carreiras militares e agregava a seu discurso uma dose de ditadura para animar o eleitorado da caserna. O sindicalista agitador virou presidente da República, mas presencioso os métodos do possado. O discurso de Bolsonaro transbordou dos bastidores, mas ele ainda tenta mobilizar sua tropa ao flertar com soluções autoritárias e lançar provocações para legitimar o regime militar. Nos últimos dias, o presidente terminou que as unidades das For-

ças Armadas comemorem, até do domingo, os 55 anos do golpe de 1964. Acordem foi vista como uma provocação para atacar opositores e instigar apoiadores mais agitados. Seria lamentável se Bolsonaro fosse só um deputado, mas o adjetivo ganha peso ao subir a rampa do Planalto. Mesmo que se trate apenas de uma afronta barata, o revisionismo histórico para dar novas tintas a um regime autoritário é incompatível com o papel de um presidente e não pode ser tornar política de governo. Bolsonaro patrocina a subversão de valores democráticos ao convocar uma celebração de um regime que fechou o Congresso, prendeu opositores e usou tortura e mortes como métodos oficiais de repressão. Nos primeiros anos de sua carreira política, Bolsonaro disse na Câmara ser favorável a um regime de exceção. "Sou a favor sim de uma ditadura, desde que esse Congresso Nacional dê um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo", afirmou. O apreço pelo autoritarismo ainda ecoa.

A conta do diesel

Desde que não significa uma abertura para interferências políticas, é defensiva a decisão da Petrobras de passar a ajustar o preço do diesel nas refinarias a cada 15 dias. A medida, estudada há meses, surge num momento em que os caminhoneiros autônomos parecem se mobilizar para uma nova paralisação. Atenção vem crescendo desde o início do ano, quando venceu o acordo provisório com o governo que assegurava reajustes mensais da cotação do combustível. Embora a Petrobras não tenha retornado ao padrão anterior de correções diárias, não há como escapar da alça do petróleo no mercado externo, além da desvalorização do real. Tudo somado, os preços subiram 18,5% desde janeiro nas refinarias, ainda que o impacto nas bombas possa ser menor. A típica periodicidade quinzenal parece um bom critério. Além de não significar perdas para a estatal, que preserva seus mecanismos de gestão de custos, permite melhor planejamento dos fretes. O caminhoneiro não vai se deparar com altíssimos nos postos, que possam erodir sua margem de lucro durante o transporte. A ideia de um cartão pré-pago é outra inovação potencialmente útil. Os problemas do setor se mostram bem maiores, contudo. O principal está no excesso de oferta de caminhões, resultante em parte da política de financiamento barato da gestão de Dilma Rousseff (PT). Houve grande renovação e crescimento da frota, mas a recessão diminuiu a demanda, e os preços dos fretes caíram. A saída encontrada pelo governo Michel Temer (MDB) — sob pressão do movimento abusivo que paralisou o país em maio do ano passado — foi definir uma tabela de preços mínimos, ainda em vigor, mas aparentemente desrespeitada. A situação jurídica desse arranjo também permanece indefinida, pois o Supremo Tribunal Federal ainda não julgou a constitucionalidade da ingerência do governo no que é uma atividade privada. Tendo em vista o risco de passivos legais e o custo alto resultantes da tabela, empresas têm optado por fretes próprios ou contratos com grandes transportadoras, o que enfraquece a posição dos caminhoneiros. Como é típico em intervenções desse tipo, a suposta ajuda do lado se converte em malícia. O governo deve buscar soluções definitivas, que passem pelo aumento da concorrência nos setores de refino e transportes de combustíveis. A redução de preços também depende de menor carga tributária, sobretudo do ICMS. Com as contas públicas em frangalhos, é irrealista esperar uma grande redução da curva fiscal no curto prazo. Pode-se ao menos, porém, alterar a sistemática de cobrança — para um valor fixo por litro, em vez de percentuais que amplificam as oscilações.

'Day off'

Ruy Castro
RIO DE JANEIRO. Há dias, camilheando sem pressa pelo calçadão do Leblon e concentrado na imperturbável panchorra do mar, dei-me conta de que levava uma hora sem me lembrar da turbulência que parece estar engolindo o Brasil — em que não se passam 24 horas sem um fato novo e grave. Perguntei-me se seria possível, sem sair do lugar, tirar um "day off" do país — um dia de folga, desligado, sem saber, sem pensar, sem me aborrecer e sem sofrer por nada. Um dia alheio ao clima bélico armando pelo presidente Jair Bolsonaro que está jogando os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário uns contra os outros, assustando parlamentares, militares, empresários, investidores, analistas, economistas e intelectuais, e que, de tanto ver inimigos em toda parte, está fazendo com que esses inimigos comecem a pensar em se tornar realidade. O que inclui, neste momento, gente que não tinha nada com isso e que ele ofende, como palestinos, chilenos e argentinos; os partidos políticos, lou-

cos para se jogar nos seus braços, e que ele despreza, como se não precisasse deles; e, por enquanto, 15% dos seus eleitores. Um dia indiferente ao pandemônio instaurado por Bolsonaro dentro de seu próprio governo ao desqualificar ministros, cometer juízes de que é obrigado a se retratar e abalar áreas sensíveis como educação, direitos humanos e exterior, entregues a cabeças de boque. Um dia sem ver conquistas, estabelecidas há décadas pelos profissionais dessas áreas, correndo risco e fazendo do Brasil uma piada internacional. Um dia sem os disparates de Moe, Larry e Shemp — digo, Flávio, Carlos e Eduardo. E um dia à distância do astrólogo e cowboy Olavo de Carvalho, em quem os eleitores de Bolsonaro, sem saber, votaram para presidente. Talvez, neste momento, esse "day off" seja impossível. Mas, a continuar assim, o próprio Bolsonaro logo nos proporcionará um longo "day off" dele próprio.

Página A2 (Opinião) do jornal Folha de S. Paulo: tradicionalmente, os diários impressos iniciam suas edições com um painel de gêneros opinativos.

Editorial

O editorial é um gênero jornalístico opinativo cuja autoria, ou seja, responsabilidade, não é de um autor particular, mas da empresa jornalística ou veículo de comunicação no qual é publicado ou transmitido. Dessa forma, pode-se dizer que este gênero veicula opiniões institucionais. Publicado nas primeiras páginas dos jornais diários e revistas semanais, tem como função atestar a seriedade e, muitas vezes, a linha argumentativa de uma publicação.

Os temas tratados, na maioria das vezes, são das notícias atuais. Os jornais costumam fechar suas edições nas primeiras horas do dia em que vão ser impressos e distribuídos; por isso, a seção de editoriais sempre acompanha a pauta do que está acontecendo. Alguns diários têm editoriais específicos para assuntos econômicos e, atualmente, publicam mais de um editorial para abarcar mais de apenas um tema. São comuns, como em reportagens, a reflexão sobre efemérides: a promulgação da Constituição de 1988, a instituição do regime militar em 1964, o aniversário da Declaração dos Direitos Humanos de 1948 etc.

Por se tratar da opinião de um órgão jornalístico, a linguagem do editorial é impessoal inclusive na ausência de identificação de autoria. Ainda que seja escrito por um redator-chefe, por exemplo, este gênero está sempre afinado com a posição da publicação. Os recursos argumentativos demonstram que, além da posição da empresa no debate, o convencimento do público de leitores assíduos (muitas vezes, assinantes) também faz parte das estratégias de escrita deste gênero.

Vejamos um exemplo de editorial:

Abandono e ruínas

Descaso com protocolos básicos de prevenção repete-se em diversas áreas

Já se contam mais de 80 mortos no rompimento da barragem em Brumadinho (MG), e o número de desaparecidos ainda beira os 300. Uma tragédia cuja dimensão humana encontra poucos paralelos no país, mas que tem na sua origem um fator repetido amiúde: o descaso com protocolos básicos de prevenção de desastres.

Logo surgiu como lembrança inevitável a catástrofe de Mariana (MG). O rastro de destruição deixado há meros três anos parecia capaz de forçar uma mudança de atitude. O próprio presidente da Vale, empresa envolvida nas duas ocorrências, assumiu o cargo proclamando o lema "Mariana nunca mais".

A promessa pouco durou, e mais uma vez acumulam-se suspeitas quanto à fiscalização e à adoção de medidas de segurança.

Tal padrão já provocou inúmeras cicatrizes que poderiam ter sido evitadas. Não se trata apenas das desgraças de maior repercussão, como o incêndio da boate Kiss, em Santa Maria (RS), que completou seis anos neste mês, ou o que destruiu parte significativa do Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

Casebres consumidos pelas chamas, desmoronamento de edifícios e colapso de obras públicas, entre outros casos, sucedem-se numa rotina intolerável.

Em São Paulo, capital do estado mais rico da Federação, registraram-se recentemente duas interdições de viadutos. Ambas terminaram sem que ninguém morresse, mas não se pode dizer que tenha havido prudência das autoridades.

A primeira ocorreu depois de ceder uma estrutura na marginal Pinheiros, que veio a tornar ainda mais exasperante as condições de tráfego na cidade. Dois meses depois, interrompeu-se o uso de uma ligação da pista expressa da marginal Tietê que dá acesso à rodovia Dutra, após constatar-se dano grave em uma das vigas de sustentação.

Em meio ao tradicional jogo de empurra de responsabilidades, sabe-se que o principal culpado é o poder público, ineficiente no cumprimento de suas atribuições. Fiscaliza de maneira precária e, não mais das vezes, toma providências quando o infortúnio se consumou.

Pode-se evocar como fator de agravamento do quadro a depauperação gerada pela incúria administrativa e pelo desequilíbrio das finanças governamentais. Tais aspectos, porém, não bastam para explicar o espetáculo de abandono e ruína a que se assiste no país.

É difícil não ver nessas calamidades o concurso de uma cultura institucional frágil, na qual o desprezo pelo bem público e pela coletividade se impõe como corolário de uma atitude de apropriação do Estado por interesses particulares.

Não é por acaso que se arrastam na Justiça, em processos que parecem não ter fim, as indenizações e multas a serem pagas pelos que deveriam ter prevenido os sinistros.

Editorial. *Folha de S.Paulo*, 30 jan. 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/01/abandono-e-ruinas.shtml.

O texto aborda as recentes tragédias causadas pelo "descaso com protocolos básicos de prevenção de desastres". A afirmação está mais próxima da asserção do que de uma tese propriamente dita pois, como é comentado em seguida, essa indiferença em relação a práticas de segurança tornou-se padrão.

O principal recurso para convencer o leitor da existência de um padrão generalizado é a enumeração de desastres além daqueles que envolveram as barragens de Mariana e

Brumadinho, ambas em Minas Gerais. O texto cita os incêndios da Boate Kiss, em Santa Maria (RS), em 2013, e do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 2018. Também são citados eventos envolvendo a estrutura de circulação da cidade de São Paulo, que teve viadutos interditados durante meses em 2018. Os exemplos de fatos ocorridos recentemente sustenta o argumento implícito na constatação feita no início do texto.

Além dos eventos em si, são identificados fatores agravantes para a situação relacionados à má administração pública tanto na preservação de espaço cuja responsabilidade é diretamente sua quanto na fiscalização de ambientes privados explorados comercialmente. Por fim, relaciona essa ineficiência do Estado também à demora do julgamento de processos com muitas indenizatórias às vítimas. O título do editorial, assim, revela-se em uma relação de causa (abandono) e consequência (ruínas) da pouca atenção dispensada à prevenção de desastres no país.

LEITURA COMPLEMENTAR

A trajetória da opinião no Jornalismo brasileiro

Embora produzido na Europa, o *Correio Braziliense*, criado em 1808, é reconhecido como o periódico que dá início à história da imprensa nacional.

Quando a Corte Portuguesa deixou o país, outros periódicos, como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, passaram a ser editados no Brasil.

Com a Proclamação da República, os grupos jornalísticos se consolidam. A República Velha (1889-1930) conhece, assim, algumas modificações no padrão de atividades da imprensa brasileira. Embora os avanços tecnológicos tenham contribuído para que mais publicações entrassem em circulação, a época também foi marcada por uma relação conturbada com o governo. A censura e o aliciamento da imprensa se tornaram recursos utilizados com maior frequência.

As articulações políticas a envolverem as empresas jornalísticas brasileiras se mantiveram nas primeiras décadas do século XX. O apoio a Getúlio Vargas em 1930 é prova dessa associação:

Ao se instalar no Palácio do Catete, o líder do movimento que depôs Washington Luiz contava com os aplausos dos vários jornais de Assis Chateaubriand, do *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Jornal do Commercio*, *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *O Estado de S. Paulo*, *A Plateia* e *Diário Nacional*, para mencionar alguns dos títulos mais importantes do país.

No entanto, o clima amistoso não durou muito. Em 1932, muitos periódicos apoiaram a campanha em prol da redemocratização do Brasil e acabaram tendo suas sedes depredadas, a exemplo do jornal *Diário Carioca*.

Com a convocação da Assembleia Constituinte, no entanto, os ânimos arrefeceram, ainda que provisoriamente. O Estado Novo, período que se estendeu de 1937 a 1945, instaurou o Departamento de Imprensa e Propaganda

(DIP), que passou a ser o órgão responsável por subordinar os meios de comunicação de massa ao Governo.

Nos anos seguintes à deposição de Vargas, a imprensa se encontraria polarizada entre os jornais *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, e *Última Hora*, de Samuel Wainer. Aliás, Wainer foi um dos principais responsáveis por trazer Getúlio de volta à cena política nacional, o que permitiu ao ex-presidente lançar nova candidatura para concorrer às eleições de 1950. Lacerda, por sua vez, usava a *Tribuna da Imprensa* para se opor ao ex-presidente. Os dois periódicos perdem força com a instauração da ditadura militar.

Em 1964, a maioria dos grandes jornais brasileiros apoiou o golpe, embora alguns tenham mudado de posição com o recrudescimento do regime. Um dos periódicos envolvidos na derrubada do governo de João Goulart foi *O Estado de S. Paulo*, ainda que, anos depois, tenha passado à oposição.

Movimento semelhante fez a *Folha de S. Paulo*, que também se mostrou favorável à deposição de Jango e manteve-se próxima à ditadura até meados dos anos 1980, quando aderiu à campanha das “Diretas Já!”. O grupo Diários Associados, comandado por Assis Chateaubriand, aprovou a deposição de João Goulart, assim como o jornal *O Globo*, que, recentemente, publicou um editorial no qual assume que errou ao apoiar a ditadura.

As grandes publicações brasileiras adotaram posições discordantes em relação às “Diretas Já!”, um dos acontecimentos de destaque no país durante a década de 1980. A *Folha de S. Paulo* foi uma das poucas empresas a endossar o movimento desde o começo. Até o comício na Praça da Sé de São Paulo, que levou a campanha às ruas, as “Diretas Já!” eram acompanhadas com desconfiança por parte do *Estadão* e das revistas *IstoÉ* e *Veja*.

Na primeira eleição após o período de redemocratização, o *Estadão* publicou editorial em apoio à candidatura de Fernando Collor. O mesmo jornal, assim como a *Folha*, publicaria, em 1992, editoriais pedindo a renúncia do então presidente. No decorrer da década de 1990 e nos anos 2000, o *Estadão* continuou explicitando quem era o candidato que apoiava à Presidência, prática que não foi acompanhada por outros *quality papers* brasileiros. A *Folha*, em algumas ocasiões, endossou candidaturas, como a de Marta Suplicy à Prefeitura de São Paulo, em 2000, embora fizesse questão de reafirmar que tem compromisso com o leitor, não com grupos políticos.

É importante ter em mente que, quando subscrevem determinado movimento ou candidatura, os jornais assumem que suas posições políticas não são aleatórias ou desinteressadas.

MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. A opinião da empresa no Jornalismo Brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. v. 12, nº 1, Janeiro a Junho de 2015. Adaptado.

ROTEIRO DE AULA

EDITORIAL

Os gêneros jornalísticos podem ser

informativos e opinativos.

O editorial é um gênero jornalístico

opinativo,

que veicula opiniões

institucionais, ou seja, da empresa

que publica o jornal.

Estrutura-se como uma

dissertação argumentativa, podendo ser dividida

em introdução, desenvolvimento e conclusão.

Trata de assuntos

atuais. Eventualmente específicos, como no caso

de editorias de economia, ou efemérides.

Por veicular uma opinião institucional, sua linguagem é

impessoal

e a autoria é

institucional.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. Unicamp-SP – Coloque-se na posição de um jornalista que, com base na leitura do texto abaixo, deverá escrever um editorial, isto é, um artigo jornalístico opinativo, para um importante jornal do país, discutindo o crescimento do e-lixo no Brasil. Seu texto deverá, necessariamente:

- abordar dois dos problemas relacionados ao crescimento do e-lixo no Brasil levantados pelo texto abaixo;
- apontar uma forma possível de enfrentar esse crescimento.

Atenção: Por se tratar de um editorial, você deverá atribuir um título ao seu texto. Lembre-se de que não deverá recorrer à mera colagem de trechos do texto lido.

Aumento na geração de e-lixo e responsabilidade compartilhada

Quando você descarta um equipamento eletrônico, está gerando o que se conhece como “e-lixo”. São materiais tais como pilhas, baterias, celulares, computadores, televisores, DVDs, CDs, rádios, lâmpadas fluorescentes e muitos outros que, se não tiverem uma destinação adequada, vão parar em aterros comuns e contaminar o solo e as águas, trazendo danos para o meio ambiente e para a saúde humana. Com a rápida modernização das tecnologias, os aparelhos tornam-se ultrapassados em uma velocidade assustadora. Na composição dos equipamentos eletrônicos existem substâncias tóxicas como mercúrio, chumbo, cádmio, bário e arsênio – altamente perigosos à saúde humana.

A Organização das Nações Unidas (ONU) pediu em 22 de fevereiro de 2010 medidas urgentes contra o crescimento exponencial do lixo de origem eletrônica em países emergentes como o Brasil. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) apresentou um relatório que ressalta a urgência de estabelecer um processo ambicioso e regulado de coleta e gestão adequada do lixo eletrônico, uma vez que a geração desse lixo cresce mundialmente a uma taxa de cerca de 40 milhões de toneladas por ano.

Casemiro Tércio Carvalho, coordenador de planejamento ambiental da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, credita a posição do Brasil à ampliação da inclusão digital no país e ao aumento do poder aquisitivo das classes C, D e E. Para o professor Fernando S. Meirelles, da FGV (Fundação Getúlio Vargas), a questão do lixo eletrônico no Brasil não é necessariamente um problema de governo. “É um fator cultural. O mercado de reciclados ainda é muito incipiente e não há coletores suficientes.”

Embora ainda tramite no Senado o projeto de lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (aprovado pela Câmara dos Deputados em março de 2010 após 19 anos de tramitação), é possível fazer alguns comentários sobre o conjunto de obrigações legais que estruturarão juridicamente, no Brasil, a Logística Reversa (o retorno do equipamento usado para o fabricante ou comerciante), que tem como implicação a Responsabilidade Compartilhada entre os Produtores/Fabricantes, os Comerciantes e Distribuidores, e os Consumidores. Está visto que não adianta a boa vontade dos consumidores se não existir uma infraestrutura de recolha do lixo eletrônico. É essa falta de estrutura que representa o grande entrave na política de gestão prevista na PNRS. Não podemos ignorar que a nossa cultura de gestão de resíduos é “zero”. Daí porque o planejamento

de política pública é o ponto inicial para qualquer medida que pretenda ser eficaz nessa área.

PALOP, Juan. 22 out. 2010. Disponível em: <www.e-lixo.org/elixo.html>. Acesso em: abr. 2010; GUANABARA, Diogo. 20 abr. 2010. Disponível em: <<http://lixoeletronico.org>>. Adaptados.

Este tema foi aplicado pela Comissão permanente para os vestibulares para o vestibular da Unicamp (Comvest) como teste para a nova prova de redação. Inicialmente, com a produção obrigatória de três textos de gêneros diversos, hoje a prova solicita a escolha entre dois gêneros.

O gênero proposto neste exercício é muito próximo à dissertação-argumentativa da maioria dos vestibulares. O texto motivador deve servir como fonte de dados e informações para a construção do posicionamento a ser desenvolvido no editorial. A abordagem dos problemas e o apontamento de uma possível solução, além da impessoalidade própria do gênero, são imprescindíveis para a execução da tarefa.

Leia o texto para responder às questões 2 e 3.

A carreira do crime

Estudo feito por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz sobre adolescentes recrutados pelo tráfico de drogas nas favelas cariocas expõe as bases sociais dessas quadrilhas, contribuindo para explicar as dificuldades que o Estado enfrenta no combate ao crime organizado.

O tráfico oferece ao jovem de escolaridade precária (nenhum dos entrevistados havia completado o ensino fundamental) um plano de carreira bem estruturado, com salários que variam de R\$ 400,00 a R\$ 12.000 mensais. Para uma base de comparação, convém notar que, segundo dados do IBGE de 2001, 59% da população brasileira com mais de dez anos que declara ter uma atividade remunerada ganha no máximo o “ piso salarial ” oferecido pelo crime. Dos traficantes ouvidos pela pesquisa, 25% recebiam mais de R\$ 2.000 mensais; já na população brasileira essa taxa não ultrapassa 6%.

Tais rendimentos mostram que as políticas sociais compensatórias, como o Bolsa-Escola (que paga R\$ 15 mensais por aluno matriculado), são por si só incapazes de impedir que o narcotráfico continue aliciando crianças provenientes de estratos de baixa renda: tais políticas aliviam um pouco o orçamento familiar e incentivam os pais a manterem os filhos estudando, o que de modo algum impossibilita a opção pela delinquência. No mesmo sentido, os programas voltados aos jovens vulneráveis ao crime organizado (circo-escola, oficinas de cultura, escolinhas de futebol) são importantes, mas não resolvem o problema.

A única maneira de reduzir a atração exercida pelo tráfico é a repressão, que aumenta os riscos para os que escolhem esse caminho. Os rendimentos pagos aos adolescentes provam isso: eles são elevados precisamente porque a possibilidade de ser preso não é desprezível. É preciso que o Executivo federal e os estaduais desmontem as organizações paralelas erguidas pelas quadrilhas, para que a certeza de punição elimine o fascínio dos salários do crime.

Editorial. *Folha de S.Paulo*. 15 jan. 2003. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br>>. Acesso em: mar. 2019.

2. Enem

C7-H23

Com base nos argumentos do autor, o texto aponta para

- uma denúncia de quadrilhas que se organizam em torno do narcotráfico.
- a constatação de que o narcotráfico restringe-se aos centros urbanos.
- a informação de que as políticas sociais compensatórias eliminarão a atividade criminosa a longo prazo.

- d)** o convencimento do leitor de que para haver a superação do problema do narcotráfico é preciso aumentar a ação policial.
- e)** uma exposição numérica realizada com o fim de mostrar que o negócio do narcotráfico é vantajoso e sem riscos.

Os argumentos apontam para o convencimento do leitor ao apontar a necessidade de aumentar a ação policial.

Competência de área 7 – Confrontar opiniões e pontos de lista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.

H23 – Inferir em um texto quais são os objetivos de seu produtor e quem é seu público-alvo, pela identificação e análise dos procedimentos argumentativos utilizados.

3. Enem

C7-H24

No Editorial, o autor defende a tese de que “as políticas sociais que procuram evitar a entrada dos jovens compensatória que aquela oferecida pelos programas do governo”. Para comprovar sua tese, o autor apresenta

- a)** instituições que divulgam o crescimento de jovens no crime organizado.
- b)** sugestões que ajudam a reduzir a atração exercida pelo crime organizado.
- c)** políticas sociais que impedem o aliciamento de crianças no crime organizado.
- d)** pesquisadores que se preocupam com os jovens envolvidos no crime organizado.
- e)** números que comparam os valores pagos entre os programas de governo e o crime organizado.

O principal recurso argumentativo utilizado no texto para a defesa da tese é discrepância entre os valores remunerativos de programas sociais e do mercado de trabalho e o “plano de carreira estruturado” ofertado pelo crime organizado.

Competência de área 7 – Confrontar opiniões e pontos de lista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.

H24 – Reconhecer no texto estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público, tais como a intimidação, sedução, comoção, chantagem, entre outras.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

Leia o texto para responder às questões de números 4 a 7.

Drogas e mortes

As taxas de homicídios dolosos e de mortes de trânsito no Brasil, é notório, situa m o país entre os mais violentos do planeta. No ano passado, registraram-se quase 56 mil assassinatos intencionais, ou 27 por 100 mil habitantes. Em 2016, pelo dado mais recente, 38 mil vidas foram ceifadas em ruas e estradas nacionais, cerca de 19 por 100 mil.

Diante dessa carnificina cotidiana, deve-se exigir das autoridades nada menos que a busca de estratégias mais efetivas para a prevenção desses óbitos. Países desenvolvidos, já há algumas décadas, passaram a adotar com sucesso políticas públicas ancoradas em evidências empíricas. Nem sempre é o que ocorre por aqui, no entanto.

Tome-se o exemplo da associação entre a ingestão de álcool e o aumento da violência interpessoal (homicídios e agressões) e dos acidentes de trânsito. Embora a relação esteja bem estabelecida na literatura da área, praticamente inexistem no país dados sobre o consumo da substância pelas vítimas.

Estudo recente conduzido por pesquisadores da Faculdade de Medicina da USP e noticiado por esta *Folha* jogou luz sobre tal questão na cidade de São Paulo.

Os pesquisadores analisaram amostras de sangue de 365 vítimas de crimes violentos. Constatou-se que, em 55% dos casos, havia traços de álcool ou outras drogas.

Também entre as vítimas de acidentes de trânsito analisadas no trabalho, chama a atenção o alto percentual de casos (43%) que mostraram resquícios de álcool no sangue.

Embora o país conte há uma década com severa legislação sobre o tema, a taxa indica que o diploma deveria ser mais efetivo em seu propósito. Leis como essa não devem ter a meta de apreender transgressores, mas de criar a percepção de que aqueles que a infringirem serão pegos e punidos.

O estudo deveria servir de exemplo para que o país invista na geração contínua de dados como esses. Assim será possível identificar as causas dos problemas, avaliar a efetividade das políticas públicas adotadas e orientar a formulação de novas estratégias.

Editorial. *Folha de S.Paulo*, 20 out. 2018. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: mar. 2019. Adaptado.

4. Insuper-SP – As informações apresentadas permitem concluir corretamente que o objetivo do editorial é

- a)** questionar os resultados do estudo conduzido pela Faculdade de Medicina da USP, uma vez que os dados coletados não permitem uma associação entre aumento da violência e uso de drogas ou álcool.
- b)** mostrar a problemática do trânsito no Brasil, com base nos estudos da Faculdade de Medicina da USP, enfatizando que, apesar da diminuição dos casos de morte em acidentes em relação a anos anteriores, a situação ainda é preocupante.
- c)** criticar o governo pela falta de incentivo a pesquisas que, assim como o estudo da Faculdade de Medicina da USP, permitam entender efetivamente a relação entre uso de drogas e álcool e aumento da violência.
- d)** discutir, à luz de estudos da Faculdade de Medicina da USP, os perigos decorrentes do uso de drogas ou de álcool, que funcionam como potencializadores de homicídios e mortes no trânsito.
- e)** posicionar-se de forma contrária ao estudo promovido pela Faculdade de Medicina da USP, uma vez que a relação entre violência e uso de drogas e álcool está bem estabelecida na literatura da área.

5. Insuper-SP – Um dos recursos utilizados no editorial para convencimento do público em relação ao tema tratado é o emprego dos dados estatísticos. Outra estratégia é o uso de linguagem figurada que acentua a problemática, como na passagem:

- a)** Diante dessa carnificina cotidiana, deve-se exigir das autoridades nada menos que a busca de estratégias mais efetivas para a prevenção desses óbitos. (2º parágrafo)
- b)** Estudo recente conduzido por pesquisadores da Faculdade de Medicina da USP e noticiado por esta *Folha* jogou luz sobre tal questão na cidade de São Paulo. (4º parágrafo)
- c)** Tome-se o exemplo da associação entre a ingestão de álcool e o aumento da violência interpessoal (homicídios e agressões) e dos acidentes de trânsito. (3º parágrafo)
- d)** As taxas de homicídios dolosos e de mortes de trânsito no Brasil, é notório, situam o país entre os mais violentos do planeta. (1º parágrafo)

- e) Os pesquisadores analisaram amostras de sangue de 365 vítimas de crimes violentos. Constatou-se que, em 55% dos casos, havia traços de álcool ou outras drogas. (5º parágrafo)

6. Insuper-SP

Em um levantamento que objetivava conhecer a incidência do uso de álcool e anfetaminas entre caminhoneiros de estrada, feito com 91 motoristas abordados em um posto de combustíveis na cidade de Passos, no Estado de Minas Gerais, em novembro de 2005, cujos dados foram obtidos por meio de um questionário contendo 19 questões de múltipla escolha, os resultados indicaram que 66% desses profissionais usavam anfetaminas durante os percursos de viagens, principalmente em postos de combustíveis (54%) à beira das rodovias. O álcool era utilizado por 91% deles, dos quais 43% consumiam a bebida nos postos de combustíveis.

ALMEIDA, Nemésio Dario. "Os acidentes e mortes no trânsito causados pelo consumo de álcool: um problema de saúde pública". *Revista Diretorio Sanitário*, São Paulo v.15. n.2, p. 108-125, jul./out. 2014. Disponível em: <www.revistas.usp.br>. Acesso em: mar. 2019.

É correto afirmar que as informações do texto

- a) ratificam o ponto de vista apresentado no editorial da *Folha*, o que permite inferir a necessidade de campanhas preventivas e informativas por parte das autoridades governamentais.
- b) trazem outro aspecto do problema apresentado no editorial da *Folha*, o que é insuficiente para questionar se o uso de drogas ou bebidas tem impacto em homicídios ou mortes no trânsito.

- c) confirmam a gravidade da situação envolvendo drogas e álcool, tanto que, assim como o editorial da *Folha*, mostram que terá pouca produtividade e impacto social qualquer ação promovida pelas autoridades governamentais.
- d) apresentam dados contundentes em relação ao uso de drogas e álcool, e não mostram os efeitos desses usos; assim como o editorial da *Folha*, consideram como desnecessária a intervenção governamental.
- e) trazem dados mais contundentes do que os apresentados no editorial da *Folha*, porque a situação investigada restringe-se a uma cidade, o que potencializa a possibilidade de ações por parte das autoridades governamentais.

7. Insuper-SP – Na passagem “Países desenvolvidos, já há algumas décadas, passaram a adotar com sucesso políticas públicas ancoradas em evidências empíricas. **Nem sempre é o que ocorre por aqui, no entanto**” (2º parágrafo), a oração em destaque estabelece, com a informação anterior, uma

- a) concessão, enfatizando que as políticas públicas ancoradas em evidências empíricas no Brasil são melhores que as de países desenvolvidos.
- b) comparação, mostrando que o Brasil também se vale de políticas públicas ancoradas em evidências empíricas.
- c) restrição, criticando a ausência de políticas públicas ancoradas em evidências empíricas no Brasil.
- d) explicação, deixando claro que o Brasil tem tentado utilizar as políticas públicas ancoradas em evidências empíricas.
- e) conclusão, sugerindo que o Brasil está longe de países desenvolvidos que adotam políticas públicas ancoradas em evidências empíricas.

ESTUDO PARA O ENEM

8. Enem

C7-H22

A última edição deste periódico apresenta mais uma vez tema relacionado ao tratamento dado ao lixo caseiro, aquele que produzimos no dia a dia. A informação agora passa pelo problema do material jogado na estrada vicinal que liga o município de Rio Claro ao distrito de Ajapi. Infelizmente, no local em questão, a reportagem encontrou mais uma forma errada de destinação do lixo: material atirado ao lado da pista como se isso fosse o ideal. Muitos moradores, por exemplo, retiram o lixo de suas residências e, em vez de um destino correto, procuram dispensá-lo em outras regiões. Uma situação no mínimo incômoda. Se você sai de casa para jogar o lixo em outra localidade, por que não o fazer no local ideal? É muita falta de educação achar que aquilo que não é correto para sua região possa ser para outra. A reciclagem do lixo doméstico é um passo inteligente e de consciência. Olha o exemplo que passamos aos mais

jovens! Quem aprende errado coloca em prática o errado. Um perigo!

Disponível em: <<http://jornaldacidade.uol.com.br>>. Acesso em: 10 ago. 2012. Adaptado.

Esse editorial faz uma leitura diferenciada de uma notícia veiculada no jornal. Tal diferença traz à tona uma das funções sociais desse gênero textual, que é

- a) apresentar fatos que tenham sido pelo próprio veículo.
- b) chamar a atenção do leitor para temas raramente abordados no jornal.
- c) provocar a indignação dos cidadãos por força dos argumentos apresentados.
- d) interpretar criticamente fatos noticiados e considerados relevantes para a opinião pública.
- e) trabalhar uma informação previamente apresentada com base no ponto de vista do autor da notícia.

24

ARTIGO DE OPINIÃO

- Artigo de opinião

HABILIDADES

- Reconhecer as características e o contexto de circulação do gênero artigo de opinião.
- Analisar como os vestibulares solicitam a produção de artigos de opinião.



Nos artigos de opinião, autoras e autores expressam seus pontos de vista sobre assuntos nos quais são especialistas e que, na maioria das vezes, são pauta do noticiário dos jornais.

Artigo de Opinião

O artigo de opinião pertence ao universo da esfera jornalística, e aparece, geralmente, em jornais impressos ou revistas. Geralmente, seu conteúdo contempla acontecimentos de ordem política, econômica, social, histórica ou cultural, na maioria das vezes, polêmicos e, com menos frequência, abarca acontecimentos ou vivências pessoais.

Uma característica muito peculiar deste tipo de gênero é a persuasão, que consiste na tentativa do emissor de convencer o destinatário – neste caso, o leitor – a compreender a opinião apresentada. Por este motivo, é comum a presença descrições detalhadas, apelo emotivo, afirmações incisivas, humor satírico, ironia e fontes de informações precisas. Em relação à estrutura composicional desse gênero, os elementos substanciais não possuem uma ordem específica e não precisam aparecer em um mesmo artigo de opinião.

FOLHAPRESS

TENDÊNCIAS/DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados aqui representam o ponto de vista do jornalista. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

O acesso a armas de fogo deve ser restringido?

Sim Chega de brincar com a segurança pública

Restringir armas não é uma questão de ideologia

Melina Rizzo

Diretora de programas do Instituto Ugepar, doutora em administração pública e doutora de leis "Segurança Pública para Virar o Jogo"

A maioria da população brasileira não quer se armar. Uma minoria vocal nos faz pensar o contrário. Pesquisa do Datafolha realizada em dezembro de 2018 mostra que a maioria da população (64%) é contrária à posse de armas, percentual que sobe para 66% entre os mais pobres e chega a 77% entre as mulheres. A minoria que defende a liberação do porte se pauta em argumentos ideológicos e crenças que guardam pouca relação com a realidade.

Trabalho com controle de armas e pesquiso a relação da arma de fogo com a violência há mais de 15 anos. A esmagadora maioria das evidências que possuo pelo crivo do rigor científico atestam: quanto menos armas em circulação, menos mortes. A restrição do acesso às armas de fogo não pode ser tratada como uma questão de ideologia. É uma questão de segurança e saúde pública.

Em um país que detém o recorde mundial de assassinatos por armas de fogo — só em 2016 foram mais de 44 mil vítimas —, já passou da hora de esse tema ser tratado como pri-

oridade e com seriedade. Propostas falaciosas como as que aparecem após uma tragédia como da escola de Suzano precisam ser imediatamente destruídas. Se andar armado fosse uma boa estratégia de defesa, policial armado que é treinado para usar a não morteria tanto em seu horário de folga quando tenta reagir. Mas uma triste realidade que os números revelam.

Segurança pública é um bem público e requer do Estado responsabilidade, liderança e investimento. Como cidadãos, não podemos mais aceitar medidas contraproducentes e perigosas de nossos governantes e parlamentares.

Liberação das armas como uma política pública de segurança é o equivalente à distribuição de histórias para solucionar o problema da fila de cirurgias no SUS.

A implementação das primeiras medidas do Estatuto do Desarmamento, tais como a proibição do porte e a retirada de mais de meio milhão de armas de circulação por meio da campanha de entrega voluntária, reverteu a tendência de crescimento dos homicídios no país pela primeira vez após 13 anos. Em vez de flexibilizar a política de armas, o que precisamos é implementar o que nunca saiu do papel, justamente as medidas de controle das armas e munições.

As armas nascem legais e acabam caindo nas mãos de bandidos. Esse fluxo precisa ser interrompido. O primeiro passo é garantir que toda arma e munição vendida no Brasil seja marcada com tecnologia que possibilite seu rastreamento.

No caso das munições, o lote precisa ser menor, de no máximo 500 balas. Também é preciso aprimorar e integrar os bancos de dados sobre as armas e fortalecer a cooperação com países vizinhos para combater o tráfico de armas.

Informação de qualidade é chave para aumentar a capacidade de investigação das polícias, fechar os canais de desvio para criminosos e punir responsáveis.

A solução passa por maior inteligência, capacidade de execução e obrigação de registro periódico das armas nas mãos de civis. Infelizmente, o governo caminha na direção contrária. Perdemos todos.

No Brasil, segurança pública é um direito e só se garante pensando no interesse coletivo. A lógica de cada um por si é barbarie.

Por tanto, o porte de armas para civis precisa continuar proibido, e a posse precisa ser muito bem fiscalizada. Cobremos do Estado o seu dever. Controle de armas não é a única resposta, mas salva muitas vidas.



Luiza Sant'Anna

Não Proibir? Por quê?

Ter porte é dar ao brasileiro chance de se defender

Delegado Waldir

Deputado Federal (2015-2018) e líder de PP, na Câmara; delegado licenciado Polícia Civil de Goiás

Alguns especialistas vinculam o acesso à arma de fogo ao aumento da criminalidade e ao número de assassinatos. Uma visão que me parece pouco sensata. Em países desenvolvidos, onde é adotada uma política menos restritiva à posse e ao porte de armas de fogo, as taxas de homicídios são inferiores às do Brasil, que até ontem não garantia, com efetivas objeções, nem o direito à posse de arma.

A arma de fogo é um objeto e, assim como a faca, o carro, o martelo, a tesoura e a gasolina, depende da vontade humana para causar a morte. Quem mata não possui! A posse de nenhum desses itens deve ser questionada.

Imagine impedir uma dona de casa de ter uma faca em sua cozinha por conta do aumento de mortes com esse tipo de objeto. Seria um absurdo! O que precisamos mesmo é discutir os fatores decisivos para diminuir o número alarmante de mortes em nosso país.

Imagine impedir uma dona de casa de ter uma faca em sua cozinha por conta do aumento de mortes com esse tipo de objeto. Seria um absurdo! O que precisamos mesmo é discutir os fatores decisivos para diminuir o número alarmante de mortes em nosso país.

A arma de fogo é um objeto e, assim como a faca, o carro, o martelo, a tesoura e a gasolina, depende da vontade humana para causar a morte. Quem mata não possui! A posse de nenhum desses itens deve ser questionada.

Imagine impedir uma dona de casa de ter uma faca em sua cozinha por conta do aumento de mortes com esse tipo de objeto. Seria um absurdo! O que precisamos mesmo é discutir os fatores decisivos para diminuir o número alarmante de mortes em nosso país.

importante que a proteção à vida, foi feio de tudo, até ir contra um plebiscito, para implantar a lei do desarmamento no Brasil. A justificativa é sempre a mesma: a de evitar o aumento da criminalidade.

Usando um bom ditado popular, e bem propício ao tema, afirmo: o tiro saiu pela culatra. O último Atlas da Violência, divulgado pelo Ipea, registra mais de 64 mil mortes violentas, sendo 41 mil causadas por armas de fogo. E de onde vieram todas essas armas? Elas vieram do contrabando ou de outra origem ilícita. Os criminosos têm livre acesso a elas, que entram no Brasil por terra, água e ar. As únicas dificuldades para conseguir uma arma de fogo em nosso país são as impostas pelo Estado, ao cidadão de bem.

O Brasil é um país continental, e nossas forças de segurança fazem até mais do que podem, com ações operacionais e de inteligência; porém, nem sempre é possível garantir o direito à vida, à propriedade privada e ao patrimônio, principalmente em áreas rurais, nos Pampas, na Amazônia, nos fronteiras.

E como fica o cidadão? Dar a um pai de família o direito ao porte de uma arma de fogo não quer dizer que ele vai substituir a polícia. Falo logo antes de ser exercido pelas grandes vozes desarmamentistas; pelo contrário, é uma união de forças, é dar ao brasileiro a chance de se defender. Por isso, ter o porte de arma, desde que respeitados os critérios legais, é ter o direito à vida.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Caras para el: Banco do Leitor, 421, São Paulo, CEP 03033-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço.

Temer preso

O texto de Renaldo Azevedo lança luz em meio às trevas jurídicas em que vivemos ("Prisão de Temer é uma aberração legal", Poder, 22/3). Os tribunais foram capturados pelas redes sociais. Prisão ocorre ao arrepiado da lei e da Constituição e quase ninguém se levanta para gritar contra as aberrações do Ministério Público Federal e da Justiça Federal. Concordo com tudo o que você escreveu, Azevedo. Espero que algum ministro de bem sença, e coragem, relaxe essa prisão ilegal e midiática.

Itamar Sousa, advogado (Jaboatão dos Guararapes, PE)

Estamos em uma rota de colisão com o Estado de Direito. Estamos destruindo a política, que virou sinônimo de corrupção. Não sei qual será a próxima página deste país. Estou muito preocupada.

Rosane Tannuri Crivellari Moreira (Rio de Janeiro, RJ)

Concordo com Renaldo Azevedo e penso da mesma forma que ele quando li a notícia sobre a prisão de Temer. Nós, cidadãos comuns, estamos indignados com os políticos de maneira geral. O povo quer "sangue", mas, ao aplicador da lei, impõe-se dignificar o cargo e agir de acordo com ela, não fazer do "justiça" a sua bel prazer. Preocupa-me a disputa entre correntes do Judiciário, uma queda de braço em que todos perdem. As correntes se portam como uma comédia pastéil, digna dos Trapaalhães.

Maria Luiza Toledo Gois (Vila Rica, RJ)

Família Bolsonaro

O que Jair Bolsonaro precisa compreender — e logo, antes que seja tarde — é que não votamos em nenhum de seus filhos para a Presidência. Os votos que eles receberam foram para suas respectivas famílias e não seriam suficientes, fossem eles, para eleger um presidente. Muito menos votamos para ter Olavo de Carvalho inflituindo negativamente no governo.

Ulysses Fernandes Nunes Jr. (São Paulo, SP)

Futuro das aposentadorias

Se a prisão de Temer foi tecnicamente procedente, os embates jurídicos demonstram isso nos próximos dias. Porém, é inaceitável que mais uma vez, quando a nação anseia pela reforma da Previdência para retomar o crescimento econômico, um evento abale os alicerces do Congresso à sermelhação do resultado das malogradas fichadas de Rodrigo Janot ("Prisão é presente político para governo e Moro, mas reação ameaça a reforma", Poder, 22/3). Seja qual for o futuro da Lava Jato, o Congresso precisa se conscientizar de que a reforma é um caminho necessário.

Luciano Marary (São Paulo, SP)

Método de alfabetização

Desde que tivemos conhecimento de estudos da década de 1920 para cá, não se pode mais discutir qual é o melhor método para alfabetização. Agora, sabemos (ao menos em parte) como se aprende, o que muda o enfoque do trabalho. Que a escrita representa os sons da fala só é óbvio para os alfabetizados. A questão toda é como levar o aluno a construir esse conhecimento complexo. O MEC faz parecer que basta dizer ao aluno qual é o som de cada letra e ele está alfabetizado, como se fosse algo simples ("Questões de alfabetização", de Hélio Schwartzman, Opinião, 22/3).

Maria de Fátima Bonifácio, diretora de escola aposentada da rede municipal de São Paulo (São Paulo, SP)

Em frente, Folha. Leio há 30 anos.

A que mais se compra, a que nunca se vende. Bem vindo, Dênia. Art Vargas Leal (Campo Grande, MS)

Walter Barreto Jr. (Salvador, BA)

A discussão sobre a reforma ignora algumas verdades: enquanto cresce a esperança de vida, diminui a de vida economicamente ativa dos idosos; o crescimento da produção não depende só da elevação do número de trabalhadores ativos, mas do aumento da produtividade. E como aumentar o tempo de contribuição dos idosos se eles não conseguem emprego? O foco da política econômica não deveria ser a reforma, mas, sim, o crescimento econômico alcançado por meio do fomento do progresso tecnológico.

Daguan Cardoso Dias (São Paulo, SP)

Disputa por prêmio

Emocionei-me ao ler este texto tão digno, tão especial para os jovens ("A professora brasileira", de Claudia Costin, Opinião, 22/3). Isso só acontece a esperança de que melhores nas nossas escolas. A professora Débora Garofalo é um orgulho para nós. Que ela seja um exemplo para muitos profissionais. Tomara que conquiste o prêmio de melhor do mundo.

Antônia de Fátima Fontene de Araújo, médica (São Paulo, SP)

É muito bom ler um texto como esse. Que o exemplo de Débora Garofalo se multiplique e estimule os brasileiros de cada área a fazer o que sabem da melhor maneira possível. É a chave para nos tornarmos um país melhor. Em meio a tanto ódio, raiva e disputas, floresce a imagem de uma professora estimulando crianças a aprender divertidamente e de uma forma simples. Trata-se de um pedicombista fantástico por aqui.

João Felipe Lara Bueno (Ponte Preta, SP)

Nomes e fotos de criminosos

Tendo em vista que a busca pela notoriedade — ou ao menos visibilidade, pode ser o objetivo das mentes que idealizam ataques como os registrados recentemente, talvez a não divulgação dos nomes ou de mais "curiosidades" a respeito dos autores seja uma ferramenta desestimulante ("Sim, não, depende", de Roberto Dias, Opinião, 21/3).

Paula Araújo (Montes Claros, MG)

Mudança na Folha

Sérgio Dóvilia, peço que seja de fato partidário. Desejo que o jornal trace diretrizes modernas e vanguarda, que não limite a opinião do leitor para este ou aquele lado. De resto, faça um bom trabalho para que todos o tenham como referência para tirar suas conclusões ("Jornalista Sérgio Dóvilia assume Direção de Redação da Folha", Poder, 18/3).

Apacivada Penna (São Paulo, SP)

Em frente, Folha. Leio há 30 anos. A que mais se compra, a que nunca se vende. Bem vindo, Dênia. Art Vargas Leal (Campo Grande, MS)

Artigos de opinião: neste espaço são publicados textos de especialistas sobre variados assuntos da atualidade. Em alguns jornais, é comum contrapor na mesma página opiniões distintas sobre um único assunto, fomentando o debate.

As cartas dos leitores são editadas e publicadas também nas páginas de opinião dos grandes jornais.

Espaço para publicação de **erratas**.

Página A3 (Opinião) do jornal *Folha de S. Paulo*: seqüência da página A2, mostrada no módulo anterior; esta parte do periódico também publica gêneros argumentativos.

ERRAMOS

erro@grupofolha.com.br

ILUSTRASSIMA (23 MAR, PÁGS. 6 E 7): O Queen Air é um avião bimotor a pistão, não turbofície, e foi desmontado a partir do modelo Twin Bonanza, não a partir do modelo Bonanza, como foi incorretamente dito no texto "O avião engolido pela floresta". Além disso, o Bonara é um avião monomotor a pistão, não bimotor turbofície.

CARACTERÍSTICAS DO ARTIGO DE OPINIÃO

Aos artigos de opinião, são comuns as seguintes características:

- Estrutura dissertativo-argumentativo (introdução, desenvolvimento e conclusão).
- Uso da primeira ou terceira pessoa do discurso.
- Linguagem formal, mas objetiva e direta o suficiente para atingir todos os tipos de leitor.
- Predominância de sequências expositivas e argumentativas.
- Contra-argumentação como recurso para definir posicionamento frente a outras ideias.
- Nos jornais, revistas e sites, tem sua autoria identificada sempre.
- Aborda temas do noticiário.
- Trata de temas atuais.
- Possui títulos sugestivos.
- Transparece a subjetividade da escrita na utilização de ironias, comentários polêmicos.

Na seção Tendências e Debates, do jornal *Folha de S.Paulo*, é comum serem publicados dois textos respondendo, de modos antagônicos, a uma mesma pergunta. Vejamos um exemplo dessa situação:

OPINIÃO

A rede pública de ensino deve priorizar o método fônico de alfabetização? Sim

Alfabetizar com método

A maioria das escolas brasileiras não consegue alfabetizar seus alunos. Alguns se alfabetizam, enquanto a maioria fica à margem.

Os entendidos concordam que o problema da alfabetização — como os problemas do ensino — não se limita a um fator específico, como salários, professores, materiais ou métodos.

No caso da alfabetização, a questão do método é importante e tem sido alvo de intensos arroubos e destemperos verbais. Três grupos divergem em aspectos importantes da questão.

O primeiro é formado por pesquisadores e profissionais que trabalham com base em evidências acumuladas sob o guarda-chuva da “Ciência Cognitiva da Leitura”.

Esse grupo reconhece que o ensino da alfabetização deve ser feito de forma sistemática e explícita, com sequência, materiais e métodos próprios; e, portanto, em paralelo, mas não ao mesmo tempo que o ensino de outros componentes linguísticos — como a redação, o estudo do vocabulário ou a compreensão de textos.

A razão para isso se encontra nas limitações do cérebro em processar informações e na importância do uso consistente de regras para identificar as palavras — se

o aluno aprende a ler ora usando as regras de decodificação, ora adivinhando a palavra pela forma ou pelo contexto, ele nunca será um bom leitor.

Isso já foi bem estabelecido por pesquisas rigorosas desde 1981. Esse grupo apoia suas convicções em evidências e resultados consolidados há mais de 20 anos.

Trata-se de uma tese vencedora em todo o mundo. A proposta é adotada em todos os países desenvolvidos que utilizam o Sistema Alfabético de Escrita — todos, sem exceção, além de Cuba.

O segundo grupo é formado sobretudo por educadores e especialistas em estudos da língua, que advogam o ensino contextualizado da alfabetização: o ponto de partida é o texto, não a palavra ou o sistema alfabético.

Esse grupo reconhece a importância dos métodos fônicos, mas não reconhece a necessidade de seu ensino sistemático e explícito. Apoia suas convicções em princípios teóricos e não se preocupa em apresentar evidências. É a tese vencedora no Brasil há mais de 40 anos, patrocinada pelo MEC e pelas faculdades de educação em todo o país — e os resultados estão aí.

O terceiro grupo é formado por pessoas e instituições que compartilham a visão teórica do segundo grupo, mas ignoram as evidências científicas sobre a importância do método fônico, minimizam a relevância de métodos, advogam o uso de métodos mistos e não apresentam resultados de seu trabalho. Com essas pessoas e instituições é impossível dialogar.

Um simples exemplo ajuda a entender a diferença prática entre essas visões sobre o lugar da alfabetização no ensino escolar. Quando ensinamos os fundamentos básicos do balé, as crianças não começam dançando “O Lago dos Cisnes”.

Elas aprendem primeiro os fundamentos, de forma linear, sem ambiguidades. Ninguém aprende a se equilibrar “do seu jeito”.

É treino pesado na barra, com foco na técnica. Aos poucos, vão se tornando capazes de articular movimentos e adquirir um repertório de habilidades fundamentais para participar de atividades mais integradas — fazendo “pontas” em apresentações escolares, ainda sem muita ideia do todo, mas absorvendo o contexto. Tudo a seu tempo e em seu devido lugar.

É isso que propõe a Ciência Cognitiva da Leitura. É a isso que resistem nossos educadores. Para eles importa a teoria, não as evidências.

João Batista Oliveira

Psicólogo e doutor em educação, preside o Instituto Alfa e Beto, que desenvolveu o Programa Alfa e Beto de Alfabetização

OLIVEIRA, João Batista. Alfabetizar com método. *Folha de S.Paulo*. 30 mar. 2019. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: maio 2019.

A rede pública de ensino deve priorizar o método fônico de alfabetização? Não

Além de um método

Depois de quatro anos de discussões sobre a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), estados e municípios chegaram à fase de revisão, construção e aprovação de currículos. Com a homologação desses documentos, as escolas deverão discutir seus projetos de política pedagógica com as comunidades.

O currículo deve adequar as proposições da base à realidade local, respeitando o contexto, a diversidade e as características dos estudantes, segundo o artigo 8º da resolução 2/2017 CP/CNE, que instituiu a BNCC.

Quanto às metodologias e estratégias didático-pedagógicas, o inciso 3 do artigo 8º explica que elas devem ser diversificadas e aplicadas com conteúdos complementares de maneira a respeitar os ritmos de cada conjunto de alunos, sua cultura, suas famílias e seus grupos sociais.

Tal premissa vale da educação infantil ao último ano do ensino fundamental, o que inclui, também, a questão de definição dos métodos de alfabetização.

Em 2018, 5.763.169 crianças estavam matriculadas nos 1º e 2º anos do ensino fundamental. Dessas, 3.839.514 estavam sob a responsabilidade das redes municipais de ensino. Imaginem decretar que, a partir de agora, todas essas crianças, das 5.568 redes municipais de ensino do país, deverão ser alfabetizadas apenas por um determinado método, ou “prioritariamente” por um método de alfabetização, independentemente de seus méritos e/ou limitações.

É sempre importante lembrar que a Constituição Federal determina que o ensino será ministrado com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Compreendemos que a definição de um método de alfabetização representa uma série de escolhas referentes a didáticas; organização do tempo e espaço escolar; conhecimentos, habilidades, atitudes, valores, aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas; seleção de materiais pedagógicos; processo de avaliação; entre outras. Tal definição se dá, de maneira coletiva, considerando o currículo da rede e o projeto político-pedagógico da escola, mas, principalmente, por meio do conhecimento e da vivência do professor sobre a aprendizagem de seus alunos.

O importante para o professor e para o gestor é garantir o direito à educação, à alfabetização e à aprendizagem das crianças. E não cumprir à risca a exigência legal por um determinado método, ou sua imposição por meio de uma política pública nacional, desrespeitando e ferindo a autonomia

pedagógica do professor, resguardada pelos princípios da educação.

A alfabetização, em toda a sua complexidade, é constituída por um conjunto de saberes. Assim, o conflito entre concepções e métodos não pode deixar que o objetivo maior não seja alcançado: garantir a aprendizagem e alfabetizar as crianças.

Entendemos que o melhor método de alfabetização é aquele utilizado com segurança pelo professor e que leve os seus alunos à aprendizagem.

A nossa experiência aponta que não é o método específico isolado que garante o sucesso de aprendizagem, mas, sim, o conjunto de fatores que circunscreve o processo de alfabetização, tais como: as condições de trabalho ofertadas; materiais didáticos e pedagógicos adequados e suficientes; professores devidamente habilitados e qualificados; acompanhamento pedagógico e processos de avaliação.

Por isso, é preciso pensar em políticas de Estado democráticas, dialogadas, participativas, integradas e de maneira continuada, buscando avançar sempre.

Alessio Costa Lima

Presidente da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação)

LIMA, Alessio Costa. Além de um método. *Folha de S.Paulo*. 30 mar. 2019. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: maio 2019.

O primeiro texto a responder à questão proposta pelo jornal defende a prioridade do método fônico na alfabetização de alunos da rede pública. Depois de reconhecer que o fracasso escolar no país se deve a vários fatores, o autor especifica o caso da alfabetização como aquele no qual o método é muito relevante e identifica a existência de ao menos três grupos na questão. Dois desses grupos são formados, de um lado, pelos especialistas que defendem métodos mais sistemáticos e explícitos de alfabetização e, de outro, pelos defensores de métodos que assumem a necessidade de contextualizar a ocorrência linguísticas em textos autênticos. Ao segundo grupo, o autor reserva a caracterização de teórico, pois, após quatro décadas de sua ação no país, os resultados continuam insatisfatórios. Mais do que argumentar em favor do método fônico, neste momento, a argumentação deseja invalidar a outra metodologia pela falta de evidências de sucesso. Na conclusão, porém, ao comparar as menores unidades da língua aos passos básicos do balé, o autor sugere que o ideal é começar aos poucos com ênfase em técnica e treino nos primeiros períodos de alfabetização.

No segundo texto, o autor se posiciona contrariamente à exclusividade oficial do método adotado no processo de alfabetização. Para tanto, a argumentação começa amparada pela legislação da Base Nacional Comum Curricular para depois articular-se com a ne-

cessidade de metodologias adaptadas de acordo com o contexto. A experiência citada por este autor julga a adoção de um único método, que seria imposto legalmente, contraproducente no objetivo de alfabetizar crianças, sugerindo que não seja o Estado o regulamentador essa questão.

LEITURA COMPLEMENTAR

[...] A divisão do espaço da opinião com a exterioridade acontece menos como uma consequência de democratização da comunicação jornalística, mas antes como uma decorrência da necessidade de credibilidade do jornal, pois “a qualidade do jornal também depende das opiniões de jornalistas, críticos e colaboradores” (FOLHA DE S. PAULO, *Novo manual da redação*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000. p. 97). É um espaço aberto pela instância jornalística para a manifestação da orientação valorativa externa, mas que, para a publicação, passa pelo crivo da sua aprovação. O artigo, mesmo abrangendo a imagem de “liberdade” que dá ao seu autor na seleção do assunto e na forma do seu tratamento, marca-se como um gênero cuja fala é aquela consentida pela empresa, inclusive quando é divergente da posição assumida por ela. Nesse caso, a sua presença reforça a imagem de imparcialidade e de pluralidade ideológica.

[...] [Portanto,] a divisão do espaço de temático da opinião na comunicação jornalística entre a empresa jornalística, seus jornalistas e a opinião externa não acontece como uma concessão, mas como uma decorrência da necessidade de “exigência de credibilidade” para o jornal.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. *A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem), PUC-SP, São Paulo, 2001. p. 131-132, 141. Adaptado.

ARTIGO DE OPINIÃO NO VESTIBULAR

Vejamos como o gênero artigo de opinião foi solicitado no vestibular de uma das principais universidades do país, a Unicamp, em 2011.

PROPOSTA COMENTADA

Unicamp-SP – Coloque-se na posição de um **articulista** que, ao fazer uma pesquisa sobre **as recentes catástrofes ocorridas em função das chuvas que afetaram o Brasil** a partir do final de 2009, encontra a crônica de Drummond, publicada em 1966, e decide dialogar com ela em um **artigo jornalístico opinativo** para uma série especial sobre cidades, publicada em revista de grande circulação. Nesse artigo você, necessariamente, deverá:

- relacionar **três (3)** problemas enfrentados recentemente pelas cidades brasileiras em função das chuvas com aqueles trabalhados na crônica;
- mostrar em que medida concorda com a visão do cronista sobre a questão.

Os dias escuros

Amanheceu um dia sem luz – mais um – e há um grande silêncio na rua. Chego à janela e não vejo as figuras habituais dos primeiros trabalhadores. A cidade, ensoxada de chuva, parece que desistiu de viver. Só a chuva mantém constante seu movimento entre monótono e nervoso. É hora de escrever, e não sinto a menor vontade de fazê-lo. Não que falte assunto. O assunto aí está, molhando, ensopando os morros, as casas, as pistas, as pessoas, a alma de todos nós. Barracos que se desmancham como armações de baralho e, por baixo de seus restos, mortos, mortos. Sobreviventes mariscando na lama, à pesquisa de mortos e de pobres objetos amassados. Depósito de gente no chão das escolas, e toda essa gente precisando de colchão, roupa de corpo, comida, medicamento. O calhau solto que fez parar a adutora. Ruas que deixam de ser ruas, porque não dão mais passagem. Carros submersos, aviões e ônibus interestaduais paralisados, corrida a mercearias e supermercados como em dia de revolução. O desabamento que acaba de acontecer e os desabamentos programados para daqui a poucos instantes.

Este, o Rio que tenho diante dos olhos, e, se não saio à rua, nem por isso a imagem é menos ostensiva, pois a televisão traz para dentro de casa a variada pungência de seus horrores.

Sim, é admirável o esforço de todo mundo para enfrentar a calamidade e socorrer as vítimas, esforço que chega a ser perturbador pelo excesso de devotamento desprovido de técnica. Mas se não fosse essa mobilização espontânea do povo, determinada pelo sentimento humano, à revelia do governo incitando-o à ação, que seria desta cidade, tão rica de galas e bens supérfluos, e tão miserável em sua infraestrutura de submoradia, de subalimentação e de condições primitivas de trabalho? Mobilização que de certo modo supre o eterno despreparo, a clássica desarrumação das agências oficiais, fazendo surgir de improviso, entre a dor, o espanto e a surpresa, uma corrente de afeto solidário, participante, que procura abarcar todos os flagelados.

Chuva e remorso juntam-se nestas horas de pesadelo, a chuva matando e destruindo por um lado, e, por outro, denunciando velhos erros sociais e omissões urbanísticas; e remorso, por que escondê-lo? Pois deve existir um sentimento geral de culpa diante de cidade tão desprotegida de armadura assistencial, tão vazia de meios de defesa da existência humana, que temos o dever de implantar e entretanto não implantamos, enquanto a chuva cai e o bueiro entope e o rio enche e o barraco desaba e a morte se instala, abatendo-se de preferência sobre a mão de obra que dorme nos morros sob a ameaça contínua da natureza; a mão de obra de hoje, esses trabalhadores entregues a si mesmos, e suas crianças que nem tiveram tempo de crescer para cumprimento de um destino anônimo.

No dia escuro, de más notícias esvoaçando, com a esperança de milhões de seres posta num raio de sol que teima em não romper, não há alegria para a crônica, nem lhe resta outro sentido senão o triste registro da fragilidade imensa da rica, poderosa e martirizada cidade do Rio de Janeiro.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Correio da Manhã*, 14 jan. 1966.

Vejamos, agora, as expectativas dos avaliadores.

Espera-se que o candidato se coloque na posição de um articulista que faz um artigo jornalístico opinativo para uma série especial sobre cidades, a ser publicado em uma revista de grande circulação. Esse artigo, que trata das recentes catástrofes decorrentes das chuvas que afetaram o Brasil a partir do final de 2009, dialoga com a crônica de Drummond, publicada em 1966. O enunciador desse artigo é, portanto, um jornalista que tem como interlocutores os leitores dessa revista. Esse texto jornalístico precisa identificar três problemas enfrentados hoje, pelas cidades brasileiras, em decorrência das chuvas, buscando relacioná-los com aqueles mencionados na crônica. Como exemplos de problemas afins, podem-se identificar: mortes, perdas materiais e simbólicas, sentimento de desamparo dos desabrigados, precariedade das moradias, interrupção dos serviços essenciais, falta de infraestrutura, insuficiência de serviços assistenciais, omissão do governo contrabalançada pela solidariedade da população etc. De maneira geral, pode-se realçar a atualidade da crônica de Drummond, apesar de já terem se passado 44 anos. Além disso, o articulista deve demonstrar em que medida seu ponto de vista coincide ou não com o de Drummond. Esse ponto de vista é caracterizado, de um lado, pelo sentimento de desconforto e culpa de quem não foi atingido diretamente pelas chuvas e, de outro lado, por um misto de crítica e desencanto com a persistência dessas tragédias, em consequência da omissão dos governos e das contradições sociais que marcam, emblematicamente, a cidade do Rio de Janeiro, “tão rica de galas e bens supérfluos e tão miserável em sua infraestrutura”. Essa reflexão deve ser expandida para as cidades brasileiras em geral, podendo, ainda, destacar um exemplar de uma cidade específica.

Comissão Permanente para os Vestibulares e Pró-Reitoria de Graduação. *Vestibular Unicamp*: redações 2011. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. p. 40-42.

A seguir, dois exemplos de textos que receberam notas acima da média e um breve comentário sobre cada um.

Exemplo 1

“Dias escuros”

No fim de 2009, diversas cidades brasileiras enfrentaram problemas devido às fortes e frequentes chuvas. Para muitas famílias, foi um período de “dias escuros”, tal como o nome da crônica de Drummond. Na mesma, o cronista relata a perda de muitas famílias devido a desabamentos de casas e tantos mortos soterrados. Lendo tal texto, não é difícil recordar dos acontecimentos recentes de Angra dos Reis, a imagem de barracos e pousadas vindo abaixo repetiu-se inúmeras vezes nos telejornais.

Drummond escreve de uma cidade “ensopada de chuva” e rios enchendo que poderia muito bem ter acontecido no ano passado, quando, por exemplo, cidades históricas do interior paulista foram destruídas pela enchente, e não há mais de 40 anos.

Há ainda o despreparo do governo para ajudar tantos desabrigados. Um fato atual ou ainda estamos falando da crônica? Não há como separar.

Mesmo anos atrás, o escritor nos apontou problemas de nossa sociedade que acabaram acarretando desgraças. Ele nos falou dos problemas de estruturas e submoradias, falta de condições sanitárias e todas as outras críticas que ouvimos especialistas relatarem há poucos meses como causa dos recentes desastres.

Nada foi feito naquela época e os problemas persistiram até os dias de hoje, “o eterno despreparo”. E enquanto nenhuma medida é tomada afim de não se repetir as mesmas desgraças, ficamos como Drummond, tomados pelo remorso e sentimento de culpa por não ter sido feito nada para impedir algo que já era previsto.

FLORES, Mariana Pereira. Comissão Permanente para os Vestibulares e Pró-Reitoria de Graduação. *Vestibular Unicamp*: redações 2011. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. p. 107-108.

No exemplo acima, a autora introduz o tema pelos eventos mais recentes e faz o paralelo com a crônica de Drummond, segue enfatizando a atualidade da descrição da catástrofes que se repete há décadas.

Segue apontando os três problemas causados pelas chuvas: falta de estruturas para prevenir catástrofes, problemas de moradia e falta de saneamento adequado.

Embora os recursos linguísticos sejam simples – a adequação ao propósito do texto, assim como o atendimento ao gênero, à interlocução e à leitura relevante da crônica –, o texto conclui reiterando a posição do poeta por não termos agido do modo previsto para situações previsíveis.

Exemplo 2

Calamidade

O Rio de Janeiro dos poetas, das letras de bossa nova, do ideal de luxo tropical está bem distante da realidade descoberta pela temporada de chuvas do fim de 2009. Serve assim como metonímia da situação do Brasil como um todo. Mas o Rio de Janeiro de um cronista, mesmo que ainda poeta, fornece a melhor descrição da verdadeira situação da habitação brasileira e os serviços públicos relativos à sua manutenção.

Na sua terrivelmente atual crônica de 1966, Carlos Drummond de Andrade mostra o cenário que todos observamos pelo Brasil. A terrível destruição desoladora de “Os Dias Escuros” se projeta pela contemporaneidade de muitas cidades brasileiras. A precariedade

que justifica o termo “ocupação” ao invés de “habitação” na referência aos “barracos que desmancham como armações de baralho” é perturbadora, e a causa prática da devastação enfrentada pela população aparentemente invisível ao olhar do governo, que pouco faz para dignificar suas condições. Assim o povo sofre a calamidade tripla: um governo ineficiente; condições de vida infortúnias, e a força da natureza.

O “raio de sol que teima em não romper”, o auxílio da população melhor posicionada e a mobilização de recursos improvisados, pode fornecer um ponto de luz no tema da crônica e na realidade, mas é de fato uma assistência que não deveria ser necessária. O governo que tarda em agir (pois a situação exige projetos de habitação em larga escala) já proporcionou comentários suficientes. Que sua falta de ação seja revertida antes que seja necessária outra publicação que se refira à mesma catástrofe, daqui a mais quarenta anos.

GAZONI, Bruno. Comissão Permanente para os Vestibulares e Pró-Reitoria de Graduação. *Vestibular Unicamp*: redações 2011. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. p. 109-111.

Neste segundo exemplo, o autor inicia o artigo contrastando as imagens ideal e real do Rio de Janeiro e antecipa a visão do cronista a ser recuperada.

A seguir, no segundo parágrafo, identifica a crônica citada como um texto “terrivelmente atual” pelas referências que ainda hoje em dia usamos como “ocupação” para nos referirmos à precária condição habitacional de uma parcela desassistida pelo Estado. No final do mesmo parágrafo, sintetiza a tríade de problemas relacionada ao seu sofrimento: ineficiência governamental, adversidade de suas condições de vida e a “força da natureza”.

A indignação anuente ao posicionamento de Drummond é concluída, e reforçada, assinalando a falta de necessidade da solidariedade improvisada caso houvesse a devida ação preventiva do Estado. Para concluir o artigo com o gancho que foi não só objeto de intertextualidade, mas principalmente sua causa propulsora o autor expressa o desejo de que não sejam mais necessárias publicações como a crônica de 1966 ou o editorial que acaba de redigir.

Além do vocabulário bem escolhido na construção da argumentação, o texto se destaca pela autonomia em relação à crônica: para ler e entender o artigo, o leitor não precisa, necessariamente, ter acesso ao texto de 1966. Esse caráter autônomo deve estar no horizonte de escrita de qualquer texto de vestibular; apesar de tratar de um tema em comum, a redação que escrevemos não pode pressupor a leitura dos textos da coletânea para que seja compreendido.

ROTEIRO DE AULA

ARTIGO DE OPINIÃO

O artigo de opinião é um gênero jornalístico

opinativo,

que veicula opiniões

particulares de jornalistas ou especialistas no tema do texto.

Estrutura-se como uma

dissertação argumentativa

e pode incorporar em suas estratégias de convencimento a

contra-argumentação.

Por veicular uma opinião individual, sua linguagem pode ser

pessoal

e a autoria é

explícita.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. Fuvest-SP (adaptada) – Leia o seguinte extrato de uma reportagem do jornal inglês *The Guardian*, de 22 de janeiro de 2013, para em seguida atender ao que se pede:

O ministro de finanças do Japão, Taro Aso, disse na segunda-feira (dia 21) que os velhos deveriam “apressar-se a morrer”, para aliviar a pressão que suas despesas médicas exercem sobre o Estado.

“Deus nos livre de uma situação em que você é forçado a viver quando você quer morrer. Eu acordaria me sentindo cada vez pior se soubesse que o tratamento é todo pago pelo governo”, disse ele durante uma reunião do conselho nacional a respeito das reformas na seguridade social. “O problema não será resolvido, a menos que você permita que eles se apressem a morrer”.

Os comentários de Aso são suscetíveis de causar ofensa no Japão, onde quase um quarto da população de 128 milhões tem mais de 60 anos. A proporção deve atingir 40% nos próximos 50 anos.

Aso, de 72 anos de idade, que tem funções de vice-primeiro-ministro, disse que iria recusar os cuidados de fim de vida. “Eu não preciso desse tipo de atendimento”, declarou ele em comentários citados pela imprensa local, acrescentando que havia redigido uma nota instruindo sua família a negar-lhe tratamento médico para prolongar a vida.

Para maior agravo, ele chamou de “pessoas-tubo” os pacientes idosos que já não conseguem se alimentar sozinhos. O ministério da saúde e do bem-estar, acrescentou, está “bem consciente de que custa várias dezenas de milhões de ienes” por mês o tratamento de um único doente em fase final de vida.

Mais tarde, Aso tentou explicar seus comentários. Ele reconheceu que sua linguagem fora “inapropriada” em um fórum público e insistiu que expressara apenas sua preferência pessoal. “Eu disse o que eu, pessoalmente, penso, não o que o sistema de assistência médica a idosos deve ser”, declarou ele a jornalistas.

Não foi a primeira vez que Aso, um dos mais ricos políticos do Japão, questionou o dever do Estado para com sua grande população idosa. Anteriormente, em um encontro de economistas, ele já dissera: “Porque eu deveria pagar por pessoas que apenas comem e bebem e não fazem nenhum esforço? Eu faço caminhadas todos os dias, além de muitas outras coisas, e estou pagando mais impostos”.

theguardian.com, Tuesday, 22 January 2013. (Traduzido e adaptado).

Considere as opiniões atribuídas ao referido político japonês, tendo em conta que elas possuem implicações éticas, culturais, sociais e econômicas capazes de suscitar questões de várias ordens: essas opiniões são tão raras ou isoladas quanto podem parecer? O que as motiva? O que elas dizem sobre as sociedades contemporâneas? Opiniões desse teor seriam possíveis no contexto brasileiro? Como as jovens gerações encaram os idosos?

Escolhendo, entre os diversos aspectos do tema, os que você considerar mais relevantes, redija um artigo de opinião, no qual você avalie as posições do citado ministro, supondo que esse texto se destine à publicação.

Instruções:

- A redação deve ser uma dissertação, escrita de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.
- Escreva, no mínimo, 20 linhas, com letra legível. Não ultrapasse o espaço de 34 linhas da folha de redação.

- Dê um título à sua redação.

Embora seja solicitada a escrita de uma dissertação, deve-se atentar ao pedido da banca: o texto deve ser escrito para ser publicado. A presença de um único texto na coletânea exige do aluno o diálogo explícito com a notícia ao menos na apresentação do tema. Trata-se do depoimento algo contraditório do então ministro de finanças japonês de 72 anos sobre o custo excessivo que idosos causam ao Estado japonês. Alguns argumentos que podem ser desenvolvidos estão relacionados ao fato de o Japão ser um país com uma grande população idosa, que, geralmente, é tradicionalmente respeitada; à pressão para que o Estado desenvolva políticas de bem-estar social; à possibilidade de que discursos próximos ao do ministro sejam veiculados no Brasil, uma vez que nossa população envelheceu nas últimas décadas etc.

2. Unicamp-SP

Alguém já escreveu que a internet é um instrumento democrático. Tomada ao pé da letra, essa afirmação é falsa. Eu gostaria de corrigi-la, acrescentando: a internet é um instrumento potencialmente democrático. Para fazer uma pesquisa navegando na web, precisamos saber como dominar os instrumentos do conhecimento: em outras palavras, precisamos dispor de um privilégio cultural que é ligado ao privilégio social.

As escolas precisam da internet, mas a internet precisa de uma escola onde o ensino real acontece. A internet não apenas faz referência aos livros, mas pressupõe livros. A leitura fragmentada em palavras e frases isoladas do contexto integral sempre foi parte da leitura de cada um, mas o livro é o instrumento que nos ensina a dominar a extraordinária velocidade da internet – para ser capaz de usá-la, você precisa aprender a “ler devagar”.

Não consigo imaginar que alguém possa aprender sozinho, sem modelos, a prática profundamente artificial da leitura lenta. Daí a internet pressupor não apenas os livros, mas também aqueles que ensinam a ler livros – ou seja, professores em carne e osso.

Carlo Ginzburg: a internet é um instrumento potencialmente democrático. Disponível em: <www.fronteras.com>. Acesso em: abr. 2019. Adaptado.

- a) De que argumentos o autor se vale para refutar a afirmação de que a internet é um instrumento democrático?
- b) Explique por que a internet pressupõe “professores em carne e osso” e livros.

a) O autor afirma que a internet é apenas potencialmente democrática. Para ser de fato democrática, é necessário que os usuários dominem os instrumentos do conhecimento, o que exige possibilidade de acesso e aprendizagem de leitura e escrita e, evidentemente, de acesso à internet; possibilidades essas associadas a privilégios culturais e sociais.

b) A utilização da internet pressupõe professores de carne e osso para o ensino da leitura. Segundo o autor, não se aprende a ler naturalmente; aprende-se devagar, e é preciso saber ler para navegar na web. Além disso, embora essa leitura se faça de forma fragmentada e rápida, são os livros, cujo uso se aprende na escola, que ensinam a dominar a velocidade da internet.

Leia o texto para responder à questão 3.

Encontrando base em argumentos supostamente científicos, o mito do sexo frágil contribuiu historicamente para controlar as práticas corporais desempenhadas pelas mulheres. Na história do Brasil, exatamente na transição entre os séculos XIX e XX, destacam-se os esforços para impedir a participação da mulher no campo das práticas esportivas. As desconfiâncias em relação à presença da mulher no esporte estiveram culturalmente associadas ao medo de masculinizar o corpo feminino pelo esforço físico

intenso. Em relação ao futebol feminino, o mito do sexo frágil atuou como obstáculo ao consolidar a crença de que o esforço físico seria inapropriado para proteger a feminilidade da mulher “normal”. Tal mito sustentou um forte movimento contrário à aceitação do futebol como prática esportiva feminina. Leis e propagandas buscaram desacreditar o futebol, considerando-o inadequado à delicadeza. Na verdade, as mulheres eram consideradas incapazes de se adequar às múltiplas dificuldades do “esporte-rei”.

TEIXEIRA, F. L. S.; CAMINHA, I. O. Preconceito no futebol feminino: uma revisão sistemática. *Movimento*. Porto Alegre, n. 1. 2013. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/>>. Acesso em: abr. 2019.

3. Enem

C7-H22

No contexto apresentado, a relação entre a prática do futebol e as mulheres é caracterizada por um

- a) argumento biológico para justificar desigualdades históricas e sociais.
- b) discurso midiático que atua historicamente na desconstrução do mito do sexo frágil.
- c) apelo para a preservação do futebol como uma modalidade praticada apenas pelos homens.
- d) olhar feminista que qualifica o futebol como uma atividade masculinizante para as mulheres.
- e) receio de que sua inserção subverta o “esporte-rei” ao demonstrarem suas capacidades de jogo.

O texto evidencia a suposta cientificidade dos argumentos para afastar as mulheres das práticas esportivas. Assim, são argumentos biológicos que justificam o tratamento desigual que perdurou por séculos.

Competência de área 7 – Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.

H22 – Relacionar, em diferentes textos, opiniões, temas, assuntos e recursos linguísticos.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

Leia o texto a seguir e responda às questões 4 a 7.

Os adolescentes e a filosofia

Há poucos anos, o ensino de filosofia tornou-se matéria obrigatória para os alunos de ensino médio. Uma decisão acertada que leva em conta a necessidade de estudantes adolescentes desenvolverem habilidades críticas, além de compreenderem a complexidade da gênese de conceitos fundamentais para nossas formas de vida.

De fato, a filosofia, tal como a conhecemos hoje, é o discurso que permite à chamada “experiência do pensamento ocidental” criticar seus próprios valores morais, estéticos, normas sociais e evidências cognitivas. A cláusula restritiva relativa ao “ocidente” justifica-se pelo fato de conhecermos muito pouco a respeito dos sistemas não ocidentais de pensamento. Temos, em larga medida, uma visão estereotipada de que eles ainda seriam fortemente vinculados ao pensamento mítico e, por isso, não teriam algo parecido à nossa razão desencantada, que baseia seus princípios na confrontação das argumentações a partir da procura do melhor argumento. É provável que em alguns anos tenhamos de rever tal análise.

De toda forma, que adolescentes sejam apresentados à filosofia, eis algo que vale a pena conservar. A adolescência transformou-se entre nós em um momento de revisão profunda do sistema de valores e crenças, de abertura e de profunda insegurança. Em sociedades com tendências a criticar modelos de autoridade baseados no legado da tradição e na repetição de experiências passadas, sociedades que incitam os indivíduos a tomar em seus ombros a responsabilidade pela construção de seus estilos de vida, inclusive como estratégia para apagar os impasses propriamente sociais de nossos modelos de conduta e julgamento, a adolescência será necessariamente vivenciada de forma mais angustiante. Nesse sentido, o contato com a filosofia encontra um terreno fértil de questionamento.

A avaliação dos livros e projetos pedagógicos normalmente direcionados a nossos alunos revela, no entanto, que deveríamos procurar outras estratégias de ensino. Nossos livros didáticos e paradidáticos são, na sua grande maioria, manuais de exposição da história da filosofia a partir de seus personagens principais. Os melhores se organizam a partir de temas específicos e do seu desdobramento nos

últimos dois mil anos (o que, convenhamos, não é pouco tempo). Nos dois casos, alcança-se, no máximo, uma visão geral da história das ideias. Normalmente muito bem ilustrada.

Melhor seria focar o ensino na leitura dirigida de textos maiores da tradição filosófica. Um adolescente tem todas as condições de ter uma primeira leitura produtiva de textos como *O banquete* ou *A república*, de Platão, *Discurso sobre a origem da desigualdade*, de Rousseau, *Meditações*, de Descartes, *Além do bem e do mal*, de Nietzsche, ou mesmo um texto como *O que é o esclarecimento?*, de Kant, entre tantos outros. São obras que abrem parte de suas questões diante de uma primeira leitura dirigida. Eles permitem ainda uma problematização sobre questões maiores como o amor, a política, a autoidentidade, a injustiça social e as aspirações da razão.

Nesse sentido, ganharíamos mais se os cursos fossem direcionados, por um lado, ao aprendizado sistemático da leitura e da interpretação. Nossos alunos chegam à universidade sem uma real capacidade de compreensão e problematização de textos. Os cursos de Filosofia poderiam colaborar em muito para mudar tal realidade.

Por outro lado, e sei que isso pode estranhar alguns, ganharíamos muito se uma parte dos cursos de Filosofia para os adolescentes fosse dedicada ao ensino da lógica. Nossos alunos chegam às universidades com dificuldades de escrita e raciocínio que poderiam ser minoradas se eles tivessem cursos de lógica. Sei que esta é uma das disciplinas de que nossos alunos de filosofia menos gostam, mas eles ganhariam muito, em todas as áreas, se tivessem uma formação mais sistemática no campo da lógica e da teoria do conhecimento.

Neste momento em que a sociedade brasileira se dá conta da importância da luta pela qualidade do ensino, deveríamos parar de desqualificar a capacidade de raciocínio de nossos adolescentes. Eles merecem conhecer diretamente os textos e ideias que constituíram nossa experiência social. Esta seria uma estratégia melhor do que lhes apresentar manuais.

SAFATLE, Vladimir. *Carta Capital*. Disponível em: <www.cartacapital.com.br>. Acesso em: maio 2019.

4. Cásper Líbero-SP – Pode-se afirmar que no texto o autor defende a ideia de que:

- a) A filosofia é uma disciplina escolar que permite aos jovens criticar seus próprios valores morais, estéticos, normas sociais e evidências cognitivas.
- b) A adolescência submetida ao estudo da filosofia transformou-se entre nós em um momento de revisão profunda do sistema de valores e crenças, de abertura e de profunda insegurança.
- c) A leitura de *O banquete*, de Platão, por exemplo, poderia colaborar para mudar a realidade de alguns alunos que chegam à universidade sem uma real capacidade de compreensão e problematização de textos.
- d) Cursos de filosofia e lógica permitem uma problematização sobre questões maiores como o amor, a política, a autoidentidade, a injustiça social e as aspirações da razão.
- e) A ênfase nos cursos de filosofia à leitura de textos basilares, e não na história da disciplina, poderia expandir a capacidade crítica e cognitiva dos adolescentes.

5. Cásper Líbero-SP – Ao propor um contato mais profundo dos adolescentes com a filosofia, o autor parte do pressuposto de que:

- a) A adolescência está deixando de ser a época de revisão de crenças e convicções e tornando-se somente um momento de insegurança radical.
- b) A sociedade moderna demonstra tendência a criticar modelos de autoridade sustentados no legado da tradição e na repetição de experiências do passado.
- c) A filosofia pode atenuar a angústia da adolescência frente a uma sociedade que imputa aos indivíduos a responsabilidade de arcar com a construção de seus estilos de vida, como estratégia para diluir os impasses decorrentes dos modelos de conduta e julgamento.
- d) A sociedade incita normalmente os indivíduos a colocarem sobre seus ombros a responsabilidade pela construção de seus estilos de vida.
- e) A adolescência é vivenciada de forma angustiante com o objetivo de acabar com os impasses sociais dos modelos de conduta e julgamento da sociedade contemporânea.

6. Cásper Líbero-SP – Segundo o texto, o problema do ensino de filosofia baseado na adoção de manuais de história da filosofia reside no fato de que:

- a) Esses manuais abrem parte de suas questões diante de uma primeira leitura dirigida, permitindo somente uma problematização de questões secundárias da Filosofia.

- b) A visão geral da história das ideias transmitida por tais manuais impede o adolescente de descobrir os textos filosóficos originais.
- c) O contato direto com os textos dos filósofos propicia aos adolescentes um desafio maior que a mera cronologia das ideias filosóficas.
- d) Eles somente direcionam o estudo da Filosofia ao aprendizado sistemático da leitura e da interpretação de textos clássicos.
- e) As dificuldades de escrita e raciocínio dos adolescentes não podem ser resolvidas por meio da leitura desses manuais.

7. UEM-PR (adaptado) – Sobre o texto, assinale o que for correto.

- I. Mesmo que os melhores livros didáticos e paradidáticos apresentem uma visão bem ilustrada da história das ideias, o autor do texto entende que a leitura dirigida de textos maiores da tradição filosófica surtiria melhores resultados no ensino de Filosofia.
- II. Vale a pena conservar a ideia de manter a filosofia como matéria obrigatória para o ensino médio porque ela propiciará aos estudantes uma visão menos estereotipada a respeito dos sistemas não orientais de pensamento.
- III. A leitura do texto permite inferir que, para o autor, o ensino de filosofia não pode restringir-se ao conhecimento da história da filosofia, mas deve ser direcionado ao aprendizado da leitura e da interpretação.
- IV. Ao afirmar, no 8º parágrafo, que os adolescentes merecem conhecer diretamente os textos e as ideias constituintes da experiência social, o autor reafirma sua posição de que o adolescente tem condições de realizar leituras produtivas de textos filosóficos, conforme expresso no 5º parágrafo.
- V. Amor, política, autoidentidade, injustiças sociais e aspirações da razão são questões universais que podem ser problematizadas pela leitura de textos filosóficos clássicos, como os citados no 5º parágrafo, dentre outros não mencionados pelo autor do texto.

Entre as afirmações acima, estão corretas apenas:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) I, III, IV e V.
- d) II, IV e V.
- e) III, IV e V.

ESTUDO PARA O ENEM

8. Enem

C7-H24

Novas tecnologias

Atualmente, prevalece na mídia um discurso de exaltação das novas tecnologias, principalmente aquelas ligadas às atividades de telecomunicações. Expressões frequentes como “o futuro já chegou”, “maravilhas tecnológicas” e “conexão total com o mundo” “fetichizam” novos produtos, transformando-os em objetos do desejo, de consumo obrigatório. Por esse motivo, **carregamos** hoje nos bolsos, bolsas e mochilas o “futuro” tão festejado.

Todavia, não **podemos** nos reduzir a meras vítimas de um aparelho midiático perverso, ou de um aparelho capitalista controlador. Há perversão, certamente, e controle, sem

sombra de dúvida. Entretanto, **desenvolvemos** uma relação simbiótica de dependência mútua com os veículos de comunicação, que se estreita a cada imagem compartilhada e a cada dossiê pessoal transformado em objeto público de entretenimento.

Não mais como aqueles acorrentados na caverna de Platão, **somos** livres para nos aprisionar, por espontânea vontade, a essa relação sadomasoquista com as estruturas midiáticas, na qual tanto **controlamos** quanto somos controlados.

SAMPAIO, André Silveira. A microfísica do espetáculo. *Observatório da imprensa*, edição 735. Disponível em: <observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: abr. 2019. Adaptado.

Ao escrever um artigo de opinião, o produtor precisa criar uma base de orientação linguística que permita alcançar os leitores e convencê-los com relação ao ponto de vista defendido. Diante disso, nesse texto, a escolha das formas verbais em destaque objetiva:

- a) criar relação de subordinação entre leitor e autor, já que ambos usam as novas tecnologias.
- b) enfatizar a probabilidade de que toda a população brasileira esteja aprisionada às novas tecnologias.
- c) indicar, de forma clara, o ponto de vista de que hoje as pessoas são controladas pelas novas tecnologias.
- d) tornar o leitor copartícipe do ponto de vista de que ele manipula as novas tecnologias e por elas é manipulado.
- e) demonstrar ao leitor sua parcela de responsabilidade por deixar que as novas tecnologias controlem as pessoas.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

25

CARTA ARGUMENTATIVA

- Gêneros epistolares
- Estrutura geral das cartas
- Carta argumentativa
- Carta argumentativa no vestibular

HABILIDADES

- Compreender os gêneros epistolares.
- Reconhecer as características estruturais do gênero carta.
- Reconhecer contextos de circulação do gênero carta argumentativa.
- Analisar como os vestibulares solicitam a produção de cartas.



OLASER/ISTOCKPHOTO

Pois que toda a literatura é uma longa carta a um interlocutor invisível, presente, possível ou futura paixão que liquidamos, alimentamos ou procuramos. [...]

BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho da. *Novas cartas portuguesas*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1974. p. 9.

GÊNEROS EPISTOLARES

Todo texto pressupõe diálogo. Notícias informam leitores; manuais instruem consumidores; “textões” engajam usuários nas redes sociais (a comentar ou a agir). Porque são linguagem, a função primordial dos textos é comunicar e dialogar: ainda que não escrevamos outros textos, se agimos influenciados pelo que nos dizem, oralmente ou por escrito, estamos respondendo a um texto.

Entre os grandes modos de organização textual, podemos destacar as correspondências não só por suas especificidades de estrutura e interlocução, mas também por transitar em vários contextos discursivos. Um tipo particular de correspondência são as cartas argumentativas – gênero textual que tem como objetivo principal persuadir o interlocutor. Portanto, neste gênero, predominam sequências argumentativas.

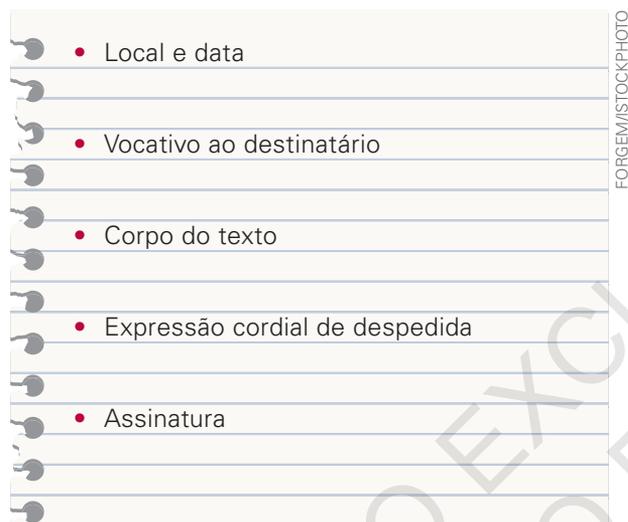
A estrutura do corpo do texto, uma das partes de uma carta, é dissertativa-argumentativa, possuindo algumas peculiaridades em sua produção, pois apresenta interlocutores – um emissor (remetente) e um receptor (destinatário) – explícitos. Na maior parte das vezes, a linguagem empregada pode ser considerada formal.

Ao redigir uma carta argumentativa, na posição de emissor desse gênero, deve-se dar atenção aos seguintes fatores: finalidade do texto produzido, interlocutor, tema tratado, variedade linguística em que se expressa e uso de

elementos de coesão e coerência. Assim, tanto o conteúdo como o interlocutor são parâmetros para a escolha a fazer no que se refere ao uso da norma-padrão ou à outra variedade linguística. O gênero textual carta permite variados tipos de comunicação: pedido, agradecimento, informação, cobrança, intimação, notícias familiares, prestação de contas etc.

ESTRUTURA GERAL DAS CARTAS

Ao escrever uma carta, seja para pedir uma informação, para agradecer uma ação, para tratar de um negócio, para relatar acontecimentos aos familiares ou amigos etc., alguns elementos são indispensáveis:



CARTA ARGUMENTATIVA



O corpo do texto de uma carta argumentativa terá os mesmos elementos da dissertação-argumentativa, mas deve-se dar atenção a algumas características deste gênero textual:

- Um texto dissertativo-argumentativo geralmente é endereçado a um leitor genérico, e qualquer pessoa poderá lê-lo. Na carta argumentativa, há um interlocutor definido, posto que o autor dirige-se a alguém específico.

- Como há um interlocutor definido, é necessário dirigir-se ao leitor, estabelecer contato desde o vocativo e ao longo do texto, para reforçar que a argumentação tem o intuito de convencê-lo. Portanto, ao contrário de um texto dissertativo de natureza genérica, o leitor é evocado no texto de uma carta argumentativa.
- Da mesma forma que um texto argumentativo, a carta argumentativa tem a finalidade de defender um ponto de vista a fim de persuadir o interlocutor ao reivindicar direitos, reclamar de um atendimento inadequado, sugerir soluções para problemas etc. Para isso, apresentará uma ideia principal, argumentos baseados em fatos, dados, exemplos e uma conclusão. Em geral, na conclusão, espera-se que seja apresentada uma proposta de solução para o problema levantado ao longo da carta.
- Se a posição do leitor sobre o tema é conhecida, pode-se adotar a contra-argumentação como estratégia relevante.
- O grau de formalidade do texto dependerá do interlocutor.

CARTA ARGUMENTATIVA NO VESTIBULAR

Vejam como o gênero carta foi solicitado no vestibular de uma das principais universidades do país, a Unicamp, em 2014. Ainda que a prova peça a produção de uma carta aberta, a exigência de que ela seja argumentativa está no enunciado da proposta.

PROPOSTA COMENTADA

1. Unicamp – Em virtude dos problemas de trânsito, uma associação de moradores de uma grande cidade se mobilizou, buscou informações em textos e documentos variados e optou por elaborar uma **carta aberta. Você, como membro da associação**, ficou responsável por redigir a carta a ser divulgada nas redes sociais. Essa carta tem o objetivo de **reivindicar, junto às autoridades municipais, ações consistentes para a melhoria da mobilidade urbana na sua cidade**. Para estruturar a sua argumentação, utilize também informações apresentadas nos trechos abaixo, que foram lidos pelos membros da associação.

Atenção: assine a carta usando apenas as iniciais do remetente.

I

“A boa cidade, do ponto de vista da mobilidade, é a que possui mais opções”, explica o planejador urbano Jeff Risom, do escritório dinamarquês Gehl Architects. E Londres está entre os melhores exemplos práticos dessa ideia aplicada às grandes metrópoles.

A capital inglesa adotou o pedágio urbano em 2003, diminuindo o número de automóveis em circulação e gerando uma receita anual que passou a ser reaplicada em melhorias no seu já consolidado sistema de transporte público. Com menos carros e com a redução da velocidade máxima permitida, as ruas tornaram-se mais seguras para que fossem adotadas políticas que priorizassem a bicicleta como meio de transporte. Em 2010, Londres importou o modelo criado em 2005

em Lyon, na França, de bikes públicas de aluguel. Em paralelo, começou a construir uma rede de ciclovias e determinou que as faixas de ônibus fossem compartilhadas com ciclistas, com um programa de educação massiva dos motoristas de coletivos. Percorrer as ruas usando o meio de transporte mais conveniente – e não sempre o mesmo – ajuda a resolver o problema do trânsito e ainda contribui com a saúde e a qualidade de vida das pessoas.

GARCIA, Natália. 8 iniciativas urbanas inspiradoras, em *Red Report*, fev. 2013, p. 63. Disponível em: <<http://cidadesparapessoas.com>>. Acesso em : 6 set. 2013.

II

Mas, afinal, qual é o custo da morosidade dos deslocamentos urbanos na região metropolitana de São Paulo?

Não é muito difícil fazer um cálculo aproximado.

Podemos aceitar como tempo normal, com muita boa vontade, uma hora diária. Assim, o tempo médio perdido com os congestionamentos em São Paulo é superior a uma hora por dia. Sendo a jornada de trabalho igual a oito horas, é fácil verificar que o tempo perdido é de cerca de 12,5% da jornada de trabalho. O valor monetário do tempo perdido é de R\$ 62,5 bilhões por ano.

Esse é o custo social anual da lentidão do trânsito em São Paulo.

FRANCO MONTORO FILHO, André. O custo da (falta de) mobilidade urbana, *Folha de São Paulo*, Caderno Opinião, São Paulo, 4 ago. 2013. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 9 set. 2013. Adaptado.

III

Torna-se cada vez mais evidente que não há como escapar da progressiva limitação das viagens motorizadas, seja aproximando os locais de moradia dos locais de trabalho ou de acesso aos serviços essenciais, seja ampliando o modo coletivo e os meios não motorizados de transporte.

Evidentemente que não se pode reconstruir as cidades, porém são possíveis e necessárias a formação e a consolidação de novas centralidades urbanas, com a descentralização de equipamentos sociais, a informatização e descentralização de serviços públicos e, sobretudo, com a ocupação dos vazios urbanos, modificando-se, assim, os fatores geradores de viagens e diminuindo-se as necessidades de deslocamentos, principalmente motorizados.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Caderno para a Elaboração de Plano Diretor de Transporte e da Mobilidade*. Secretaria Nacional de Transportes e de Mobilidade Urbana [SeMob], 2007, p. 22-23. Disponível em: <<http://www.antp.org.br>>. Acesso em : 6 set. 2013.

Confira, agora, as expectativas dos avaliadores.

Espera-se que o candidato assuma a perspectiva de um membro de uma associação de bairro de uma grande cidade preocupada com os problemas de trânsito enfrentados pelos moradores para redigir uma carta aberta sobre a questão da mobilidade urbana. O candidato deverá considerar o destina-

tário, especialmente, as autoridades encarregadas de implementar as ações para o enfrentamento dos problemas de mobilidade urbana, além do público em geral. O candidato deve argumentar em favor de duas reivindicações baseando-se principalmente nas informações apresentadas nos trechos dos textos lidos pelos membros da associação.

Comissão Permanente para os Vestibulares e Pró-Reitoria de Graduação. *Vestibular Unicamp*: redações 2014. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 36-37.

A seguir, dois exemplos de textos que receberam notas acima da média e um breve comentário sobre cada um.

Carta Aberta à Prefeitura Municipal

Como representante da Associação de Moradores do Município, venho, mediante esta carta aberta dirigida à Prefeitura Municipal, reivindicar a instauração imediata e em longo prazo de medidas com o propósito de melhorar o sistema viário da nossa cidade.

Nos últimos anos, nossa comunidade vem enfrentando o aumento exponencial do número de horas perdidas no trânsito engarrafado, bem como as cada vez mais lotadas viagens de ônibus e trem. O aparente descaso das nossas autoridades públicas, no tocante a essa questão crucial, levou os associados a realizarem uma abrangente pesquisa sobre os métodos utilizados por diversas cidades do mundo, visando reverter quadros de estagnação da mobilidade urbana.

A Associação pôde constatar, dessa forma, que uma possível solução imediata é o polêmico pedágio urbano. Apesar da repulsa à primeira vista que essa medida presuppõe, ela vem sendo aplicada com sucesso em Londres desde 2003, sendo a receita arrecadada nos pedágios revertida em investimentos no transporte público. É importante também lembrar outra medida europeia, que consiste em oferecer bicicletas públicas, de aluguel, para a população, bem como a construção de ciclovias – oferecendo um meio de transporte alternativo.

Contudo, ressalto que a maior parte das melhorias apenas virá a partir de medidas que atinjam nossa sociedade no futuro. Dessa forma, faz-se necessária uma verdadeira revolução municipal, que consista na descentralização dos pólos empregatícios da cidade, bem como na informatização dos serviços públicos. É absolutamente inadmissível que o cidadão perca longas horas no trânsito por morar distante do seu trabalho, sendo muito mais lógico empregá-lo próximo à sua residência, mediante incentivos fiscais a empresas que se instalem nos subúrbios da nossa urbe.

Eu e meus colegas associados, bem como a sociedade em geral, esperamos que nossas reivindicações sejam atendidas, a partir de um planejamento conciso que possa melhorar nossas condições de transporte.

Sem mais,

S.I.N.

MARINHO, Guilherme Rodrigues. In: Comissão Permanente para os Vestibulares e Pró-Reitoria de Graduação. *Vestibular Unicamp*: redações 2014. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 76-78.

Já no início do texto ocorrem as marcas de interlocução necessárias: destinatário (a Prefeitura) e remente (representante da Associação de Moradores do Município). A fim de reivindicar ações para melhoria da mobilidade urbana, o candidato expõe o resultado de uma pesquisa feita sobre a insatisfação dos cidadãos em relação aos engarrafamentos e ao tempo perdido no trânsito. A citação da medida aplicada em Londres garante não só diálogo com a coletânea, mas também identificação do município com os problemas urbanos comuns a várias cidades do mundo. A carta é finalizada com ações concretas para que a “revolução municipal” se concretize, reconhecendo-se que seus efeitos serão mais perceptíveis para as próximas gerações. O registro também é um fator de sucesso deste texto: o uso da primeira pessoa, nesse caso, é adequado por se tratar da fala do representante de um coletivo.

Belo Horizonte, 10 de Novembro de 2013

Carta aberta à prefeitura de Belo Horizonte

Venho, por meio desta carta, apresentar reivindicações da Associação de Moradores de Belo Horizonte concernentes à mobilidade em nossa cidade.

Diante de congestionamentos cada vez maiores, do atraso provocado pelo trânsito de veículos em horários de ápice e do conseqüente estresse que acomete os belo-horizontinos diariamente, quando precisam se locomover, nossa Associação se comprometeu a estudar as principais causas e elaborar as melhores propostas para a melhoria da mobilidade em nossa cidade. Chegamos portanto, à conclusão de que o principal problema do trânsito de Belo Horizonte é a dimensão exorbitante de sua frota de veículos, quando analisa-se o que a infraestrutura da cidade é capaz de suportar. Com base nisso, criamos propostas de intervenção que visam reduzir a frota de automóveis, dinamizar a locomoção urbana e aumentar a qualidade de vida dos habitantes.

A primeira proposta se refere à implantação do pedágio urbano, que está em voga em Londres desde 2003 e se mostrou muito bem-sucedido. Esse pedágio consiste em uma tarifa, cobrada em diversos pontos da cidade, para motoristas de automóveis. O efeito imediato dessa proposta é o desencorajamento do uso de automóveis pelos cidadãos. Além disso, o dinheiro dos pedágios torna-se um fundo para investimento em transporte público.

A segunda proposta relaciona-se, justamente, ao transporte público. Sugere-se a ampliação da frota e das linhas de ônibus, além da criação de ciclovias por toda a cidade. Paralelamente a isso, convém implantar o serviço de aluguel de bicicletas públicas, sucesso na França. Com essas propostas, esperamos uma melhoria significativa na mobilidade em Belo Horizonte, portanto exortamos à prefeitura que elas sejam postas em prática.

Atenciosamente,

T.M.G.

GALDINO, Thales Murad. In: Comissão Permanente para os Vestibulares e Pró-Reitoria de Graduação. *Vestibular Unicamp*: redações 2014. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 94-96.

Mais adequado à estrutura da carta, neste texto percebe-se um percurso: apresentação do propósito da carta, exposição do contexto em que a mobilidade urbana é prejudicial aos cidadãos e apresentação de duas propostas. Essa organização é possível pela divisão dos parágrafos. A primeira também cita a ação bem-sucedida da prefeitura londrina de desencorajar o uso de transportes individuais, estimulando a utilização do transporte público. A outra medida sugerida, o aumento da oferta de transporte, também dialoga com a coletânea.

INTERLOCUÇÃO E PRONOMES DE TRATAMENTO

Alguns vestibulares exigem elaboração de carta argumentativa na prova de redação ou, ao menos, a propõe como uma das opções de gênero a ser produzido. Neste caso, atente-se à finalidade expressa na proposta, que determina importantes escolhas linguísticas: tipo de linguagem, seqüências discursivas predominantes, forma de tratamento para o interlocutor, dentre outras.

Em uma carta argumentativa, o interlocutor é conhecido, trata-se, conseqüentemente, de uma pessoa determinada dentro do texto. Ao escolher o vocativo para se dirigir a esse leitor, deve-se considerar sua posição social, seu cargo e a relação estabelecida com ele pelo autor da carta. Há pronomes de tratamento utilizados genericamente, que tornam formal a relação e demonstram respeito ao interlocutor, como: Senhor, Senhora, Vossa Senhoria. No entanto, sempre que possível, para alguns cargos, devemos empregar os pronomes específicos. Veja a seguir alguns deles.

Uso de alguns pronomes de tratamento

AUTORIDADES EM GERAL	ABREVIATURA	USADO PARA
Vossa Excelência	V. Exa.	Presidente, senador, governador
Vossa Magnificência	V. Maga.	Reitores de universidade
Vossa Senhoria	V. Sa.	Funcionários públicos graduados, oficiais militares até coronéis; em textos escritos, pessoas de cerimônia
AUTORIDADES JUDICIÁRIAS	ABREVIATURA	USADO PARA
Vossa Excelência	V. Exa.	Desembargador
Meritíssimo	MM.	Juízes
AUTORIDADES ECLESIASTICAS	ABREVIATURA	USADO PARA
Vossa Santidade	V. S.	Papa
Vossa Eminência	V. Ema.	Cardeais
Vossa Reverendíssima	V. Revma.	Sacerdotes em geral
Vossa Excelência Reverendíssima	V. Exa. Revma.	Bispo e arcebispo
AUTORIDADES MONÁRQUICAS	ABREVIATURA	USADO PARA
Vossa Majestade	V. M.	Reis e imperadores
Vossa Alteza	V. A.	Príncipes e duques



SOULCLD/IS-
TOCKPHOTO



SOULCLD/IS-
TOCKPHOTO



SOULCLD/IS-
TOCKPHOTO

LEITURA COMPLEMENTAR

Apesar de apresentar, comumente, uma forma prototípica, estrutura semelhante à carta pessoal: local, data, vocativo, corpo do texto (assunto), expressão cordial de despedida e assinatura, [cartas do leitor possuem diferentes categorias de acordo com a funcionalidade e] pelo objetivo a ser atingido de cada um desses grupos.

O primeiro desses grupos é denominado direito de resposta que comporta cartas de pessoas ou empresas que, asseguradas pelo artigo 5º, inciso V da Constituição Federal, têm o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização, pelo dano material, moral ou à imagem. Apesar de a maioria das pessoas só conseguirem direito à resposta em um espaço menor ao que lhe é devido, com seu texto compactado, é relevante ressaltar que não é a intenção deste trabalho discutir os direitos e deveres da imprensa e do público.

[...]

Uma segunda categoria, classificada como carta-opinião, os leitores se dirigem de forma clara e direta à revista ou ao jornal e devem fazer uma breve contextualização ao longo da argumentação como referência ao texto (autor e título) ou matéria referida, assim, a reação do leitor seja de aprovação ou desaprovação é propositalmente explícita. O autor se manifesta de formas diversas: elogios, sugestões, correções, solicitações, críticas direcionadas a alguma matéria ou posicionamento do meio de comunicação, mas não à publicação em sua totalidade e outros casos.

[...]

Na carta-manifestação, terceira categoria [...], as correspondências dos leitores abordam temas atuais em discussão na sociedade, tratados pela revista ou jornal em edições anteriores, sem referência direta à matéria publicada ou ao tratamento dado pelo veículo [...].

MEDEIROS, Aline. Carta do leitor. IN: DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. *Nos domínios dos gêneros textuais*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009. v. 2. Adaptado.

ROTEIRO DE AULA

CARTA ARGUMENTATIVA

Estruturalmente, as cartas se diferenciam de outros textos por ter obrigatoriamente cinco partes:

Local e data

Vocativo ao destinatário

Corpo do texto

Expressão de despedida

Assinatura

Linguisticamente, um importante traço das cartas é a interlocução marcada, por meio da qual ficam claros os dois polos da produção do texto:

um emissor (remetente) e um receptor (destinatário).

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. Unicamp-SP – Em busca de soluções para os inúmeros incidentes de violência ocorridos na escola em que estudam, um grupo de alunos, inspirados pela matéria “Conversar para resolver conflitos”, resolveu fazer uma primeira reunião para discutir o assunto. Você ficou responsável pela elaboração da **carta-convite** dessa reunião, a ser endereçada pelo **grupo à comunidade escolar** – alunos, professores, pais, gestores e funcionários.

A carta deverá **convencer** os membros da comunidade escolar a **participarem da reunião, justificando** a importância desse espaço para a discussão de ações concretas de enfrentamento do problema da violência na escola. Utilize as **informações** da matéria abaixo para **construir seus argumentos** e mostrar **possibilidades de solução**.

Lembre-se de que o **grupo** deverá assinar a carta e também informar o **dia**, o **horário** e o **local** da reunião.

Conversar para resolver conflitos.

Quando a escuta e o diálogo são as regras, surgem soluções pacíficas para as brigas.

Alunos que brigam com colegas, professores que desrespeitam funcionários, pais que ofendem os diretores. Casos de violência na escola não faltam. A pesquisa *O Que Pensam os Jovens de Baixa Renda sobre a Escola*, realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) sob encomenda da Fundação Victor Civita (FVC), ambos de São Paulo, revelou que 11% dos estudantes se envolveram em conflitos com seus pares nos últimos seis meses e pouco mais de 8% com professores, coordenadores e diretores. Poucas escolas refletem sobre essas situações e elaboram estratégias para construir uma cultura da paz. A maioria aplica punições que, em vez de acabarem com o enfrentamento, estimulam esse tipo de atitude e tiram dos jovens a autonomia para resolver problemas.

Segundo Telma Vinha, professora de Psicologia Educacional da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e colunista da revista NOVA ESCOLA, implementar um projeto institucional de mediação de conflitos é fundamental para implantar espaços de diálogo sobre a qualidade das relações e os problemas de convivência e propor maneiras não violentas de resolvê-los. Assim, os próprios envolvidos em uma briga podem chegar a uma solução pacífica.

Por essa razão, é importante que, ao longo do processo de implantação, alunos, professores, gestores e funcionários sejam capacitados para atuar como mediadores. Esses, por sua vez, precisam ter algumas habilidades, como saber se colocar no lugar do outro, manter a imparcialidade, ter cuidado com as palavras e se dispor a escutar.

O projeto inclui a realização de um levantamento sobre a natureza dos conflitos e um trabalho preventivo para evitar a agressão como resposta para essas situações. Além disso, ao sensibilizar os professores e funcionários, é possível identificar as violências sofridas pelos diferentes segmentos e atuar para acabar com elas.

Pessoas capacitadas atuam em encontros individuais e coletivos

Há duas formas principais de a mediação acontecer, segundo explica Lívia Maria Silva Licciardi, doutoranda em Psicologia Educacional, Desenvolvimento Humano e Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A primeira é quando há duas partes envolvidas. Nesse caso, ambos os lados se apresentam ou são

chamados para conversar com os mediadores – normalmente eles atuam em dupla para que a imparcialidade no encaminhamento do caso seja garantida – em uma sala reservada para esse fim. Eles ouvem as diversas versões, dirigem a conversa para tentar fazer com que todos entendam os sentimentos colocados em jogo e ajudam na resolução do episódio, deixando que os envolvidos proponham caminhos para a decisão final.

A segunda forma é utilizada quando acontece um problema coletivo – um aluno é excluído pela turma, por exemplo. Diante disso, o ideal é organizar mediações coletivas, como uma assembleia. Nelas, um gestor ou um professor pauta o encontro e conduz a discussão, sem expor a vítima nem os agressores. “O objetivo é fazer com que todos falem, escutem e proponham saídas para o impasse. Assim, a solução deixa de ser punitiva e passa a ser formativa, levando à corresponsabilização pelos resultados”, diz Ana Lucia Catão, mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ela ressalta que o debate é enriquecido quando se usam outros recursos: filmes, peças de teatro e músicas ajudam na contextualização e compreensão do problema.

No Colégio Estadual Federal (CEF) 602, no Recanto das Emas, subdistrito de Brasília, o Projeto Estudar em Paz, realizado desde 2011 em parceria com o Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos da Universidade de Brasília (NEP/UnB), tem 16 alunos mediadores formados e outros 30 sendo capacitados. A instituição conta ainda com 28 professores habilitados e desde o começo deste ano o projeto faz parte da formação continuada. “Os casos de violência diminuíram. Recebo menos alunos na minha sala e as depredações do patrimônio praticamente deixaram de existir. Ao virarem protagonistas das decisões, os estudantes passam a se responsabilizar por suas atitudes”, conta Silvani dos Santos, diretora. [...]

“Essas propostas trazem um retorno muito grande para as instituições, que conseguem resultados satisfatórios. É preciso, porém, planejá-las criteriosamente”, afirma Suzana Menin, professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).

PADIAL, Karina. Conversar para resolver. *Gestão Escolar*. São Paulo, n. 27, ago./set. 2013. Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br>>. Acesso em: 2 out. 2014.

Expectativas da banca Unicamp – Espera-se que o candidato se coloque no lugar de um grupo de alunos e, em nome desse coletivo, redija uma carta-convite endereçada à sua comunidade escolar, que compreende alunos, professores, pais, gestores e funcionários. Para elaborar a carta, terá de argumentar no sentido de convencer os destinatários a participarem da reunião, justificando a relevância do evento. A justificativa deve estar relacionada com a ocorrência de vários episódios de violência na própria escola e com a importância do envolvimento coletivo da comunidade escolar no enfrentamento desse problema, princípio explicitado na matéria que inspira a carta. O candidato deverá também assinar a carta e fornecer informações essenciais relativas ao evento, como dia, local e horário de realização.

A proposta instrui ainda que o candidato apresente possibilidades de solução do problema, explicitadas na matéria jornalística. De modo geral, as soluções indicadas sugerem a implementação de projetos institucionais de mediação de conflitos para a construção de uma cultura de paz. Tais projetos visam, essencialmente, a implantar espaços de diálogo sobre a qualidade das relações e os problemas de convivência e demandam planejamento de ações, tais como levantamento da situação de violência escolar e capacitação dos mediadores. O candidato pode mencionar as formas distintas de mediação para conflitos, desde os que envolvem duas pessoas até aqueles que atingem muitas pessoas ao mesmo tempo. Outra informação que pode compor o texto do candidato é a menção à iniciativa bem-sucedida na escola em Brasília, na qual se investiu no protagonismo estudantil nas mediações e na formação dos mediadores (alunos e educadores).

2. Enem**C7-H24**

São Paulo, 18 de agosto de 1929.

Carlos [Drummond de Andrade],

Achei graça e gozei com o seu entusiasmo pela candidatura Getúlio Vargas – João Pessoa. É. Mas veja como estamos... trocados. Esse entusiasmo devia ser meu e sou eu que conservo o ceticismo que deveria ser de você. [...].

Eu... eu contemplo numa torcida apenas simpática a candidatura Getúlio Vargas, que antes desejava tanto. Mas pra mim, presentemente, essa candidatura (única aceitável, está claro) fica manchada por essas pazes fráglimas de governistas mineiros, gaúchos, paraibanos [...], com democráticos paulistas (que pararam de atacar o Bernardes) e oposicionistas cariocas e gaúchos. Tudo isso não me entristece. Continuo reconhecendo a existência de males necessários, porém me afasta do meu país e da candidatura Getúlio Vargas. Repito: única aceitável.

Mário [de Andrade]

LEMOS, Renato. *Bem traçadas linhas*: a história do Brasil em cartas pessoais. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004. p. 305.

Acerca da crise política ocorrida em fins da Primeira República, a carta do paulista Mário de Andrade ao mineiro Carlos Drummond de Andrade revela:

- a) a concordância entre Mário de Andrade e Drummond quanto ao caráter inovador de Vargas, que fez uma ampla aliança para derrotar a oligarquia mineira.
- b) a veneração de Drummond e Mário de Andrade ao gaúcho Getúlio Vargas, que se aliou à oligarquia cafeeira de São Paulo.
- c) a simpatia de Drummond pela candidatura Vargas e o desencanto de Mário de Andrade com as composições políticas sustentadas por Vargas.**
- d) a discordância entre Mário de Andrade e Drummond sobre a importância da aliança entre Vargas e o paulista Júlio Prestes nas eleições presidenciais.
- e) o otimismo de Mário de Andrade em relação a Getúlio Vargas, que se recusara a fazer alianças políticas para vencer as eleições.

No início da carta, Mário de Andrade menciona sua simpatia pela candidatura de Vargas ao revelar aprovação do entusiasmo de Drummond em relação ao mesmo candidato.

Competência de área 7 – Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.

H24 – Reconhecer no texto estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público, tais como a intimidação, sedução, comção, chantagem, entre outras.

3. Enem**C6-H18****O senhor**

Carta a uma jovem que, estando em uma roda em que dava aos presentes o tratamento de você, se dirigiu ao autor chamando-o “o senhor”:

Senhora:

Aquele a quem chamastes senhor aqui está, de peito magoado e cara triste, para vos dizer que senhor ele não é, de nada, nem de ninguém.

Bem o sabeis, por certo, que a única nobreza do plebeu está em não querer esconder sua condição e esta nobreza tenho eu. Assim, se entre tantos senhores ricos e nobres a quem chamáveis “você” escolhestes a mim para tratar de “senhor”, é bem de ver que só poderíeis ter encontrado essa senhoria nas rugas de minha testa e na prata de meus cabelos. Senhor de muitos anos, eis aí, o território onde eu mando é no país do tempo que foi. Essa palavra “senhor”, no meio de uma frase, ergueu entre nós um muro frio e triste.

Vi o muro e calei: não é de muito, eu juro, que me aconteceu essa tristeza; mas também não era a vez primeira. [...]

BRAGA, R. *A borboleta amarela*. Rio de Janeiro: Record, 1991.

A escolha do tratamento que se queira atribuir a alguém geralmente considera as situações específicas do uso social. A violação desse princípio causou um mal-estar no autor da carta. O trecho que descreve essa violação é:

- a) “A única nobreza do plebeu está em não querer esconder a sua condição.”
- b) “Essa palavra, ‘senhor’, no meio de uma frase, ergueu entre nós um muro frio e triste.”**
- c) “Só poderíeis ter encontrado essa senhoria nas rugas de minha testa.”
- d) “O território onde eu mando é no país do tempo que foi.”
- e) “Não é de muito, eu juro, que acontece essa tristeza; mas também não era a vez primeira.”

A palavra “senhor” usada na carta cria um distanciamento entre os interlocutores, como mostra o trecho: “Essa palavra, ‘senhor’, no meio de uma frase ergueu entre nós um muro frio e triste.”

Competência de área 6 – Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.

H18 – Identificar os elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS**4. Enem PPL****C9-H29**

Como os gêneros são históricos e muitas vezes estão ligados às tecnologias, eles permitem que surjam novidades nesse campo, mas são novidades com algum gosto do conhecido. Observem-se as respectivas tecnologias e alguns de seus gêneros: **telegrama; telefonema; entrevista televisiva; entrevista radiofônica; roteiro cinematográfico** e muitos outros que foram surgindo com tecnologias específicas. Neste sentido, é claro que a tecnologia da computação, por oferecer uma nova perspectiva de uso da escrita num meio eletrônico muito maleável, traz mais possibilidades de inovação.

MARCUSCHI, L. A. Disponível em: <www.progesp.ufba.br>. Acesso em: 23 jul. 2012.

O avanço das tecnologias de comunicação e informação fez, nas últimas décadas, com que surgissem novos gêneros textuais. Esses novos gêneros, contudo, não são totalmente originais, pois eles inovam em alguns pontos, mas remetem a outros gêneros textuais preexistentes, como ocorre no seguinte caso:

- a) O gênero *e-mail* mantém características dos gêneros carta e *bilhete*.
- b) O gênero *aula virtual* mantém características do gênero *reunião de grupo*.
- c) O gênero *bate-papo virtual* mantém características do gênero *conferência*.

- d) O gênero *videoconferência* mantém características do gênero *aula presencial*.
 e) O gênero *lista de discussão* mantém características do gênero *palestra*.

5. Enem

C8-H25

Venho solicitar a clarividente atenção de Vossa Excelência para que seja conjurada uma calamidade que está prestes a desabar em cima da juventude feminina do Brasil. Refiro-me, senhor presidente, ao movimento entusiasta que está empolgando centenas de moças, atraindo-as para se transformarem em jogadoras de futebol, sem se levar em conta que a mulher não poderá praticar este esporte violento sem afetar, seriamente, o equilíbrio fisiológico das suas funções orgânicas, devido à natureza que dispôs a ser mãe. Ao que dizem os jornais, no Rio de Janeiro, já estão formados nada menos de dez quadros femininos. Em São Paulo e Belo Horizonte também já estão se constituindo outros. E, neste crescendo, dentro de um ano, é provável que em todo o Brasil estejam organizados uns 200 clubes femininos de futebol, ou seja, 200 núcleos destroçados da saúde de 2,2 mil futuras mães, que, além do mais, ficarão presas a uma mentalidade depressiva e propensa aos exibicionismos rudes e extravagantes.

Carta Capital, 28 abr. 2010. Coluna Pênalti.

O trecho é parte de uma carta de um cidadão brasileiro, José Fuzeira, encaminhada, em abril de 1940, ao então presidente da República Getúlio Vargas. As opções linguísticas de Fuzeira mostram que seu texto foi elaborado em linguagem:

- a) regional, adequada à troca de informações na situação apresentada.
 b) jurídica, exigida pelo tema relacionado ao domínio do futebol.
 c) coloquial, considerando-se que ele era um cidadão brasileiro comum.
 d) culta, adequando-se ao seu interlocutor e à situação de comunicação.
 e) informal, pressupondo o grau de escolaridade de seu interlocutor.

O texto a seguir foi utilizado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) para contextualizar a proposta de redação da questão 6.

Carta sobrevive na era do *e-mail*

Ninguém questiona o fato de que a internet chegou para ficar e está transformando o modo como o mundo se comunica. A proliferação do uso de *e-mails*, *sites* de relacionamento e mesmo SMS enterrou para muitos a ideia de enviar uma carta. Mas os correios em todo o mundo descobriram que a carta não desapareceu. Há três anos, o envio de correspondências se mantém estável, segundo a União Postal Universal, fundada em 1874 em Berna. No mundo são 1,2 bilhão de cartas mandadas por dia. Por ano, os campeões são os americanos, com 199 bilhões de cartas. O Japão vem em distante segundo lugar, com 25 bilhões, e a Alemanha, com 21 bilhões. Segundo 193 correios do mundo, há grandes diferenças ainda entre os países sobre como as pessoas se comunicam. Na Arábia Saudita, a carta continua sendo a forma mais usada por trabalhadores imigrantes provenientes da Ásia para se comunicar com suas famílias em seus países de origem. Na África, a realidade é mais problemática. Somente uma a cada oito pessoas tem um endereço para onde alguém possa enviar uma carta. Se nem endereço fixo é uma realidade, a internet continua um sonho distante. No mundo, uma a cada três pessoas tem acesso à internet em casa. Mas a taxa é de uma a cada 20 nos países em desenvolvimento, segundo a União Internacional de Telecomunicações.

Agência Estado. Carta sobrevive na era do *e-mail*.
Gazeta do Povo, 6 jun. 2010, p. 15. Adaptado.

6. **UEL-PR (adaptada)** – Tendo em vista a importância da troca de correspondências nos dias atuais, redija uma carta a um amigo que vive num país distante, numa cidade que não dispõe de rede de comunicação para e-mail e internet, relatando a ele os fatos mais importantes ocorridos no Brasil no ano de 2018.

Atenção: Ao encerrar a carta, assinie apenas com as iniciais do seu nome.

7. **Sistema Dom Bosco** – Com base no texto e na imagem a seguir, escreva uma carta argumentativa para um prefeito de uma cidade à sua escolha em que você sugira medidas para melhorar o espaço urbano público.

Texto I

O historiador da arquitetura Iain Borden disse que o surgimento da arquitetura hostil tem suas raízes no design urbano e na gestão do espaço público dos anos 1990. Esse apareci-

mento, afirmou ele, “sugere que somos cidadãos da república apenas na medida em que estamos trabalhando ou consumindo mercadorias diretamente”.

“Por isso é aceitável, por exemplo, ficar sentado, desde que você esteja num café ou num lugar previamente determinado onde podem acontecer certas atividades tranquilas, mas não ações como realizar performances musicais, protestar ou andar de *skate*. É o que alguns chamam de ‘shoppinização’ do espaço público: tudo fica parecendo um *shopping*”.

QUINN, Bem. Arquitetura hostil: as cidades contra seres humanos. Tradução de Maria Cristina Itokazu. Publicado originalmente no *The Guardian*. Disponível em: <<https://outraspalavras.net>>. Acesso em: abr. 2019.

Texto II



ESTUDO PARA O ENEM

8. Enem

C7-H22

Texto I

O Brasil sempre deu respostas rápidas através da solidariedade do seu povo. Mas a mesma força que nos motiva a ajudar o próximo deveria também nos motivar a ter atitudes cidadãs. Não podemos mais transferir a culpa para quem é vítima ou até mesmo para a própria natureza, como se essa seguisse a lógica humana. Sobram desculpas esfarrapadas e falta competência da classe política.

Cartas. *IstoÉ*. 28 abr. 2010.

Texto II

Não podemos negar ao povo sofrido todas as hipóteses de previsão dos desastres. Demagogos culpam os moradores; o governo e a prefeitura apelam para as pessoas saírem das áreas de risco e agora dizem que será compulsória a realocação. Então temos a realocar o Brasil inteiro! Criemos um serviço, similar ao SUS, com alocação obrigatória de recursos orçamentários com rede de atendimento preventivo, onde participariam arquitetos, engenheiros e geólogos. Bem ou mal, esse “SUS” organizaria brigadas nos locais. Nos casos da dengue, por exemplo, poderia verificar as condições de acontecer epidemias. Seriam boas ações preventivas.

Carta do Leitor. *Carta Capital*. 28 abr. 2010. Adaptado.

Os textos apresentados expressam opiniões de leitores acerca de relevante assunto para a sociedade brasileira. Os autores dos dois textos apontam para a

- necessidade de trabalho voluntário contínuo para a resolução das mazelas sociais.
- importância de ações preventivas para evitar catástrofes, indevidamente atribuídas aos políticos.
- incapacidade política para agir de forma diligente na resolução das mazelas sociais.
- urgência de se criarem novos órgãos públicos com as mesmas características do SUS.
- impossibilidade de o homem agir de forma eficaz ou preventiva diante das ações da natureza.

CARTA DO LEITOR

26

KATERINA SISPEROVA/ISTOCKPHOTO



- Carta do leitor

HABILIDADES

- Reconhecer as características estruturais do gênero carta do leitor.
- Reconhecer contextos de circulação do gênero carta do leitor.
- Analisar como os vestibulares solicitam a produção de cartas.

Carta do leitor

Antes da possibilidade de interação imediata com a mídia por meio das redes sociais, tanto os meios de comunicação impressos (jornais, revistas) quanto os eletrônicos (rádio, televisão) já abriam canais de comunicação com leitores, ouvintes e telespectadores. Embora, como meio de comunicação pessoal, a carta tenha caído em desuso, a imprensa continua publicando a manifestação de seus leitores, assim como os programas de televisão e de rádio dialogam abertamente com o público; mas certamente esse contato é feito por e-mail, um gênero que pode ser considerado sua versão moderna. Portanto, ainda que o suporte do gênero seja outro, a carta do leitor mantém sua função social: abrir o espaço para o debate público.

Em todos esses casos, a manifestação do leitor caracteriza-se por ser um gênero breve e de temática pontual: seja uma mensagem em rede social, seja um e-mail o remetente se posiciona sobre um único assunto – uma notícia, um editorial, um artigo de opinião e, possivelmente, uma outra manifestação de leitor.

CARACTERÍSTICAS

Além da estrutura geral das cartas, normalmente, a manifestação do público é marcada por alguns traços:

- Defesa de posição clara acerca de fatos ou de outras opiniões sobre a realidade.
- Linguagem clara e objetiva.
- Uso da 1ª pessoa (do singular e/ou do plural).
- Argumentação persuasiva.



EERIK/ISTOCKPHOTO

LEITURA COMPLEMENTAR

No que se refere à intersubjetividade (protagonistas do discurso), é interessante observar que, diferentemente de outras cartas, a carta do leitor tem dois interlocutores (um direto e um indireto): a carta pode ter como sujeito-alvo a própria revista (interlocutor direto) e, numa segunda instância, ao ser publicada, os leitores da revista; ou o interlocutor direto é o destinatário ao qual a carta se dirige diretamente, mas, como é divulgada pela revista, os segundos interlocutores passam a ser os leitores desta. Portanto, o fim a que visam os textos pertencentes a esse gênero também varia, dependendo dos interlocutores a serem atingidos.

Por exemplo, quando um leitor tem como projeto de comunicação posicionar-se em relação a um artigo publicado na revista, dirigindo-se diretamente ao articulista, ao ser publicada na revista e lida pelo público-alvo desta, a carta desse leitor não produzirá o mesmo efeito, podendo ter como fim ilocutório obter a adesão dos leitores da revista à tese defendida pelo autor da carta. Podemos dizer que um locutor 1 escreve a um interlocutor 1 e, ao publicar a carta, o locutor intermediador (2) passa a ser a revista, que publica a carta tendo como sujeito alvo os leitores do periódico (interlocutor 2).

MELLO, Vera Helena Dentee. Trabalhando com a gramática no gênero textual carta do leitor: uma abordagem enunciativa. In: *IV SIGET – Simpósio Nacional de Estudos de Gêneros Textuais*, 2007, Tubarão. Anais... Tubarão/SC: UNISUL, 2007. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br>>. Acesso em: abr. 2019.

CARTA DO LEITOR NO VESTIBULAR

Vejamos como o gênero carta do leitor foi solicitado no vestibular de uma das principais universidades do país, a Unicamp, em 2013.

PROPOSTA COMENTADA

Unicamp – Imagine que, ao ler a matéria “Cães vão tomar uma ‘gelada’ com cerveja pet”, você se sente incomodado por não haver nela nenhuma alusão aos possíveis efeitos que esse tipo de produto pode ter sobre o consumo de álcool, especialmente por adolescentes. Como **leitor assíduo**, você vem acompanhando o debate sobre **o álcool na adolescência** e decide escrever uma **carta** para a seção Leitor do jornal, criticando a matéria por não mencionar o problema do aumento do consumo de álcool.

Nessa carta, **dirigida aos redatores do jornal**, você deverá:

- fazer menção à matéria publicada, de modo que mesmo quem não a tenha lido entenda a importância da crítica que você faz;
- fundamentar a sua crítica com dados apresentados na matéria “Vergonha Nacional”, reproduzidos adiante.

Atenção: ao assinar a carta, use apenas as iniciais do remetente.

Cães vão tomar uma “gelada” com cerveja pet

Produto feito especialmente para cachorros chega ao mercado nacional em agosto.

Nada é melhor que uma cervejinha depois de um dia de cão.

Agora eles, os cães, também vão poder fazer jus a essa máxima. No mês de agosto chega ao mercado a *Dog Beer*, cerveja criada especialmente para os amigos de quatro patas. “Quem tem bicho de estimação gosta de dividir o prazer até na hora de comer e beber”, aposta o empresário M. M., 47, dono da marca.

Para comemorar a final da Libertadores, a executiva A. P. C., 40, corintiana roxa, quis inserir Manolito, seu labrador, na festa. “Ele tomou tudo. A cerveja é docinha, com fundinho de carne”, descreve.

Uniformizado, Manolito não só bebeu a gelada durante o jogo contra o Boca Juniors como latiu sem parar até o fim da partida.

Desenvolvida pelo centro de tecnologia e formação de cervejeiros do Senai, no Rio de Janeiro, a bebida canina é feita à base de malte e extrato de carne; não tem álcool, lúpulo, nem gás carbônico.

O dono da empresa promete uma linha completa de “petiscos líquidos”, que inclui suco, vinho e champanhe.

A lista de produtos humanos em versões animais não para de crescer.

Já existem molhos, tempero para ração e até patê.

O sorvete Ice Pet é uma boa opção para o verão. A sobremesa tem menos lactose, não tem gorduras nem açúcar.

BUNDUKY, Ricardo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 julh. 2012, Cotidiano p. 3. Adaptado.

Vergonha Nacional

As décadas de descumprimento da lei [...] contribuíram para que os adultos se habituassem a ver o consumo de bebidas entre adolescentes como “mal menor”, comparado aos perigos do mundo. [...] Um estudo publicado pela revista *Drugs and Alcohol Dependence* ouviu 15.000 jovens nas 27 capitais brasileiras. O cenário que emerge do estudo é alarmante. Ao longo de um ano, um em cada três jovens brasileiros de 14 a 17 anos se embbedou ao menos uma vez. Em 54% dos casos mais recentes, isso ocorreu na sua casa ou na de amigos ou parentes. Os números confirmam também a leniência com que os adultos encaram a transgressão. Em 17% dos episódios, os menores estavam acompanhados dos próprios pais ou de tios.

Resultados da pesquisa realizada com 15.000 jovens de 14 a 17 anos nas 27 capitais brasileiras

Quantas vezes se embbedou

Nenhuma vez	12%
Uma vez na vida	35%
Ao menos uma vez no último ano	32%
Ao menos uma vez no último mês	21%

Onde ficou embriagado (na última vez que bebeu)

Bar	35%
Casa de amigos	30%
Casa de parentes	13%
Própria casa	11%
Festas ou praia	11%

Com quem bebeu (na última vez que bebeu)

Amigos	50%
Irmãos e primos	26%
Pais ou tios	17%
Namorado	5%
Sozinho	2%

Veja. São Paulo: Abril: 11 jul. 2012, p. 81-82. Adaptado.

Confira agora, as expectativas dos avaliadores.

Espera-se que o candidato, assumindo a posição de um leitor assíduo dos órgãos midiáticos, escreva uma carta ao jornal responsável pela publicação da matéria “Cães vão tomar uma ‘gelada’ com cerveja pet”, para criticar o fato de não haver referência às implicações que o produto noticiado pode ter sobre o consumo de álcool por adolescentes. A crítica deve estar fundamentada em dados fornecidos pela matéria “Vergonha nacional”, os quais mostram que o consumo de álcool por adolescentes ocorre frequentemente no próprio ambiente familiar. O gênero em questão, carta para jornal, implica que o texto deve se sustentar pela interlocução construída, fazer referência explícita à matéria que é objeto da crítica e, além disso, ter uma construção argumentativa que permita ao leitor compreender o objetivo da carta. Espera-se que o candidato seja capaz de construir a argumentação necessária para que o texto seja eficaz no seu propósito, seguindo a direção argumentativa fornecida. Dos passos argumentativos necessários, há um que depende da inferência do candidato: a articulação entre as informações presentes na pesquisa reproduzida e a notícia sobre a cerveja para cachorros. Animais domésticos são objeto de afeto no âmbito familiar, e o consumo de álcool por adolescentes se dá com muita frequência nesse mesmo ambiente social. O produto noticiado – uma cerveja para cães –, ainda que sem álcool, pode funcionar como um estímulo subliminar para os adolescentes consumirem bebidas alcoólicas.

Comissão Permanente para os Vestibulares e Pró-Reitoria de Graduação. *Vestibular Unicamp*: redações 2013. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 45-46

A seguir, dois exemplos de textos que receberam notas acima da média e um breve comentário sobre cada um.

Campinas, 11 de agosto de 2012

Prezados redatores do jornal *Folha de S. Paulo*,

Como leitor diário desse jornal, tenho acompanhado o debate sobre o álcool na adolescência. É certo que o consumo de bebidas alcoólicas por jovens tem aumentado, fato muitas vezes agravado pela convivência de pais e familiares com essa prática. Por isso, ao me deparar com a matéria “Cães vão tomar uma ‘gelada’ com cerveja pet”, publicada ontem (10/08/12) no caderno Cotidiano, senti-me no dever de atentar quanto à negligência da publicação, já que nela não há menção alguma sobre a problemática do álcool. Isso é incoerente, uma vez que ela se refere a uma novidade tão influenciadora para o cotidiano familiar: agora os cachorros também poderão ser consumidores de cerveja (e, futuramente, também de outras bebidas alcoólicas).

É sabido que a maioria dos lares brasileiros possui animais de estimação. Estes são cada vez mais humanizados e encarados como reais membros da família, de modo que ações realizadas por eles são legitimadas pelos outros familiares. Ou seja, assim como os bichos passam a usufruir de produtos tipicamente humanos, como “molhos”, “temperos”, “patês” e “sorvete” – exemplificados na matéria publicada pelos senhores – os seus donos (entendem-se crianças e jovens) também se sentirão, mesmo que de forma inconsciente, no direito de copiá-los quanto beberem “cerveja”.

Dados extraídos da matéria “Vergonha Nacional” revelam que 54% dos casos de embriaguez de 15 mil jovens entre 14 e 17 anos ao longo de um ano ocorreram na própria casa de amigos e parentes, e que 43% foram acompanhados de irmãos, primos, pais ou tios na última vez em que beberam. Isso revela, como é de conhecimento dos senhores, que o ambiente familiar tem muita importância no hábito jovem precoce, pois legalmente as bebidas alcoólicas são permitidas apenas para maiores de 18 anos.

Diante do exposto, é razoável prever que crianças irão associar o consumo de cerveja por seus pets a algo banal e divertido, o que contribuirá para o contato com o álcool cada vez mais cedo e, assim, incrementará a “embriaguez moral” que permeia a ética das famílias brasileiras. Acredito que os senhores poderiam contribuir com a legalidade e a saúde jovem publicando a devida crítica à matéria em questão.

Sem mais,

L. F.

PELEGRINI, Luiza Fior. Comissão Permanente para os Vestibulares e Pró-Reitoria de Graduação. *Vestibular Unicamp*: redações 2013. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 78-80.

Estruturalmente adequado, o texto cumpre plenamente os quesitos da proposta. Inicia o primeiro parágrafo com a identificação do remetente como leitor assíduo do jornal que, por acompanhar o debate sobre o consumo de bebidas alcoólicas na adolescência, sente-se desconfortável ao ler a matéria que noticia o lançamento de cervejas sem álcool para cães. Além disso, condena o fato de a publicação não mencionar a dimensão simbólica do produto.

A candidata levanta a hipótese de que os jovens donos dos cães seguirão o consumo de cerveja assim como seus animais de estimação – argumento reforçado pela indiscutível e crescente humanização dos animais domésticos, para os quais muitos produtos semelhantes aos para humanos são lançados.

No penúltimo parágrafo, o diálogo com outro texto da coletânea é feito. Embora sem identificar a publicação na qual foi veiculada, a autora cita a pesquisa que revela índices preocupantes do consumo de álcool por adolescentes – dado que reforça o argumento da conduta dos jovens em ambiente familiar.

Ao final, apela para os editores a fim de que seja publicada uma crítica à divulgação desse tipo de produto.

São Paulo, 23 de julho de 2012

Aos redatores do jornal *Folha de S.Paulo*,

Senti-me incomodado ao ler a matéria “Cães vão tomar uma ‘gelada’ com cerveja pet”, publicada ontem na seção Cotidiano do jornal. A matéria menciona, de forma bem-humorada, a criação de uma cervinha direcionada a cães, a *Dog Beer*, mas deixa de alertar os leitores sobre os possíveis efeitos do álcool na adolescência, assunto de grande importância no Brasil.

Cabe lembrar que, segundo dados de um estudo publicado pela revista *Drugs and Alcohol Dependence*, pelo menos um em cada três jovens brasileiros já se emborachou ao menos uma vez na vida, e 54% dos últimos casos ocorreram ou em suas próprias casas ou na de parentes e amigos. Além disso, em 17% dos últimos casos, os entrevistados estavam acompanhados de parentes, o que mostra a forma como a sociedade encara esse problema. Embora, como mencionado na matéria, a bebida canina não contenha álcool, o seu aparecimento em um ambiente familiar pode incentivar jovens a experimentar bebidas alcoólicas prematuramente, agravando ainda mais a atual situação. Seria interessante que a matéria alertasse os leitores acerca de tais fatos, lembrando-os, ainda, das consequências causadas pelo álcool.

Um jornal de circulação e importância nacionais, como a *Folha de S.Paulo*, não deveria deixar de informar seus leitores sobre assuntos de tamanha importância. Peço aos senhores, redatores, que isso não se repita.

Atenciosamente,

L.M.I.

IKEDA, Leonardo Martinez. Comissão Permanente para os Vestibulares e Pró-Reitoria de Graduação. *Vestibular Unicamp*: redações 2013. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 99-100.

Igualmente bem estruturado, esse texto também atende à proposta. É iniciado com a declaração de incômodo em relação à publicação da matéria sobre a bebida para cães.

A argumentação no segundo parágrafo é centrada nos dados da reportagem da revista *Veja*, ainda que não seja citada. O argumento novamente é a proximidade dos animais de estimação e seus donos mais jovens que podem se permitir ingerir bebidas alcoólicas ainda que a bebida canina não tenha álcool.

O texto termina com um apelo à imagem de credibilidade do jornal. Com alcance nacional e grande influência na formação da opinião pública no país, faltou, segundo o autor, debate sobre a notícia.

LEITURA COMPLEMENTAR

O gênero carta do leitor, assim como o gênero artigo de opinião apresenta, geralmente, maior carga de intenção persuasiva, já que a carta tem como foco a manifestação do leitor e, conseqüentemente, uma espécie de necessidade de adesão a essa manifestação. Por sua vez, o artigo de opinião analisa criticamente acontecimentos de ordem social, política e cultural, logo, como formador de opinião esse gênero também busca persuadir o leitor.

Entretanto, é importante ressaltar uma diferença fundamental entre esses dois gêneros: pressupõe-se que a carta do leitor seja um texto calcado na contextualização, um texto “dependente”, uma resposta a outro texto do jornal ou revista. Já o artigo é um texto que não necessariamente faz citação a matéria jornalística, ou seja, o artigo de opinião não está atrelado a outros textos de forma explícita como ocorre na carta do leitor.

MEDEIROS, Aline. “Carta do leitor”. In: DELL’ISOLA, Regina Lúcia Péret. *Nos domínios dos gêneros textuais*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009. v. 2. p. 65-66. Disponível em: <www.letras.ufmg.br>.

Acesso em: abr. 2019.

ROTEIRO DE AULA

CARTA DO LEITOR

Estruturalmente, as cartas se diferenciam de outros textos por terem obrigatoriamente cinco partes:

Local e data

Vocativo ao destinatário

Corpo do texto

Saudação de despedida

Assinatura

Pragmaticamente, o gênero carta do leitor tem algumas especificidades:

motivação externa e interlocução aberta.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. Unicamp-SP – Como um(a) aluno(a) do Ensino Médio interessado(a) em questões da atualidade, você leu o artigo “A volta de um Rio que faz sonhar”. Sentindo-se desafiado(a) pelos questionamentos levantados no texto, você decidiu escrever uma carta para a Seção do Leitor da revista *Rio Pesquisa*. Em sua carta, discuta a relação estabelecida pela autora entre o conceito de Brasil cordial e a presença de estrangeiros no Brasil, apresentando argumentos em defesa de um ponto de vista sobre a questão.

A volta de um Rio que faz sonhar

Reverenciada mundialmente por suas belezas naturais, a cidade do Rio de Janeiro tem se transformado em espaço sonhado para aqueles que buscam construir seu futuro em terra estrangeira. Imigrantes, de origens variadas, vêm chegando à cidade, buscando garantir sua sobrevivência, fugir à pobreza ou transformar seus sonhos em realidade. Esse processo insere-se em um quadro mais geral de transformações. Graças à situação assumida pelo Brasil, como uma das maiores economias do mundo, polo de atração na América do Sul, o país vem se tornando, mais uma vez na história, importante lugar de chegada, em um momento em que políticas de vigilância e controle sobre os estrangeiros aprofundam-se nos países ricos em crise.

Essa nova situação exige estudos que ultrapassem as questões pontuais para incluir análises sobre as relações presente e passado; entre o local, o nacional e o internacional e entre as práticas e as representações sobre o “outro”. O recente episódio da entrada abrupta de haitianos no Brasil, sem dúvida, apontou a necessidade dessas análises ampliadas. Para além da conjugação entre a necessidade de partir e o conhecimento adquirido sobre um país que se tornou “próximo” pela presença das tropas brasileiras em solo haitiano, o processo revestiu-se de preocupantes aspectos de mudança. Dentre eles, a ação dos coiotes na efetivação dos deslocamentos, marca indicativa do ingresso do país em um contexto no qual grupos organizados vivem da imigração ilegal e máfias internacionais enriquecem com o tráfico humano. O episódio pode ser visto, assim, como a ponta de um iceberg que tende a envolver a América Latina e o Caribe, considerando-se uma das tendências dos processos migratórios da atualidade: as migrações regionalizadas, realizadas no interior dos subsistemas internacionais.

Brasil: país cordial?

A predisposição do Brasil em receber o estrangeiro de braços abertos é ideia consagrada que necessita sofrer o peso da crítica. Pesquisas variadas têm demonstrado que o país nunca foi imune aos processos de discriminação do “outro”. Um exemplo, entre vários, pode ser dado pela prática da expulsão de estrangeiros na Primeira República (1907-1930), que se caracterizou por extrema violência, mesmo contra aqueles que já eram considerados residentes, portanto com os mesmos direitos constitucionais dados aos brasileiros.

A representação de um Brasil cordial, desta forma, deve ser entendida como uma construção forjada em determinado momento de nossa história. Lógico que as reações diferiam e diferem de acordo com os diferentes tipos de estrangeiros com os quais travamos contato, ocorrendo diferenças de tratamento em relação àqueles que,

pelo local de nascimento ou pela cor, classificamos como superiores ou inferiores. Vários indícios vêm demonstrando que as atitudes discriminatórias não ficaram perdidas no passado, mas podem ser encontradas com relativa facilidade, quando treinamos nosso olhar para melhor observar aquilo que nos cerca. As tensões entre brasileiros e bolivianos nos locais onde estes estão mais presentes, por exemplo, já são bastante visíveis. Isso sem falar no triste espetáculo do subemprego e da exploração a que estão sujeitos latino-americanos fixados ilegalmente no país. É urgente, portanto, que nos perguntemos como tendemos a ver e sentir a presença cada vez mais visível de estrangeiros em solo brasileiro, principalmente daqueles que são oriundos de países pobres, muitos deles necessitando do foco dos direitos humanos. Seremos sensíveis aos discursos e às práticas xenófobas? Defenderemos políticas restritivas e repressoras? Caminharemos para a sofisticação dos instrumentos de vigilância sobre um “outro” que possa ser visto como ameaça? Responder a essas questões, aqui e agora, seria um exercício de profecia que não nos cabe fazer. Isso não exclui, entretanto, que a reflexão sobre essas possibilidades esteja proposta, por mais penosa que ela possa ser, principalmente se considerarmos a rapidez dos processos em curso e a tensão mundial presente no embate entre interesses nacionais e direitos humanos.

MENEZES, Lená Medeiros de. A volta de um Rio que faz sonhar. *Rio Pesquisa*, Rio de Janeiro, ano V, n° 20, p. 48-50, set. 2012. Adaptado.

Expectativas da banca Unicamp – O enunciado, que orienta a elaboração do texto a partir da leitura proposta, deixa claro que o candidato deveria se colocar na posição de um enunciador interessado em questões da atualidade e que, tendo lido o texto “A volta de um Rio que faz sonhar”, aceita o desafio proposto pela autora de fazer uma reflexão sobre o conceito de Brasil cordial e a presença de estrangeiros no país. O gênero do texto a ser escrito pelo candidato é uma carta do leitor a um meio de comunicação. Em função do propósito e das condições de produção, esse gênero pode apresentar configurações distintas, o que permite sua utilização em diferentes contextos e com diferentes objetivos. Nesta proposta, trata-se de uma carta argumentativa, um instrumento que permite ao leitor expressar sua opinião sobre assuntos atuais e relevantes que circulam na mídia e, com isso, ter uma participação social mais ativa. O enunciador, nesse caso, é um leitor do artigo “A volta de um Rio que faz sonhar” e o interlocutor é a revista *Rio Pesquisa* e, por extensão, a própria autora do texto. É importante lembrar, ainda, que como a carta será publicada na revista, também são interlocutores os seus leitores. A interlocução, nesse caso, é fundamental, como em qualquer outra carta, e não se constitui pela simples inclusão de marcas formais. Dada a natureza da revista, a carta deve ser adequada à modalidade escrita formal. Disponível em: <www.comvest.unicamp.br>. Adaptado.

2. UEM-PR

Pelos seus olhos eu vejo

A empatia, ou a arte de se colocar no lugar do outro, é um valor que anda em falta ultimamente e cujo exercício poderia não apenas melhorar a nossa vida, mas transformar o mundo

Patricia Moore é uma americana que, na década de 1980, revolucionou o design dos eletrodomésticos ao passar quase três anos (de 1979 a 1982) vivendo a rotina de uma senhora de 85 anos. Todos os dias, ela cumpria um ritual: aplicava camadas de látex no rosto para parecer enrugada, colocava óculos que lhe borravam a visão, tapava parcialmente os ouvidos para ter dificuldade de escutar, vestia suspensórios e enrolava bandagens para se manter encurvada, prendia talas nos braços e pernas que dificultavam a flexibilidade e, ainda, calçava sapatos desiguais que

a obrigavam a andar de maneira trôpega. E assim seguia realizando tarefas que uma octogenária precisaria fazer no cotidiano. [...] Mas por que ela fez isso? A motivação de Patrícia era entender o mundo pelo ponto de vista das pessoas mais velhas e descobrir os reais obstáculos pelos quais elas passavam diariamente.

[...]

A inglesa Jo Berry tinha 27 anos quando o pai, um parlamentar conservador, foi morto por uma bomba numa conferência do partido do qual fazia parte. Era 1984. Entre os responsáveis pelo atentado, estava Pat Magee, que foi preso e libertado anos depois, em 1999. Jo quis se reunir com ele para uma conversa. “Quis me encontrar com Pat para pôr um rosto no inimigo e vê-lo como um ser humano real”, conta. Os dois se sentaram frente a frente dezoito vezes. E tiveram diálogos penosos para ambos, mas que ajudaram, cada um, a ter compreensão da perspectiva do outro sobre o atentado. O que a experiência trouxe para Jo? Ela fundou, junto com Pat, uma organização chamada Building Bridges for Peace (Construindo Pontes para a Paz, em tradução livre), que incentiva a conversa entre inimigos declarados para que um passe a entender a ótica do outro e, assim, se aproximar da paz. [...]

O que Patrícia Moore e Jo Berry têm em comum é que ambas conseguiram desenvolver verdadeiramente a empatia. Essas histórias fazem parte do livro *O Poder da Empatia* (Zahar), do filósofo australiano Roman Krznaric, que traz histórias, pesquisas e projetos em que o mote é entender a importância de perceber o mundo pela visão do outro.

Como fazer isso na prática

Quantas vezes dizemos: “Coloque-se no meu lugar” ou “coloque-se no lugar dele”? Como conseguimos sentir as emoções de uma outra pessoa ou mesmo pressentir suas intenções e compreender suas motivações? Um grupo de pesquisadores franceses se dedicou a responder essas perguntas. [...]

De acordo com os especialistas envolvidos nesse estudo, sem a capacidade de adotar o ponto de vista do outro, o mundo seria habitado por psicopatas e autistas. Mesmo existindo também em alguns primatas, em pássaros e nos golfinhos, é no homem que a empatia se desenvolve de forma mais elaborada.

[...]

Simpatia é outra coisa

É preciso, antes de tudo, não confundir empatia com simpatia, assinala o francês Gérard Jorland, pesquisador do Centro Nacional de Pesquisas Sociais, em Paris. Designa-se por empatia a capacidade de se colocar no lugar do outro para tentar compreender seus sentimentos sem necessariamente experimentar as mesmas emoções. A simpatia, ao contrário, é vivenciar as emoções do outro sem obrigatoriamente se colocar no lugar dele. A simpatia é um contágio de emoções, sendo o riso em cadeia um exemplo típico. Da mesma maneira que podemos chorar ao ver alguém chorando, mesmo sem saber o motivo disso. A empatia pode alimentar a simpatia, mas esta não é uma consequência necessária, acrescenta Élisabeth Pacherie, filósofa do Instituto francês Jean-Nicod. Compreender o sofrimento ou a alegria que ele sente, colocando-se no lugar do outro, não implica o desejo de ajudá-lo. “O objeto

da empatia é a compreensão, e o objeto da simpatia é o bem-estar do outro. Em resumo, a empatia é um modo de conhecimento, e a simpatia, um modo de encontro com o outro, define o psicólogo americano Lauren Wispe.

No entanto, o que os pesquisadores franceses ou mesmo o escritor Roman Krznaric perceberam é que, quando temos um olhar mais empático, passamos a conhecer melhor o outro, o mundo e também a nós mesmos. Em uma sociedade egocêntrica, em que cada um se preocupa apenas consigo mesmo, desenvolver essa qualidade pode ser um caminho para um futuro de relações mais generosas e com mais afeto. [...]

Um exercício poderoso é puxar conversa com um desconhecido. “Concentre-se não em trivialidades como o tempo ou os esportes, mas em temas importantes como as prioridades na vida, as ideias, as esperanças e os sonhos. Isso significa não excluir ninguém: todas as pessoas, não importa que aparência tenham ou de onde venham, podem ser um singular e cativante interlocutor, se você conseguir encontrar uma maneira gentil de ter acesso à sua alma”, escreve Krznaric. “Conversar com estranhos pode ser uma aventura em termos de aprendizado pessoal e de compreensão, uma maneira de desafiar suas ideias e descobrir novas. Em outras palavras, de compreender que a conversa pode ser boa para você.” Para finalizar, Krznaric dá um último motivo para que eu e você comecemos a desenvolver a empatia já: “O hábito de empatizar pode criar laços humanos que fazem valer a pena viver. Nosso bem-estar depende de sairmos do nosso próprio ego e entrarmos na vida de outros. Os prazeres que isso proporciona são reais e profundos. Sem isso somos seres menores, e apenas parte do que poderíamos ser”.

HOLANDA, A. “Pelos seus olhos eu vejo”.

In: *Vida Simples*, ano 14, edição 169. São Paulo: Editora Caras, 2016. Adaptado.

Contexto de produção: Após a leitura do texto “Pelos seus olhos eu vejo”, publicado na revista *Vida Simples*, você se lembra de uma ocasião em que pôde exercer a capacidade de se colocar no lugar do outro, quando algum(a) colega de escola solicitou sua ajuda em uma situação, e, por isso, você resolve escrever para a revista a fim de testemunhar como a empatia motivou você a agir com solidariedade, relatando o que foi capaz de compreender na situação que esse(a) colega lhe apresentou.

Comando de produção: A partir do contexto de produção acima apresentado, redija uma carta do leitor destinada a Ana Holanda, editora da revista *Vida Simples*, por meio da qual você relate uma situação em que algum(a) colega de escola tenha solicitado sua ajuda, dizendo para que foi essa ajuda, explicando o que o(a) levou a ajudá-lo(a) e, por fim, testemunhando ter agido com empatia ao ter compreendido os sentimentos vividos por esse(a) colega. Não dê nome ao(a) colega para manter a privacidade dele(a). Você deverá assinar a carta como “Leitor” ou “Leitora”. Seu texto deverá ter o mínimo de 10 e o máximo de 15 linhas.

A proposta da UEM-PR solicita ao estudante que produza uma carta do leitor a partir de um artigo de opinião - situação muito comum no cotidiano. Além deste comando, é importante ressaltar o contexto de produção da carta: após a leitura do artigo, o enunciador lembra-se de uma situação concreta de empatia.

3. Enem**C7-H24**

Nós, brasileiros, estamos acostumados a ver juras de amor, feitas diante de Deus, serem quebradas por traição, interesses financeiros e sexuais. Casais se separam como inimigos, quando poderiam ser bons amigos, sem traumas. Bastante interessante a reportagem sobre separação. Mas acho que os advogados consultados, por sua competência, estão acostumados a tratar de grandes separações. Será que a maioria dos leitores da revista tem obras de arte que precisam ser fotografadas antes da separação? Não seria mais útil dar conselhos mais básicos? Não seria interessante mostrar que a separação amigável não interfere no modo de partilha dos bens? Que, seja qual for o tipo de separação, ela não vai prejudicar o direito à pensão dos filhos? Que acordo amigável deve ser assinado com atenção, pois é bastante complicado mudar suas cláusulas? Acho que essas são dicas que podem interessar ao leitor médio.

Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com>>.
Acesso em: 26 fev. 2012. Adaptado.

O texto foi publicado em uma revista de grande circulação na seção de carta do leitor. Nele, um dos leitores manifesta-se acerca de uma reportagem publicada na edição anterior. Ao fazer sua argumentação, o autor do texto:

- a) faz uma síntese do que foi abordado na reportagem.
- b) discute problemas conjugais que conduzem à separação.
- c) aborda a importância dos advogados em processos de separação.
- d) oferece dicas para orientar as pessoas em processos de separação.
- e) rebate o enfoque dado ao tema pela reportagem, lançando novas ideias.

O autor da carta questiona o destaque dado ao tema na reportagem, voltada para que a situação dos pouquíssimos milionários no país, e sugere uma abordagem do que considerasse situações mais cotidianas.

Competência de área 7 – Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.

H24 – Reconhecer no texto estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público, tais como a intimidação, sedução, comção, chantagem, entre outras.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

Leia o texto a seguir para fazer os exercícios 4 a 7.

Quem são e o que querem os que negam a Internet?

Nicholas Carr

O Vale do Silício, conjunto monótono de centros comerciais, parques empresariais e complexos de fast-food, não parece um núcleo cultural, e, no entanto, se converteu exatamente nisso. Nos últimos 20 anos, a partir do exato momento em que a empresa de tecnologia norte-americana Netscape comercializou o navegador inventado pelo visionário inglês Tim Berners-Lee, o Silicon Valley tem remodelado os Estados Unidos e grande parte do mundo à sua imagem e semelhança. Provocou uma revolução na forma de trabalhar dos meios de comunicação, mudou a forma de conversar das pessoas e reescreveu as regras de realização, venda e valorização das obras de arte e outros trabalhos relacionados com o intelecto.

De bom grado, a maioria das pessoas foi outorgando ao setor tecnológico um crescente poder sobre suas mentes e suas vidas. No fim das contas, os computadores e a Internet são úteis e divertidos, e os empresários e engenheiros se dedicaram a fundo para inventar novas maneiras de fazer com que desfrutemos dos prazeres, benefícios e vantagens práticas da revolução tecnológica, geralmente sem ter que pagar por esse privilégio. Um bilhão de habitantes do planeta usam o Facebook diariamente. Cerca de dois bilhões levam consigo um smartphone a todos os lugares e costumam dar uma olhada no dispositivo a cada poucos minutos durante o tempo em que passam acordadas. Os números reforçam o que já sabemos: ansiamos pelas dádivas do Vale do Silício. Compramos no Amazon, viajamos com o Uber, dançamos com o Spotify e falamos por WhatsApp e Twitter.

Mas as dúvidas sobre a chamada revolução digital têm crescido. A visão imaculada que as pessoas tinham do famoso vale tem ganhado uma sombra inclusive nos Estados Unidos, um país de apaixonados pelos equipamentos eletrônicos. Uma onda de artigos recentes, surgida após as revelações de Edward Snowden sobre a vigilância na Internet por parte dos

serviços secretos, tem manchado a imagem positiva que os consumidores tinham do setor de informática. Dão a entender que, por trás da retórica sobre o empoderamento pessoal e a democratização, se esconde uma realidade que pode ser exploradora, manipuladora e até misantrópica.

As investigações jornalísticas encontraram provas de que nos armazéns e escritórios do Amazon, assim como nas fábricas asiáticas de computadores, os trabalhadores enfrentam condições abusivas. Descobriu-se que o Facebook realiza experiências clandestinas para avaliar o efeito psicológico em seus usuários manipulando o “conteúdo emocional” das publicações e notícias sugeridas. As análises econômicas das chamadas empresas de serviços compartilhados, como Uber e Airbnb, indicam que, apesar de proporcionarem lucros a investidores privados, é possível que estejam empobrecendo as comunidades em que operam. Livros como *The People's Platform* [A plataforma do povo], de Astra Taylor, publicado em 2014, mostram que com certeza a Internet está aprofundando as desigualdades econômicas e sociais, em vez de ajudar a reduzi-las.

As incertezas políticas e econômicas ligadas aos efeitos do poder do Vale do Silício vão além, enquanto o impacto cultural dos meios de comunicação digitais se submete a uma severa reavaliação. Prestigiosos autores e intelectuais, entre eles o prêmio Nobel peruano Mario Vargas Llosa e o romancista norte-americano Jonathan Franzen, apresentam a Internet como causa e sintoma da homogeneização e da trivialização da cultura. No início deste ano, o editor e crítico social Leon Wieseltier publicou no *The New York Times* uma enérgica condenação do “tecnologicismo”, em que sustentou que os “gangsteres” empresariais e os filisteus tecnológicos confiscaram a cultura. “À medida que aumenta a frequência da expressão, sua força diminui”, disse, e “o debate cultural está sendo absorvido sem parar pelo debate empresarial”.

Também no plano pessoal estão se multiplicando as preocupações sobre a nossa obsessão com os dispositivos fornecedores de dados. Em vários estudos recentes, os cientistas começaram a relacionar algumas perdas de memória e

empatia com o uso de computadores e da Internet, e estão encontrando novas provas que corroboram descobertas anteriores de que as distrações do mundo digital podem dificultar nossas percepções e julgamentos. Quando o trivial nos invade, parece que perdemos o controle do que é essencial. Em *Reclaiming Conversation* [Recuperando a conversa], seu controverso novo livro, Sherry Turkle, professora do Massachusetts Institute of Technology (MIT), mostra como uma excessiva dependência das redes sociais e dos sistemas de mensagens eletrônicas pode empobrecer as nossas conversas e até mesmo nossos relacionamentos. Substituímos a verdadeira intimidade por uma simulada.

Quando examinamos mais de perto a crença do Vale do Silício, descobrimos sua incoerência básica. É uma filosofia quimérica que abrange um amálgama estranho de credos, incluindo a fé neoliberal no livre mercado, a confiança maoísta no coletivismo, a desconfiança libertária na sociedade e a crença evangélica em um paraíso a caminho. Mas o que realmente motiva o Vale do Silício tem muito pouco a ver com ideologia e quase tudo com a forma de pensar de um adolescente. A veneração do setor de tecnologia pela ruptura se assemelha ao desejo de um adolescente por destruir coisas, sem conserto, mesmo que as consequências sejam as piores possíveis.

Portanto, não surpreende que cada vez mais pessoas contemplem com olhar crítico e cético o legado do setor. Apesar de proliferarem, os críticos continuam, no entanto, constituindo a minoria. A fé da sociedade na tecnologia como uma panaceia para os males sociais e individuais permanece firme, e continua a haver uma forte resistência a qualquer questionamento ao Vale do Silício e seus produtos. Ainda hoje se costuma descartar os opositores da revolução digital chamando-os de nostálgicos retrógrados ou os tachando de “antitecnologia”.

Tais acusações mostram como está distorcida a visão predominante da tecnologia. Ao confundir seu avanço com o progresso social, sacrificamos nossa capacidade de ver claramente a tecnologia e de diferenciar os seus efeitos. No melhor dos casos, a inovação tecnológica nos possibilita novas ferramentas para ampliar nossas aptidões, concentrar nosso pensamento e exercitar a nossa criatividade; amplia as possibilidades humanas e o poder de ação individual. Mas, com frequência demais, as tecnologias promulgadas pelo Vale do Silício têm o efeito oposto. As ferramentas da era digital geram uma cultura de distração e dependência, uma subordinação irreflexiva que acaba por restringir os horizontes das pessoas, em vez de ampliá-los. Colocar em dúvida o Vale do Silício não é se opor à tecnologia. É pedir mais aos nossos tecnólogos, a nossas ferramentas, a nós mesmos. É situar a tecnologia no plano humano que corresponde a ela. Olhando retrospectivamente, nos equivocamos ao ceder tanto poder sobre nossa cultura e nossa vida cotidiana a um punhado de grandes empresas da Costa Oeste dos Estados Unidos. Chegou o momento de corrigir o erro.

CARR, Nicholas. El País., 23 out. 2015. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil>>. Acesso em: abr. 2019. Adaptado.

4. Cásper Líbero-SP – Pode-se afirmar que no texto o autor defende a ideia de que:

- a)** a maioria das pessoas é vítima do crescente poder político que a tecnologia exerce sobre suas mentes e suas vidas.

- b)** em estudos recentes, cientistas têm creditado ao uso dos computadores e da Internet as perdas de memória e a falta de empatia para com o ser humano por parte dos usuários do mundo digital.
- c)** as incertezas políticas e econômicas ligadas ao poder do Vale do Silício impactam culturalmente os meios de comunicação digitais e exigem severa reavaliação.
- d)** ao confundir o avanço da antitecnologia com o atraso social, o ser humano sacrifica sua capacidade de ver claramente a tecnologia e de diferenciar os seus efeitos.
- e)** duvidar dos prazeres, benefícios e vantagens práticas da revolução tecnológica não é se opor à tecnologia. É situar esta última no plano humano que a ela corresponde.

5. Cásper Líbero-SP – Segundo o texto, ao examinar mais de perto a crença do Vale do Silício, descobri-se sua incoerência básica. Assinale a opção que identifica corretamente essa incoerência:

- a)** Trata-se de uma filosofia quimérica que abrange uma estranha mistura de credos.
- b)** A fé neoliberal no livre mercado, a confiança maoísta no coletivismo, a desconfiança libertária na sociedade e a crença evangélica em um paraíso a caminho constituem a utopia de tal crença.
- c)** A despeito de sua propalada ideologia positiva, as consequências da ruptura causada pela tecnologia são bastante negativas.
- d)** O que realmente motiva o funcionamento do Vale do Silício é a ideologia adolescente.
- e)** A veneração do setor de tecnologia pela juventude acarreta as piores consequências possíveis.

6. Cásper Líbero-SP – Assinale a opção que identifica corretamente um subtítulo para o texto:

- a)** Ante um punhado de empresas que estão mudando o mundo, surgem alertas.
- b)** Os efeitos negativos da chamada revolução digital têm aumentado exponencialmente.
- c)** As ferramentas da era digital têm gerado distração e dependência.
- d)** A visão predominante da tecnologia está se transformando.
- e)** O que a Internet está fazendo com os nossos cérebros.

7. Cásper Líbero-SP (adaptada) – Tomando por base a leitura do texto “Quem são e o que querem os que negam a Internet” e dos dois excertos reproduzidos a seguir, escreva uma carta endereçada à publicação na qual o texto de Nicholas Carr foi veiculada. Faça uma defesa ponderada das redes sociais e argumente a favor da ideia de que elas possam ser usadas criticamente no mundo contemporâneo.

As redes sociais têm três aspectos: um positivo, um negativo e um estúpido, que não foi pensado por ninguém. O anonimato do Twitter libera o discurso político, mas também permite comportamentos detestáveis. Quanto ao aspecto estúpido, os robôs que me enviam mensagens sexuais são parte disso.

Margaret Atwood, escritora canadense, falando na Feira do Livro de Frankfurt.

O (limitado) vocabulário da Web. Menos de 5% das línguas existentes são usadas no ambiente virtual. Estima-se que a globalização da comunicação – mais um dos efeitos da era digital – leve ao sumiço 4.500 idiomas, já que apenas 200 permanecerão vivos nas conversas via Facebook, Twitter, WhatsApp...

Revista *Veja*, 4 jan. 2017.

ESTUDO PARA O ENEM

8. Enem
Secretaria de Cultura

C6-H18

EDITAL

NOTIFICAÇÃO – Síntese da resolução publicada no Diário Oficial da Cidade, 29/07/2011 – página 41 – 511a Reunião Ordinária, em 21/06/2011.

Resolução n. 08/2011 – TOMBAMENTO dos imóveis da Rua Augusta, n. 349 e n. 353, esquina com a Rua Marquês de Paranaguá, n. 315, n. 327 e n. 329 (Setor 010, Quadra 026, Lotes 0016-2 e 00170-0), bairro da Consolação, Subprefeitura da Sé, conforme o processo administrativo n. 1991-0.005.365-1.

Folha de S.Paulo, 5 ago. 2011. Adaptado.

Um leitor interessado nas decisões governamentais escreve uma carta para o jornal que publicou o edital, concordando com a resolução sintetizada no Edital da Secretaria de Cultura. Uma frase adequada para expressar sua concordância é:

- a) Que sábia iniciativa! Os prédios em péssimo estado de conservação devem ser derrubados.
- b) Até que enfim! Os edifícios localizados nesse trecho descaracterizam o conjunto arquitetônico da Rua Augusta.
- c) Parabéns! O poder público precisa mostrar sua força como guardião das tradições dos moradores locais.
- d) Justa decisão! O governo dá mais um passo rumo à eliminação do problema da falta de moradias populares.
- e) Congratulações! O patrimônio histórico da cidade merece todo empenho para ser preservado.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

ESTRATÉGIAS PARA UM BOM TEXTO

27

FATCAMERA/ISTOCKPHOTO



Escrever é sempre algo que nos impõe certo medo, pois requer habilidade com as palavras. Entretanto, alguns exercícios podem nos levar a produzir textos, muitas vezes, impensáveis. O hábito de leitura atenta, por exemplo, aumenta nosso vocabulário, estabelece relações entre novos conectivos (o que faz com que a escrita fique coesa e coerente), permite a reflexão com novas ideias, enfim capacita-nos a uma uniformização de novas estruturas frásicas. A seguir, em forma de tópicos, são listadas algumas orientações que merecem consideração, pois podem auxiliar o vestibulando na produção de textos de qualidade nos vestibulares.

LEITURA DA PROPOSTA E DA COLETÂNEA

Nos vestibulares, a grande maioria das provas de redação acompanhada de texto de apoio e esses, por sua vez, norteiam o vestibulando na elaboração da redação. É engano pensar que se perde tempo fazendo uma leitura atenta da proposta, pois os comandos estão presentes nestes, o que requer toda atenção na leitura. Cabe ressaltar que, muitas vezes, as bancas colocam, além dos textos, imagens e textos ilustrados (caricatura, cartum, charge, quadrinhos, tirinhas etc.) como base de composição da coletânea. Ou seja, essa leitura é essencial, pois serve como alicerce de toda a produção.

De que adianta iniciar e, às vezes, até completar a escrita e depois descobrir que não foram atendidas as diretrizes dadas pelo texto de comando? Ou perceber que uma leitura rápida levou a uma compreensão equivocada dos textos da coletânea, resultando em uma redação com problemas de conteúdo temático? Em suma, é imprescindível ler o enunciado com atenção e também ler e compreender o conteúdo dos textos da coletânea. Para isso, use recursos como destacar palavras-chave ou

- Leitura da proposta
- Leitura e aproveitamento da coletânea
- Etapas de planejamento

HABILIDADES

- Ler produtivamente a coletânea apresentada nas provas.
- Compreender a importância do planejamento, do rascunho e da revisão final de um texto.

tópicos frasais e, ainda, anotar ao lado dos textos as ideias mais importantes ou observações pertinentes para retomá-las depois.

ORIENTAÇÕES PARA LEITURA DA COLETÂNEA DE TEXTOS

- Ler atentamente os fragmentos.
- Compreendê-los na totalidade.
- Analisar criticamente cada um.
- Identificar o tipo de contribuição que o fragmento agrega ao tema, ou seja, perceber se ele traz ponto de vista explícito, argumento pró ou contra, dados estatísticos, exemplos, hipóteses, dados históricos, comparações etc.
- Estabelecer algumas relações possíveis entre os fragmentos dados, como semelhanças, diferenças, complementaridade, causa e consequência, exemplificação, justificativas históricas etc.

APROVEITAMENTO DOS FRAGMENTOS

O aproveitamento dos fragmentos pode ser feito de acordo com as seguintes ações:

- Selecionar algum ponto de vista e/ou algum argumento e concordar com ele, explicando, justificando os motivos da concordância.
- Selecionar algum ponto de vista e/ou algum argumento e discordar dele, explicando, justificando os motivos da discordância.
- Selecionar algum fato-exemplo e analisá-lo, interpretá-lo em ligação estreita com a abordagem que esteja fazendo do tema.
- Selecionar dados estatísticos e utilizar como argumento pró ou contra, dependendo do ponto de vista da abordagem do tema.
- Selecionar dados históricos apresentados e utilizá-los como fundamento para a situação presente.
- Selecionar e usar citações como argumento de autoridade para posicionamento diante do tema.
- Selecionar e usar fatos como refutação de um posicionamento relativo ao tema.
- Selecionar dados dos vários fragmentos e apontá-los como exemplos desse posicionamento.

É importante saber que não se pode ignorar a coletânea, fazendo uso apenas de dados conhecidos anteriormente. A simples colagem de textos não vai atender ao princípio que fundamenta o uso da coletânea e, por

essa razão, o uso de conectivos funciona para que eles sejam inseridos de modo estruturado na dissertação, dentro de uma linha argumentativa. O posicionamento precisa evidenciar a capacidade de ler, entender e relacionar elementos dados com a realidade e a vivência de quem escreve.

LEITURA COMPLEMENTAR

A importância da reescrita

A reescrita tem destaque em estudos que se analisam estratégias de reescrita por revisões feitas pelo próprio autor (revisão individual) e revisões efetuadas por terceiros (revisão colaborativa).

Estes tipos de revisão apresentam vantagens e desvantagens. Em revisões executadas pelo próprio autor de um texto, por exemplo, pressupõe-se pleno acesso aos planos e intenções do escritor. Portanto, se houver algum desajuste entre as intenções do autor e o seu texto escrito, o escritor-leitor é capaz de detectá-lo; enquanto que revisões efetuadas por terceiros (colegas, professores, monitores) acarretam a possibilidade de o leitor não ser capaz de extrair do texto a intenção do autor e, consequentemente, não perceber possíveis desajustes no texto. Por outro lado, o revisor de seu próprio texto pode ter dificuldades em detectar suas falhas, uma vez que, para ele (leitor-escritor), o sentido tencionado é o único capaz de ser absorvido. Já revisores externos enxergam, mais facilmente, problemas do tipo ambiguidade, incoerência etc.

Alunos-escritores obtiveram melhores resultados em situações de 'feedback' em oposição à revisão individual. Corroborando este estudo, houve pesquisa posterior que argumentou que a maioria das sugestões propostas por instrutores em textos intermediários são incorporadas às versões finais das composições dos(as) estudantes. A revisão colaborativa parece ser, atualmente, a estratégia de reescrita mais bem sucedida acerca do desempenho dos alunos-escritores em textos subsequentes. Estudos sobre as negociações que ocorrem durante a revisão colaborativa, sugerem que os alunos exercitam sua capacidade de pensar, desenvolvem uma preocupação com o seu leitor, valorizam o conteúdo de seus textos e são estimulados a comunicar, expressar e negociar suas ideias.

DELLANGNELO, Adriana de C. K.; TOMITCH, Lêda Maria B. Preferências de alunos-escritores em L2 com relação a estratégias de revisão de texto. *Linguagem & Ensino*, vol. 2, n. 1. Pelotas-RS: Universidade Federal de Pelotas, 1999. p.73-86.

PLANEJAMENTO, RASCUNHO E REVISÃO



PESHKOVA/ISTOCKPHOTO

Escrever é uma atividade que pode iniciar com uma inspiração, mas apenas com trabalho podemos chegar aos objetivos pretendidos.

Antes de iniciar a escrita, é preciso pensar previamente sobre a organização do texto. No caso de texto de caráter argumentativo: determinar a tese, selecionar as informações da coletânea que serão utilizadas como apresentação do tema ou como sustentação para argumentos, os recursos argumentativos que podem ser usados. Como nem todas as propostas são formuladas como questões, podemos formular algumas perguntas para facilitar o planejamento da redação:

- Qual é o problema?
- Por que é um problema?
- Quais são as causas do problema?
- Quais são as consequências?
- Há solução ou soluções para ele?
- Como e por que colocar tal solução ou tais soluções em prática?
- Como essa proposta pode, de fato, resolver o problema?

Com o texto planejado, o ideal é fazer um rascunho do texto a lápis e no espaço reservado – a maior das provas o tem no caderno de questões. Neste momento, é possível perceber se a forma escrita das ideias é clara e objetiva; se não for, podemos reformular o modo de dizer. O rascunho deve ser revisto antes de iniciar a escrita do texto definitivo.

O texto definitivo escrito à caneta também deve ser revisto, mas, nessa revisão, só serão possíveis mudanças muito pontuais, como o acréscimo de pontuação e acentuação, a troca ou a supressão de alguma palavra ou expressão.

ROTEIRO DE AULA

ESTRATÉGIAS PARA UM BOM TEXTO

A leitura do enunciado e da coletânea exige

atenção

e deve ser uma leitura ativa, ou seja,

deve-se destacar os comandos do enunciado e a ideia principal de cada texto da coletânea.

Embora não devam ser copiados, os textos da coletânea podem ser aproveitados de diversas maneiras, como:

concordando ou não com a ideia central; lembrando exemplos concretos; parafaseando dados estatísticos para que sejam provas concretas na redação; destacando citações literais.

Após a leitura da coletânea, as etapas imprescindíveis para um bom texto são:

planejamento, rascunho e revisão.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. Fepar-PR – Considere os textos a seguir como referência para o desenvolvimento de sua redação.

Texto I

O que há de errado com a desigualdade do ponto de vista ético? É óbvio que a desigualdade não é um mal em si – o que importa é a legitimidade do caminho até ela. A questão crucial é a seguinte: a desigualdade observada reflete essencialmente os talentos, esforços e valores diferenciados dos indivíduos ou, ao contrário, resulta de um jogo viciado na origem – de uma profunda falta de equidade nas condições iniciais de vida, da privação de direitos elementares? [...]

O Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do planeta. No ranking da distribuição de renda, somos a segunda nação mais desigual do G-20, a quarta da América Latina e a 12º do mundo. Esse quadro é fruto de uma grave anomalia: a brutal disparidade nas condições iniciais de vida e nas oportunidades de nossas crianças e jovens de desenvolverem adequadamente suas capacidades e talentos, de modo a ampliar seu leque de escolhas possíveis e eleger seus projetos, apostas e sonhos de vida.

GIANETTI, Eduardo. *Igualdade de quê?*. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 27 jul. 2018. Adaptado.

Texto II

Qual a alternativa para a desigualdade? Alguém vê alguém igual a alguém? Há uma grande confusão acerca da ideia de igualdade. A Declaração diz “todos os homens são criados igualmente”. Mas em que sentido o termo “igualdade” é referido pelos “pais fundadores” (Founding Fathers, em referência aos fundadores dos Estados Unidos)? Igualdade de resultados? Obviamente que não. Igualdade de oportunidades? Os pais fundadores julgavam que tínhamos que ter oportunidades iguais? Mas não há igualdade de oportunidades no mundo real.

O que os pais fundadores estavam afirmando era a igualdade perante a lei. Todos nós temos direitos; temos direito à vida, direito ao livre arbítrio, a escolher os meios de alcançar a própria felicidade. Isso não garante igualdade de resultados nem igualdade de oportunidades; mas garante liberdade, porque toda a outra forma de igualdade – de oportunidade, de resultados – requer o quê? Requer o uso da força, o uso da coerção; requer tirar de alguns para dar a outros. Requer dar ao Estado esse poder. E os resultados estão à vista de todos nos últimos dois séculos.

Como lidar com o fato de que pessoas têm talentos e inteligências totalmente diferentes? Alguns nascem em famílias pobres, outros em famílias ricas; uns têm mais vontade e determinação, outros menos; alguns têm pais bacanas, outros não tanto; há aqueles que nasceram no Alasca, outros em Nova York, outros em tribos indígenas. A tentativa de igualar requer que você viole os direitos de algumas pessoas, tornando-as menos iguais perante a lei, para dar a outras pessoas, dando a elas tratamento preferencial perante a lei. E é exatamente a isso que os pais fundadores se opunham.

BROOK, Yaron. *A virtude da desigualdade*. Disponível em: <www.youtube.com>. Acesso em: 27 jul. 2018. Adaptado.

Texto III

O leito de Procusto

Procusto, personagem da mitologia grega, vivia perto da estrada de Eleusis, a alguns quilômetros de Atenas. De acordo com a lenda, construiu um leito metálico do exato tamanho de seu corpo. Aos hóspedes que fossem maiores que o leito, Procusto amputava-lhes o excesso. Aos que fossem menores, esticava-os até ficarem de conformidade com o móvel.

O viajante nunca se adaptava porque, secretamente, Procusto possuía duas camas de tamanho diferente (duas medidas). O horror só teve fim quando o herói Teseu lhe aplicou o mesmo suplício: colocou-o na cama em sentido transversal, de forma a sobrar a cabeça e os pés, que foram amputados pelo herói.

Disponível em: <https://mitologica.blogs.sapo.pt>. Acesso em: 15 jun. 2018. Adaptado.

Redija um texto dissertativo-argumentativo (20 a 30 linhas; mínimo 4 parágrafos) sobre a questão que se segue. Assuma um posicionamento e argumente-o devidamente.

Qual a legitimidade do combate às desigualdades na estrutura social?

O enunciado, que orienta a elaboração do texto a partir da leitura proposta, deixa claro que o candidato deveria se colocar na posição de um enunciatador interessado em questões da atualidade e que, tendo lido o texto “A volta de um Rio que faz sonhar”, aceita o desafio proposto pela autora de fazer uma reflexão sobre o conceito de Brasil cordial e a presença de estrangeiros no país. O gênero do texto a ser escrito pelo candidato é uma carta do leitor a um meio de comunicação. Em função do propósito e das condições de produção, esse gênero pode apresentar configurações distintas, o que permite sua utilização em diferentes contextos e com diferentes objetivos.

2. Enem

C5-H17

Texto I

Por “complexo de vira-latas” entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer que nós nos julgamos “os maiores” é uma cínica inverdade. Em Wembley, por que perdemos? Porque, diante do quadro inglês, louro e sardento, a equipe brasileira ganiu de humildade. Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular o nosso vira-latismo [...]. É um problema de fé em si mesmo. O brasileiro precisa se convencer de que não é um vira-latas.

RODRIGUES, N. *À sombra das chuteiras imortais*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1993.

Texto II

A melhor banda de todos os tempos da última semana

As músicas mais pedidas

Os discos que vendem mais

As novidades antigas

Nas páginas dos jornais

Um idiota em inglês

Se é idiota, é bem menos que nós

Um idiota em inglês

É bem melhor do que eu e vocês

A melhor banda de todos os tempos da última semana

O melhor disco brasileiro de música americana

O melhor disco dos últimos anos de sucessos do passado

O maior sucesso de todos os tempos entre os dez maiores fracassos

TITÃS. *A melhor banda de todos os tempos da última semana*. São Paulo: Abril Music, 2001.

O verso do texto II que estabelece a adequada relação temática com “o nosso vira-latismo”, presente no texto I, é:

- a) “As novidades antigas”;
- b) “Os discos que vendem mais”;
- c) “O melhor disco brasileiro de música americana”;
- d) “A melhor banda de todos os tempos da última semana”;
- e) “O maior sucesso de todos os tempos entre os dez maiores fracassos”.

A alternativa estabelece relação entre um gênero musical abstrato (“música americana”) e um objeto cultural concreto (“disco nacional”). Ao invés de classificar o álbum como o melhor no gênero do país onde é produzido, identifica-o como um exemplar de um gênero estrangeiro.

Competência de área 5 – Analisar, interpretar e aplicar os recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção.

H17 – Reconhecer a presença de valores sociais e humanos atualizáveis e permanentes no patrimônio literário nacional.

3. UFPR – Considere o texto abaixo:

Complexo de vira-lata dos brasileiros

Adam Smith (estudante de Oxford)

Pouco depois de chegar a São Paulo, fui a uma loja na Vila Madalena comprar um violão. O atendente, notando meu sotaque, perguntou de onde eu era. Quando respondi “de Londres”, veio um grande sorriso de aprovação. Devolvi a pergunta e ele respondeu: “sou deste país sofrido aqui”.

Fiquei surpreso. Eu – como vários gringos que conheço que ficaram um tempo no Brasil – adoro o país pela cultura e pelo povo, apesar dos problemas. E que país não tem problemas? O Brasil tem uma reputação invejável no exterior, mas os brasileiros, às vezes, parecem ser cegos para tudo exceto o lado negativo. Frustração e ódio da própria cultura foram coisas que senti bastante e me surpreenderam durante meus 6 meses no Brasil. Sei que há problemas, mas será que não há também exagero (no sentido apartidário da discussão)?

Tem uma expressão brasileira, frequentemente mencionada, que parece resumir essa questão: complexo de vira-lata. A frase tem origem na derrota desastrosa do Brasil nas mãos da seleção uruguaia no Maracanã, na final da Copa de 1950. Foi usada por Nelson Rodrigues para descrever “a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo”. E, por todo lado, percebi o que gradualmente comecei a enxergar como o aspecto mais “sofrido” deste país: a combinação do abandono de tudo brasileiro, e veneração, principalmente, de tudo americano. É um processo que parece estrangular a identidade brasileira.

Sei que é complicado generalizar e que minha estada no

Brasil não me torna um especialista, mas isso pode ser visto nos shoppings, clones dos “malls” dos Estados Unidos, com aquele microclima de consumismo frígido e lojas com nomes em inglês e onde mesmo liquidação vira “sale”. Pode ser sentido na comida. Neste “país tropical” tão fértil e com tantos produtos maravilhosos, é mais fácil achar hot dog e hambúrguer do que tapioca nas ruas. Pode ser ouvido na música americana que toca nos carros, lojas e bares no berço do Samba e da Bossa Nova.

Pode ser visto também no estilo das pessoas na rua. Para mim, uma das coisas mais lindas do Brasil é a mistura das raças. Mas, em Sampa, vi brasileiras com cabelo loiro descolorido por toda a parte. Para mim (aliás, tenho orgulho de ser mulato e afro-britânico), dá pena ver o esforço das brasileiras em criar uma aparência caucasiana.

O Brasil está passando por um período difícil e, para muitos brasileiros com quem falei sobre os problemas, a solução ideal seria ir embora, abandonar este país para viver um idealizado sonho americano. Acho esta solução deprimente. Não tenho remédio para os problemas do Brasil, obviamente, mas não consigo me desfazer da impressão de que, talvez, se os brasileiros tivessem um pouco mais de orgulho da própria identidade, este país ficaria ainda mais incrível. Se há insatisfação, não faz mais sentido tentar melhorar o sistema?

Disponível em: <www.pragmatismopolitico.com.br>.

Acesso em: 14 maio 2015. Adaptado.

Tendo como ponto de partida as impressões do estudante inglês Adam Smith sobre o Brasil, formule uma resposta para a seguinte questão:

Existe uma solução para o complexo de vira-lata dos brasileiros?

Seu texto deve:

- fazer referência ao texto, retomando seus argumentos;
- apresentar, com clareza e autonomia, uma resposta à pergunta acima, justificando-a;
- ter de 6 a 8 linhas.

Nesta proposta, trata-se de uma carta argumentativa, um instrumento que permite ao leitor expressar sua opinião sobre assuntos atuais e relevantes que circulam na mídia e, com isso, ter uma participação social mais ativa. O enunciador, nesse caso, é um leitor do artigo “A volta de um Rio que faz sonhar” e o interlocutor é a revista Rio Pesquisa e, por extensão, a própria autora do texto. É importante lembrar, ainda, que como a carta será publicada na revista, também são interlocutores os seus leitores. A interlocução, nesse caso, é fundamental, como em qualquer outra carta, e não se constitui pela simples inclusão de marcas formais. Dada a natureza da revista, a carta deve ser adequada à modalidade escrita.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

4. Enem

C6-H18

Ocorre que a grande obra nunca é apenas a tradução do engenho e arte do seu autor, seja este escritor, filósofo, cientista, pintor, músico, arquiteto, escultor ou cineasta. Em geral, a grande obra é também, ou mesmo principalmente, a expressão do clima sociocultural, intelectual, científico, filosófico e artístico da época, conforme se expressa em alguma coletividade, grupo social, etnia, gênero ou povo.

IANNI, O. Variações sobre arte e ciência.
Tempo Social, n. 1, jun. 2004.

O fragmento define o que é uma grande obra de arte. Como estratégia de construção do texto, o autor faz uso recorrente de

- a) enumerações para sustentar o ponto de vista apresentado.
- b) repetições para retificar as características do objeto descrito.
- c) generalizações para sintetizar as ideias expostas.
- d) adjetivações para descrever a obra caracterizada.
- e) sinonímias para retomar as características da atividade autoral.

5. Enem**C6-H18****O mundo mudou**

O mundo mudou. “O mundo mudou” porque está sempre mudando. E sempre estará, até que um dia chegue o seu alardeado fim (se é que chegará). Hoje vivemos “protegidos” por muitos cuidados e paparcicos, sempre sob a forma de “serviços”, e desde que você tenha dinheiro para usá-los, claro. Carro quebrou na marginal? Relaxe, o guincho da seguradora virá em minutos resgatá-lo. Tem dificuldade de locomoção? Espere, a empresa aérea disporá de uma cadeira de rodas para levá-lo ao terminal. Surgiu uma goteira no seu chalé em plenas férias de verão? Calma, o moço que conserta telhados está correndo para lá agora. Vai ficando para trás um outro mundo – de iniciativas, de gestos solidários, de amizade, de improvisação (sim, “quem não improvisa se inviabiliza”, eu diria, parafraseando Chacrinha). Estamos criando uma geração que não sabe bater um prego na parede, trocar um botijão de gás, armar uma rede. É, o mundo mudou sim. Só nos resta o telefone do SAC, onde gastaremos nossa bÍlis com impropérios ao vento; ou o site da loja de eletrodomésticos onde ninguém tem nome (que saudade dos Reginaldos, Edmilsons e Velosos!). Ligaremos para falar com a nossa própria solidão, a nossa dependência do mundo dos serviços e a nossa incapacidade de viver com real simplicidade, soterrados por senhas, protocolos e pendências vãs. Nem Kafka poderia sonhar com tal mundo.

ZECA BALEIRO. Disponível em: <www.istoe.com.br>. Acesso em: 18 maio 2013. (Adaptado)

O texto trata do avanço técnico e das facilidades encontradas pelo homem moderno em relação à prestação de serviços. No desenvolvimento da temática, o autor

- a) mostra a necessidade de se construir uma sociedade baseada no anonimato, reafirmando a ideia de que a intimidade nas relações profissionais exerce influência negativa na qualidade do serviço prestado.
- b) apresenta uma visão pessimista acerca de tais facilidades porque elas contribuem para que o homem moderno se torne acomodado e distanciado das relações afetivas.
- c) recorre a clássicos da literatura mundial para comprovar o porquê da necessidade de se viver a simplicidade e a solidariedade em tempos de solidão quase inevitável.
- d) defende uma posição conformista perante o quadro atual, apresentando exemplos, em seu cotidiano, de boa aceitação da praticidade oferecida pela vida moderna.
- e) acredita na existência de uma superproteção, que impede os indivíduos modernos de sofrerem severos danos materiais e emocionais.

6. Enem**C6-H18**

O jornal vai morrer. É a ameaça mais constante dos especialistas. E essa nem é uma profecia nova. Há anos a frase é repetida. Experiências são feitas para atrair leitores na era da comunicação nervosa, rápida, multicolorida, performática. Mas o que é o jornal? Onde mora seu encanto?

O que é sedutor no jornal é ser ele mesmo e nenhum outro formato de comunicação de ideias, histórias, imagens e notícias. No tempo das muitas mídias, o que precisa ser entendido é que cada um tem um espaço, um jeito, uma personalidade.

Quando surge uma nova mídia, há sempre os que a apresentam como tendência irreversível, modeladora do futuro inevitável e fatal. Depois se descobre que nada é substituído e o novo se agrega ao mesmo conjunto de seres através dos quais nos comunicamos.

Os jornais vão acabar, garantem os especialistas. E, por isso, dizem que é preciso fazer jornal parecer com as outras formas da comunicação mais rápida, eletrônica, digital. Assim, eles morrerão mais rapidamente. Jornal tem seu jeito. É imagem, palavra, informação, ideia, opinião, humor, debate, de uma forma só dele.

Nesse tempo tão mutante em que se tuíta para milhares, que retuítam para outros milhares o que foi postado nos blogs, o que está nos sites dos veículos on-line, que chance tem um jornal de papel que traz uma notícia estática, uma foto parada, um infográfico fixo?

Terá mais chance se continuar sendo jornal.

LEITÃO, Miriam. Jornal de papel. *O Tempo*, n. 5 684, 8 jul. 2012. Adaptado.

Muito se fala sobre o impacto causado pelas tecnologias da comunicação e da informação nas diferentes mídias. A partir da análise do texto, conclui-se que essas tecnologias

- a) mantêm inalterados os modos de produção e veiculação do conhecimento.
- b) provocam rupturas entre novas e velhas formas de comunicar o conhecimento.
- c) modernizam práticas de divulgação do conhecimento hoje consideradas obsoletas.
- d) substituem os modos de produção de conhecimentos oriundos da oralidade e da escrita.
- e) contribuem para a coexistência de diversos modos de produção e veiculação de conhecimento.

7. Enem

O comportamento do público, em geral, parece indicar o seguinte: o texto da peça de teatro não basta em si mesmo, não é uma obra de arte completa, pois ele só se realiza plenamente quando levado ao palco. Para quem pensa assim, ler um texto dramático equivale a comer a massa do bolo antes de ele ir para o forno. Mas ele só fica pronto mesmo depois que os atores deram vida àquelas emoções; que cenógrafos compuseram os espaços, refletindo externamente os conflitos internos dos envolvidos; que os figurinistas vestiram os corpos sofredores em movimento.

LACERDA, R. Leitores. *Metáfora*, n. 7, abr. 2012.

Em um texto argumentativo, podem-se encontrar diferentes estratégias para guiar o leitor por um raciocínio e chegar a determinada conclusão. Para defender sua ideia a favor da incompletude do texto dramático fora do palco, o autor usa como estratégia argumentativa a

- a) comoção.
- b) analogia.
- c) identificação.
- d) contextualização.
- e) enumeração.

ESTUDO PARA O ENEM

8. Enem

Texto I

A beleza parece caminhar em uma linha tênue entre as escolhas do indivíduo e a imposição coletiva. Se, por um lado, cada um pode buscar a beleza da maneira que considerar melhor para si, por outro, cuidar da beleza torna-se um imperativo. Modelos funcionam como fonte de comparação social e a exposição às imagens idealizadas da mídia tem como efeito uma redução no nível de satisfação dos indivíduos com relação à própria imagem. Este processo de comparação social também influencia fortemente a autoestima do indivíduo. A percepção de uma discrepância acentuada entre o eu real e o eu ideal gera ansiedade e sentimento de insatisfação com relação ao seu autoconceito e, conseqüentemente, uma redução na sua autoestima. Na tentativa de atingir um ideal estético socialmente aceito, muitos se dedicam a uma luta incansável para esculpir o corpo perfeito e aproximar-se de um padrão de beleza.

FONTES, O. A.; BORELLI, F. C.; CASOTTI, L. M. Como ser homem e ser belo? Um estudo exploratório sobre a relação entre masculinidade e o consumo de beleza. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br>>. Acesso em: 22 jun. 2015. Adaptado.

Texto II



ROSSETTI, C. Disponível em: <www.carolrossetti.com.br>. Acesso em: 21 jul. 2017.

Texto III

Os transtornos alimentares mais relevantes em nosso contexto sociocultural são a anorexia e a bulimia nervosas. A anorexia nervosa se caracteriza pelo pavor descabido e inexplicável que a pessoa tem de engordar, com grave distorção da sua imagem corporal. Para atingir esse padrão de "beleza" inatingível, o anoréxico se submete a regimes alimentares bastante rigorosos e agressivos. Já a bulimia nervosa se caracteriza pela ingestão compulsiva e exagerada de alimentos, geralmente muito calóricos, seguida por um enorme sentimento de culpa em função dos "excessos" cometidos. Não podemos perder de vista que a formação da autoimagem corporal de cada pessoa está fortemente influenciada pela maneira como a sociedade "impõe" o que é ser um corpo esteticamente apreciável.

SILVA, A. B. B. *Bullying: mentes perigosas nas escolas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. Adaptado.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Conseqüências da busca por padrões de beleza idealizados", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

REDAÇÃO NO ENEM

28



GABRIEL RAMOS/ISTOCKPHOTO

- Atribuição de notas
- Análise das competências

HABILIDADES

- Compreender o contexto de produção da redação no Enem
- Compreender as competências avaliadas

Toda proposta de redação nos vestibulares requer dos candidatos um conhecimento prévio da estrutura exigida. Há bancas que cobram gêneros variados, ou seja, dependendo do ano, o aluno pode ser surpreendido pela escolha do tipo de texto proposto – uma carta, um verbete, um resumo, um artigo de opinião etc. No Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) isso não acontece, pois a proposta será sempre um texto dissertativo-argumentativo centrado em problemas sociais que o país enfrenta.

Se, por um lado, o aluno sente a segurança de não ser surpreendido por uma estrutura desconhecida por ele, por outro, surge a apreensão sobre a produção de argumentos que estejam de acordo com as competências cobradas pelo Enem.

Segundo o manual disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o participante deve, necessariamente, compor sua redação tendo em mente as cinco competências avaliadas. Essas competências têm relação direta com os eixos cognitivos avaliados pelo exame:

EIXOS COGNITIVOS (comuns a todas as áreas de conhecimento)	COMPETÊNCIAS (específicas da prova de redação)
<p>Dominar linguagens: dominar a norma culta da língua portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.</p>	<p>Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.</p>
<p>Compreender fenômenos: construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.</p>	<p>Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.</p>
<p>Enfrentar situações-problema: selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas para tomar decisões e enfrentar situações-problema.</p>	<p>Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.</p>
<p>Construir argumentação: relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas para construir argumentação consistente.</p>	<p>Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.</p>
<p>Elaborar propostas: recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.</p>	<p>Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado que respeite os direitos humanos.</p>

Atribuição de notas

O texto é lido por dois corretores de maneira independente. Cada avaliador atribui nota entre 0 e 200 pontos para cada uma das cinco competências. A nota do candidato será a média aritmética entre as notas de cada avaliador, exceto em casos de discrepância entre as duas notas.

Considera-se discrepância quando as notas atribuídas pelos avaliadores:

- Diferirem, no total, por mais de 100 pontos.
- Obtiverem diferença superior a 80 pontos em qualquer uma das competências.

Se houver discrepância, um terceiro avaliador lê a redação. A nota final será a média aritmética entre as duas avaliações que mais se aproximarem.

Na persistência da discrepância, o texto será avaliado por uma banca composta por professores que atribui a nota definitiva.

Razões para que a redação receba nota 0 (zero)

A redação receberá nota zero se o texto:

- Fugir totalmente ao tema.
- Não obedecer à estrutura dissertativo-argumentativa.
- Ter extensão de até 7 linhas.
- Conter cópia integral de texto(s) motivador(es) da Proposta de Redação e/ou de texto(s) motivador(es) apresentado(s) no Caderno de Questões.
- Trazer impróprios, desenhos e outras formas propositais de anulação (como números ou sinais gráficos fora do escopo do texto).
- Possuir parte deliberadamente desconectada do tema proposto.
- Apresentar assinatura, nome, apelido ou rubrica fora do local devidamente designado para a assinatura do participante.
- Constituir-se predominantemente em língua estrangeira.
- Estiver escrito apenas na folha de rascunho.

Serão desconsideradas na correção trechos copiados dos textos motivadores e/ou das questões da prova.

É importante procurar escrever a redação com letra legível e no espaço devidamente indicado, onde é possível passar a limpo o que foi produzido na folha de rascunho. Além disso, uma redação com letra ilegível poderá não ser bem avaliada por impedimento da leitura.

O título é elemento opcional na produção da redação e é considerado como linha escrita, ainda que não seja avaliado sob nenhum dos aspectos da matriz. É recomendável, portanto, priorizar o tempo para o planejamento e o desenvolvimento do texto, sendo

secundária a criação do título. Não copie o tema da proposta como título da redação; prefira sintetizar a tese do texto em poucas palavras para dar nome a ele. Parte da autoria é a exposição de um posicionamento diante do tema e, nesse sentido, um bom título expressa a opinião construída ao longo da dissertação, fortalecendo a estrutura do texto argumentativo.

Análise das competências

COMPETÊNCIA 1

Nesta competência é observado o domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa. Estão inclusos, assim, os conhecimentos das convenções da escrita (acentuação, ortografia, uso do hífen, separação silábica etc. em consonância com o Acordo Ortográfico vigente desde 2016), gramaticais (concordância verbal e nominal, flexão de nomes e verbos, pontuação, regência verbal e nominal, colocação pronominal), de adequação ao registro formal (ausência de marcas da oralidade) e seleção vocabular expressiva.

Assim, na competência 1, são valorizados: o uso do sentido literal e preciso das palavras em detrimento da imprecisão e da falta de clareza; a articulação entre frases e períodos de modo complexo e claro, e não a desarticulação entre as partes do parágrafo; a obediência às normas gramaticais, e não a infração ao padrão gramatical.

É importante destacar que a quantidade de desvios também é considerada: quanto maior a quantidade e a variedade, menor a nota neste quesito.

COMPETÊNCIA 2

Tanto a pertinência em relação ao tema quanto a adequação ao gênero dissertativo-argumentativo são avaliados nesta competência. Quanto ao tema, é possível que a redação produzida seja totalmente adequada ou inadequada, mas entre os extremos de adequação e inadequação está a tangência, ou seja, quando desenvolvemos um aspecto um aspecto específico do tema que deveria ser base para um argumento ou exemplo. Já em relação ao gênero textual, costuma-se identificar algumas situações: inadequação, quando a(o) candidata(o) apresenta texto em outro gênero; escrita de dissertação meramente expositiva; apresentação de dissertação-argumentativa propriamente dita.

Para executar essas tarefas com adequação é preciso:

- ler com atenção a proposta e a coletânea;
- extrapolar as ideias presentes nos textos motivadores;
- não copiar trechos dos textos da prova;
- refletir sobre o tema;
- valer-se das informações e do conhecimento ao longo da formação escolar;
- não ultrapassar o tema nem ficar aquém do esperado para o gênero dissertativo-argumentativo.

COMPETÊNCIA 3

Esta competência associa argumentação e coerência. Isso porque avalia a seleção, relação, organização e interpretação (operações necessárias ao planejamento e à criação de textos argumentativos) de “informações, fato, opiniões e argumentos” (materiais de base para a argumentação) “em defesa de um ponto de vista” (propósito do gênero solicitado). A coerência está na necessidade de que o texto seja inteligível em si e em relação com os contextos de produção e de leitura, ou seja, deve-se assumir que o leitor-avaliador tem um amplo repertório e que o texto será avaliado de acordo com conhecimentos de mundo.

As ações apresentadas no início da competência sugerem que o texto deve ser planejado. Logo, recomenda-se que, antes de selecioná-las, as ideias sobre o tema sejam reunidas. Após essa separação de acordo com a pertinência para a argumentação, deve-se verificar o que pode ser transformado em argumento de acordo com as possibilidades de desenvolvimento a partir do conhecimento de mundo, da capacidade de associar exemplos ou bases para a sustentação como citações, fatos, dados etc.

Para organizar a argumentação, escolha um critério: cronológico, espacial, prós e contras, contra argumentação. Assim, será visível o planejamento do texto. Conferir ao texto a sensação de unidade entre início e conclusão também é muito importante. Tente apresentar o tema com estratégias que permitam a retomada ao final do texto.

Assim, podemos dizer que neste quesito são muito bem-vindas a presença explícita de posicionamento, a progressão sem falhas assim como a relevância dos argumentos tanto quanto na Competência 2, pois essas são características do gênero dissertação-argumentativa. Serão penalizadas nesta competência: a fragmentação de ideia, contradições internas e com o mundo concreto, falta de progressão.

COMPETÊNCIA 4

Complementar à anterior, esta competência alia argumentação e coesão, ou seja, o uso produtivo da norma culta e de seus expedientes expressivos para que o texto seja claro, lógico e, de fato, argumentativo.

Será valorizada a articulação entre frases, períodos e parágrafos. Assim, as relações lógicas (ressalvas, causas, consequências, comparações etc.) e gramaticais (coordenação e subordinação) entre frases e períodos devem ser adequadas e explícitas tanto quanto as relações entre as unidades maiores, os parágrafos. Logo, apenas registrar expressões como “por outro lado”, no segundo parágrafo de argumentação, e “portanto”, ao iniciar a conclusão, por exemplo, confere ao texto apenas parte do cumprimento deste quesito.

Além disso, deve-se evitar repetições com o uso de recursos diversos: substituição de palavras e ideias por pronomes demonstrativos, pessoais e possessivos; uso de sinônimos, antônimos, hiperônimos e hipônimos; substituição por conectores; omissão de elementos já mencionados.

COMPETÊNCIA 5

Esta competência configura o diferencial da grade de correção do Enem. Nas dissertações-argumentativas de outros vestibulares, a conclusão por proposta de intervenção é apenas uma das opções enquanto no Exame é obrigatória. Assim, espera-se do candidato que, após defender um posicionamento acerca do tema proposto com argumentos que muito provavelmente evidenciaram problemas, apresente proposta(s) de intervenção coerente com o desenvolvimento do texto que respeite os direitos humanos; logo, valores cidadãos como igualdade e diversidade não podem ser desarticulados das ações sugeridas.

Mas só a presença da proposta não basta; é preciso que ela seja detalhada. Para compô-la, é preciso explicitar, ao menos, os seguintes elementos:

- AÇÃO (O que deve ser feito?)
- AGENTE (Que ator social deve executar a ação?)
- MEIOS DE EXECUÇÃO (Como a ação será viabilizada?)
- EFEITOS DA AÇÃO (O que acontecerá como consequência?)

LEITURA COMPLEMENTAR

A Competência V e o exercício da cidadania

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional logo no seu primeiro artigo, define a educação como resultado dos processos formativos que se desenvolvem em múltiplas esferas, tais quais a família e as organizações da sociedade civil, nas mais variadas manifestações culturais e nas instituições de ensino e pesquisa. Aponta também para o fato de que seu alcance regulatório se dará no âmbito da educação escolar desenvolvida em instituições próprias.

Vista como um processo complexo e que se materializa em várias esferas da sociedade, a educação tem por finalidade o desenvolvimento pleno do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Esses objetivos devem ser perseguidos pela família e pelo Estado em colaboração com a sociedade.

Nessa moldura, o Estado figura como responsável por ofertar ensino em estabelecimentos próprios para tal fim e deve, também, avaliar a educação escolar para verificar se os seus objetivos, definidos na Constituição Federal e na LDB, estão sendo efetivamente concretizados.

Se o objetivo precípua deste texto fosse exclusivamente nos debruçarmos sobre aspectos da avaliação da educação básica no Brasil, seríamos capazes de elencar diversos instrumentos aplicados pelo Estado para verificação da qualidade do ensino no país. Perceberíamos que a maioria desses instrumentos é bastante eficaz em avaliar o desenvolvimento de competências e habilidades intimamente relacionadas com os conhecimentos ministrados aos alunos nas disciplinas escolares. A redação do Enem, entretanto, figura como um instrumento avaliativo que transcende a mera aferição de conteúdos adquiridos em uma ou outra disciplina escolar de forma compartimentada. Pela exigência de que o participante elabore, em seu texto, uma proposta de intervenção para o problema abordado, que respeite os direitos humanos, a redação do Enem passa a ser vista como o único instrumento avaliativo capaz de aferir, de forma direta, o quão bem-sucedidos foram a família, o Estado e a sociedade na consecução do objetivo constitucional de formar pessoas preparadas para o exercício pleno da cidadania.

Longe de almejar ser unicamente um texto que será avaliado apenas pelos aspectos da coesão e da coerência textuais, o formato do gênero redação para o Enem exige que o participante se coloque diante de uma situa-

ção complexa da realidade brasileira ou internacional e apresente uma proposta que contenha minimamente o binômio agentividade e factibilidade, ou seja, quem são os agentes mais indicados para a solução do problema – Estado, família, sociedade ou mesmo o indivíduo – e o quão factível essa intervenção se apresenta. Uma factibilidade telúrica, ou ainda eivada de radicalismo que a torne contraproducente ou impossível de ser materializada, apresenta-se como um forte indício de que o processo educacional não foi deveras suficiente para inserir o educando em um conjunto de práticas vistas como cidadãs.

A noção de cidadania, que é historicamente constituída, ampliou-se modernamente e não comporta mais apenas um perfil passivo de um conjunto de direitos garantidos pelo Estado. Para além disso, exige-se um perfil ativo que requer engajamento direto dos indivíduos nas questões do Estado. Desse modo, transcendendo a dimensão civil e política, a cidadania [...] apresenta-se agora em pelo menos quatro dimensões, quais sejam, a social, a econômica, a educacional e a existencial.

[...]

Analisando-se por esse prisma, no momento em que elabora sua proposta de intervenção na redação, o participante demonstra que é capaz de interligar um conjunto de conteúdos conceituais e procedimentais adquiridos em todos os processos formativos, escolares ou não, pelos quais passou, em uma postura de conteúdo atitudinal que pode ser traduzida como a sua ação cidadã perante a realidade na qual vive.

[...]

É impossível, pois, pensar o conceito de cidadania com um viés dissociado da noção de direitos humanos, não apenas porque ambas as ideias se encontram na gênese da participação do indivíduo como membro integrante do tecido social, mas por conta de que, com o passar dos anos e com a aproximação dos Estados nacionais dos tratados de direitos humanos, essas noções foram incorporadas às constituições desses Estados, positivando-se sob a forma do princípio da dignidade da pessoa humana e dos demais direitos fundamentais.

ABREU, Ricardo Nascimento. Exercício da cidadania e direitos humanos – as funções da competência V na redação do Enem. In: GARCEZ, Lucília Helena do Carmo; CORRÊA, Vilma Reche. *Textos dissertativos-argumentativos: subsídios para qualificação de avaliadores*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017. Adaptado.

ROTEIRO DE AULA

REDAÇÃO NO ENEM

As competências avaliadas na prova de redação do Enem são:

Competência 1

Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.

Competência 2

Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.

Competência 3

Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

Competência 4

Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

Competência 5

Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado que respeite os direitos humanos.

ROTEIRO DE AULA

Os principais motivos pelos quais uma redação recebe nota 0 (zero) são:

fuga

total ao tema;

não atendimento da estrutura

dissertativo-argumentativa;

extensão

de até 7 linhas;

cópia integral de

texto(s) motivador(es) da Proposta de Redação e/ou de texto(s) motivador(es) apresentado(s) no Caderno de Questões;

formas propositais de anulação como

impropérios, desenhos e parte deliberadamente desconectada do tema proposto;

identificação do candidato com

assinatura, nome, apelido ou rubrica fora da linha apropriada para a assinatura

texto predominantemente em

língua estrangeira;

folha de redação em

branco, mesmo que haja texto escrito na folha de rascunho.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. Mack-SP (adaptada) – Redija uma dissertação a tinta, desenvolvendo um tema comum aos textos abaixo.

Obs.: O texto deve ter título e estabelecer relação entre o que é apresentado nos textos da coletânea.

Texto I

É absolutamente importante o contato com a arte por crianças e adolescentes. Primeiro, porque no processo de conhecimento da arte são envolvidos, além da inteligência e do raciocínio, o afetivo e o emocional, que estão sempre fora do currículo escolar. A minha geração fez sua educação emocional a partir de filmes de Hollywood, o que é uma barbaridade. Não se conversava sobre sentimentos na escola. Segundo, porque a arte estimula o desenvolvimento da inteligência racional, medida pelo teste de QI. O pesquisador Janes Catteral estudou a influência da aprendizagem de arte na inteligência, que será aplicada a qualquer outra disciplina. Além disso, grande parte da produção artística é feita no coletivo. Isso desenvolve o trabalho em grupo e a criatividade.

Ana Mae Barbosa, professora e pesquisadora em arte-educação.

Texto II

Por vezes à noite há um rosto
Que nos olha do fundo de um espelho
E a arte deve ser como esse espelho
Que nos mostra o nosso próprio rosto.

Jorge Luis Borges

Os textos abordam a importância do ensino de artes na educação básica – o que propicia não só a aquisição de conhecimento, mas também a necessária formação cultural humanística. O primeiro texto apresenta a noção da importância das artes na educação para o desenvolvimento da sempre subestimada inteligência emocional quanto para o desenvolvimento da inteligência racional. Já os versos de Borges tematizam a importância da arte para o autoconhecimento.

Leia o texto a seguir para responder às questões 2 a 3.

A marca de dez anos da falência do banco americano Lehman Brothers, evento catalisador da crise financeira que então se espalhava pelo mundo, suscita oportuno debate a respeito de seu legado e da capacidade da economia global para lidar com novos choques.

Do lado positivo, o sistema bancário se mostra mais sólido do que antes. Regulação apertada e maior exigência de capital para o funcionamento das instituições reduzem o risco de novo colapso.

Mas a sombra da crise continua a se projetar, mesmo uma década depois, quando se tem em conta que a maioria dos 24 países onde houve problemas ainda não retornou à tendência anterior de crescimento da renda, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

De modo geral, mesmo nos países ricos, governos em situação financeira mais frágil terão menos espaço para atuar num novo socorro ao setor privado.

Mesmo a estabilidade bancária duramente conquistada pode se mostrar algo ilusória, afinal, na medida em que inovações tecnológicas e a entrada de inéditos participantes no mercado trazem desafios novos para a regulação.

O prognóstico de cooperação internacional numa eventual nova crise tampouco se mostra animador. Se em 2009 houve alinhamento no âmbito do G20, com participação dos países em desenvolvimento, o momento atual é distinto. A competição geopolítica entre EUA e China é um dos fatores a dificultar uma ação coordenada.

Já o Brasil, dez anos depois, ainda se apresenta incapaz de retomar a expansão econômica sustentada. Ao próximo governo, que não pode contar com os ventos favoráveis do quadro externo, só restará a opção de estabilizar sua dívida e recuperar a confiança doméstica.

Editorial. *Folha de S.Paulo*. 10.set.2018. Adaptado.

2. FGV-SP – Na passagem do último parágrafo “.. que não pode contar com os ventos favoráveis do quadro externo...” emprega-se uma

- a) antítese para contrapor a situação ruim da economia brasileira aos bons indícios de recuperação dos demais países.
- b) metonímia para comparar a situação emergencial da economia brasileira a outras economias em dificuldades.
- c) metáfora para sinalizar a ausência de um contexto internacional propício à expansão econômica brasileira.
- d) comparação para mostrar que a situação da economia brasileira é mais estável que a de países ricos, inclusive.
- e) ironia para sugerir que a economia brasileira está em situação muito pior do que se tem divulgado normalmente.

“Ventos favoráveis” é uma metáfora que, no texto, sugere a ideia de recuperação econômica.

3. FGV-SP – No período “Ao próximo governo, [...] só restará a opção de estabilizar sua dívida e recuperar a confiança doméstica.” (último parágrafo), a relação entre as orações é de

- a) adição, e elas podem ser reescritas da seguinte forma: Ao próximo governo, só restará a opção de não apenas estabilizar sua dívida, como também recuperar a confiança doméstica.
- b) oposição, e elas podem ser reescritas da seguinte forma: Ao próximo governo, só restará a opção de estabilizar sua dívida, entretanto recuperando a confiança doméstica.
- c) conclusão, e elas podem ser reescritas da seguinte forma: Ao próximo governo, só restará a opção de estabilizar sua dívida e, assim, recuperar a confiança doméstica.
- d) alternância, e elas podem ser reescritas da seguinte forma: Ao próximo governo, só restará a opção de estabilizar sua dívida ou recuperar a confiança doméstica.
- e) explicação, e elas podem ser reescritas da seguinte forma: Ao próximo governo, só restará a opção de estabilizar sua dívida, pois recuperará a confiança doméstica.

A conjunção coordenativa “e” estabelece relação de adição com a oração anterior.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

4. ITA-SP – No dia 2 de setembro, ocorreu um incêndio no Museu Nacional que destruiu grande parte de seu acervo, do qual apenas cerca de 1% estava exposto. Mais antigo do país, esse museu foi fundado por D. João VI em 1818 e está localizado em um palacete imperial, na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. A Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (Unesco) considerou que o incêndio foi uma grande perda para o Brasil e para a humanidade, comparada à destruição das ruínas da cidade de Palmira, na Síria.

A partir da leitura dos excertos e da charge apresentados a seguir, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa. Os textos poderão servir como subsídios para a sua argumentação, mas não devem ser integralmente copiados.

Texto I

O incêndio que consumiu o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, não pode ser encarado como uma tragédia. Um foco de fogo que destruiu uma obra, mas fosse rapidamente debelado, seria uma tragédia. A queima de uma instituição com 200 anos e um acervo de 20 milhões de itens, que não contava com estrutura adequada de prevenção a incêndios, não é um acidente, mas um empreendimento. Um projeto coletivo, pacientemente implementado ao longo do tempo por um Estado e uma sociedade que condenaram seu patrimônio histórico, natural, científico e cultural à inanição. [...]

Esse projeto coletivo não enxerga barreiras ideológicas e matizes políticos. [...] Pois não se trata apenas de recursos financeiros e vontade. Um fogo que consome um museu inteiro é paradigmático da ausência de um projeto nacional que veja esse patrimônio como subsídio fundamental para a construção de um país melhor. E que, portanto, precisaria ser protegido a qualquer custo. Se assim fosse, haveria recursos para monitorar, conservar e estudar nosso patrimônio da mesma forma que existe para garantir o funcionamento dos mais diversos palácios que hospedam os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário pelo país. Até porque representantes políticos vêm e vão, mas nossa história fica. O povo seria o primeiro a ocupar palácios para pedir recursos a museus.

Fonte: <<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br>>. Acesso em: set. 2018.

Texto II

O Museu Nacional teve menos visitantes em 2017 do que o número de brasileiros que visitou o Museu do Louvre no mesmo ano. O Museu Nacional registrou 192 mil visitantes em 2017, segundo informou a assessoria de imprensa da instituição à BBC News Brasil. No mesmo período, 289 mil brasileiros passaram pelo Louvre, em Paris, na França, uma das principais instituições de arte do mundo, segundo registros do próprio museu. O número de brasileiros que visitaram o museu francês é 50,5% superior à visitação total da instituição brasileira. O Louvre teve um aumento de 82% do número de visitantes do Brasil no ano passado em relação a 2016.

Fonte: <<http://noticias.uol.com.br>>. Acesso em: set. 2018.

Texto III

Museus em chamas, bibliotecas entregues às traças e prédios históricos devorados por cupins ou simplesmente colocados à venda pelo preço do terreno. Em um cenário de crise econômica e com imposição de um teto para os gastos públicos federais, a Cultura e a preservação do patrimônio histórico acabam sendo uma das primeiras e maiores vítimas. A destruição de boa parte do Museu Nacional na noite de domingo, no Rio de Janeiro, é um exemplo extremo do que se repete silenciosa e diariamente em todo o país.

São Paulo, o Estado mais rico do país, se tornou uma vitrine do descaso com o patrimônio. Já arderam nas chamas o Teatro Cultura Artística, em 2008, o Memorial da América Latina, em 2013, o Museu da Língua Portuguesa, em 2015, e a Cinemateca, em 2016. Por fim, o Museu do Ipiranga, um dos mais importantes do país, encontra-se fechado há cinco anos para reformas. O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, Condephaat, por exemplo, dispõe de apenas 50 000 reais para realizar a manutenção e avaliação preventiva de 2 000 bens tombados em 645 municípios neste ano. Outros 75 000 reais são recursos vinculados que, por problemas burocráticos, não são utilizados pelo órgão, segundo a reportagem apurou. De acordo com fontes da entidade, o valor pleiteado foi de 1 milhão de reais para que o conselho pudesse desempenhar sua função de forma adequada.

Fonte: <<https://brasil.elpais.com/brasil>>. Acesso em: set. 2018.

Texto IV

Fonte: <www.diariodocentrodomundo.com.br>. Acesso em: set. 2018.

Texto para as questões de 5 a 7.

Limites da manipulação genética

Nos últimos anos, a possibilidade de manipulação genética de seres humanos se tornou tecnicamente real, o que levou à publicação de vários manifestos da comunidade científica internacional contra o uso da técnica em embriões, óvulos e espermatozoides humanos. Não aceitamos alterações genéticas que possam ser transmitidas às próximas gerações. Apesar disso, cientistas

chineses publicaram um trabalho descrevendo a criação de embriões humanos geneticamente modificados! Abrimos a Caixa de Pandora?

Ainda não. Os pesquisadores chineses só testaram o quão segura a técnica é de fato em embriões humanos – afinal, se um dia pudéssemos, por exemplo, corrigir a mutação no gene do câncer de mama, interromperíamos a herança genética familiar e os filhos não correriam o risco de herdar a doença.

Se temos algo a ganhar com a técnica, não vale a pena testá-la? Sim, mas existe uma linha muito tênue entre ousadia e irresponsabilidade, e o desenvolvimento científico não pode cruzá-la. Assim, para ficar do lado de cá dessa fronteira, foram usados embriões defeituosos de fertilização *in vitro*. Neles foram injetadas pequenas moléculas construídas para consertar um gene que, quando “mutado”, causa uma forma grave de anemia. Dos 54 embriões analisados, somente quatro tinham o gene corrigido. Além disso, eles também tinham alterações genéticas em outros locais não planejados do genoma – ou seja, a tal molécula muitas vezes erra o seu alvo...

Em resumo, o trabalho demonstrou que a técnica de edição de genoma é ineficiente e insegura para se utilizar em embriões humanos – exatamente o que a comunidade científica previa e questionava, com o objetivo de que esse procedimento não fosse feito em embriões humanos.

O que não significa que as pesquisas nesse sentido devam ser interrompidas. Se tivéssemos proibido as pesquisas em transplante cardíaco em 1968, quando 80% dos pacientes transplantados morriam, nunca teríamos tornado esse procedimento uma realidade que hoje em dia salva muitas vidas. Cientistas seguirão aprimorando a técnica para torná-la mais eficiente e segura. Porém, essas pesquisas devem ser conduzidas de forma absolutamente ética – aliás, todas as pesquisas devem ser conduzidas assim; mas, quando envolvem embriões humanos, mais ainda.

E enquanto nós, cientistas, resolvemos os aspectos técnicos, conclamamos legistas, psicólogos, sociólogos e a população em geral para discutir as vantagens e os riscos de usar a tecnologia de edição do genoma em seres humanos. Para pesquisar ou para evitar doenças como câncer e Alzheimer? Sim. E para que o bebê nasça com olhos azuis, mais inteligente, mais alto? Não. Em que situações permitiremos sua aplicação?

Um cenário que, há 15 anos, era ficção científica agora é tão real que devemos discuti-lo urgentemente. No Brasil, já estamos precavidos: a Lei de Biossegurança de 2005 proíbe “engenharia genética em célula germinal humana, zigoto humano e embrião humano”. Talvez um dia tenhamos que rever o texto para considerar casos específicos em que essa engenharia genética possa ser feita. Mas, por enquanto, estamos protegidos – que orgulho!

PEREIRA, L. *O Globo*. Opinião. 12 maio 2015.
Disponível em: <<<https://oglobo.globo.com>>.
Acesso em: 20 jun. 2017. Adaptado.

5. Faculdade de Medicina de Petrópolis-RJ – A frase que resume a tese defendida no texto é

- a) As pesquisas para aprimorar a manipulação genética devem ser conduzidas de forma absolutamente ética, de modo a tornar a técnica mais eficiente e segura.
- b) As iniciativas em tecnologia de manipulação genética devem ser caracterizadas pela ousadia, porque são muitas as barreiras que se apresentam aos cientistas.
- c) A Lei de Biossegurança brasileira já deve ser revista para incorporar situações em que a engenharia genética possa ser utilizada sem riscos aos pacientes.
- d) A possibilidade de impedir doenças relacionadas à transmissão genética justifica eticamente os procedimentos de manipulação de embriões humanos.
- e) A tecnologia de edição do genoma em seres humanos já deveria ter sido permitida para programar traços físicos e psicológicos de crianças.

6. Faculdade de Medicina de Petrópolis-RJ – No texto, a afirmação da pesquisadora no trecho “a comunidade científica previa e questionava, com o objetivo de que esse procedimento não fosse feito em embriões humanos” (4º parágrafo) apoia-se no argumento de que a(s)

- a) pesquisas genéticas são caras e trabalhosas, o que só favorece os países mais ricos e desenvolvidos.
- b) experiências de manipulação genética de embriões humanos relatadas no texto apresentaram resultados bem-sucedidos.
- c) possibilidade de escolher os traços físicos e psicológicos dos bebês justifica a utilização de métodos de manipulação genética em humanos.
- d) técnica de edição de genomas é ineficiente e insegura para se utilizar em embriões humanos, podendo ocasionar resultados indesejados.
- e) prevenção de doenças como o câncer e o Alzheimer contribui para que a pesquisa genética em embriões humanos beneficie a humanidade.

7. Faculdade de Medicina de Petrópolis-RJ – Depois de defender que as experiências em manipulação genética não sejam interrompidas, tendo em vista a comparação com as pesquisas em transplante cardíaco, no século passado, o texto desenvolve a ideia de que

- a) os pesquisadores chineses foram cuidadosos ao realizar pesquisa com embriões defeituosos para desenvolver testes de engenharia genética.
- b) a técnica de edição de genoma é ineficiente e insegura para ser utilizada em embriões humanos, conforme defende a comunidade científica.
- c) a comunidade científica internacional já publicou vários manifestos contra o uso da técnica da manipulação genética em embriões, óvulos e espermatozoides humanos.
- d) a correção da mutação no gene do câncer de mama poderia evitar a transmissão familiar, de modo a impedir que a doença se manifeste nos descendentes.
- e) a engenharia genética em célula germinal humana, zigoto humano e embrião humano já foi proibida em nosso país a partir de uma lei da década passada.

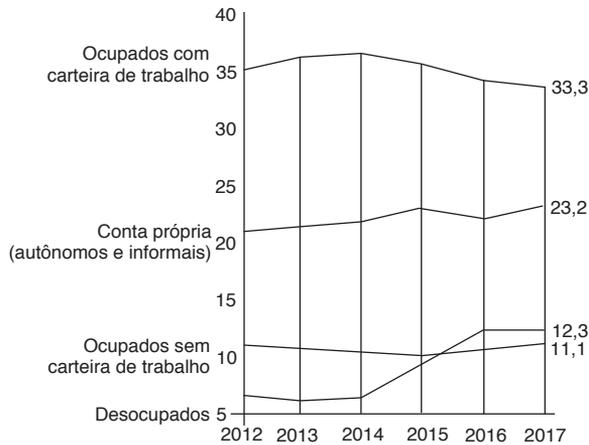
ESTUDO PARA O ENEM

8. Enem

Texto I

Evolução do mercado de trabalho

Veja o número de pessoas segundo a forma de trabalho (em milhões)



Fonte: Portal G1 com dados do IBGE. Disponível em: <<https://g1.globo.com>>. Acesso em: 7 maio 2018. Adaptado.

Texto II

Moedas sociais circulam por todo o Brasil e impulsionam economia das comunidades

Engana-se quem pensa que o Real é a única moeda em circulação no Brasil. Além dele, existem centenas de outras, chamadas de moedas sociais, já muito usadas em diversas regiões do país. As moedas sociais estão ligadas a bancos comunitários. Elas são consideradas complementares à moeda oficial brasileira e, em geral, são lastreadas pelo Real. Hoje, as mais de cem moedas sociais em circulação no Brasil movimentam mais de R\$ 6 milhões por ano, seja em crédito produtivo, seja em meio circulante físico. Esses bancos atuam onde os bancos tradicionais não entram.

Disponível em: <www.conexao planeta.com.br>. Acesso em: 7 maio 2018. Adaptado.

Texto III

Desde 2011, os Xavante da aldeia Marãiwatsédé fazem parte da Rede de Sementes do Xingu. A aldeia Ripá, da mesma etnia, se juntou a eles no trabalho de coleta e comercialização de sementes florestais para a recuperação de áreas degradadas. Além de ser uma importante alternativa econômica para os Xavante, a atuação na produção de sementes efetiva caminhos para o mapeamento participativo dos territórios e integra valorização da cultura tradicional com novas oportunidades para os jovens.

Texto IV

P.S.O.: Qual seria a importância principal da economia solidária na sociedade brasileira atual?

Paul Singer: O trabalho é uma forma de aprender, de crescer, de amadurecer, e essas oportunidades a economia solidária oferece a todos, sem distinção. [...] Os trabalhadores não têm um salário assegurado no fim do mês, que é uma das conquistas importantes dos trabalhadores no sistema capitalista, no qual eles não participam dos lucros e tampouco dos riscos. Agora, trabalhando em sua própria cooperativa, eles são proprietários de tudo o que é produzido, mas também os prejuízos são deles.

SINGER, Paul. Economia Solidária. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 22, n. 62, jan./abr. 2008. Entrevista concedida a Paulo de Salles Oliveira.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Formas de organização da sociedade para o enfrentamento de problemas econômicos no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

EXERCÍCIOS INTERDISCIPLINARES

9. Enem

C5-H15

São Paulo, 10 de janeiro de 1979.

Exmo. Sr. Presidente Ernesto Geisel.

Considerando as instruções dadas por V. S. de que sejam negados os passaportes aos senhores Francisco Julião, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Luís Prestes, Paulo Schilling, Gregório Bezerra, Márcio Moreira Alves e Paulo Freire.

Considerando que, desde que nasci, me identifico plenamente com a pele, a cor dos cabelos, a cultura, o sorriso, as aspirações, a história e o sangue destes oito senhores.

Considerando tudo isto, por imperativo de minha consciência, venho por meio desta devolver o passaporte que, negado a eles, me foi concedido pelos órgãos competentes de seu governo.

Carta do cartunista Henrique de Souza Filho, conhecido como Henfil. In: HENFIL. *Cartas da mãe*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. (Adaptado)

No referido contexto histórico, a manifestação do cartunista Henfil expressava uma crítica ao(a)

- censura moral das produções culturais.
- limite do processo de distensão política.
- interferência militar de países estrangeiros.
- representação social das agremiações partidárias.
- impedimento de eleição das assembleias estaduais.

10. Enem

C8-H26

– Famigerado? [...]

– Famigerado é "inóximo", é "célebre", "notório", "notável" ...

– Vosmecê mal não veja em minha grossaria no não entender. Mais me diga: é desaforado? É caçoável? É de arrenegar? Farsância? Nome de ofensa?

– Vilta nenhuma, nenhum doesto. São expressões neutras, de outros usos ...

– Pois ... e o que é que é, em fala de pobre, linguagem de em dia de semana?

– Famigerado? Bem. É: “importante”, que merece louvor, respeito ...

ROSA, G. Famigerado. In: *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Nesse texto, a associação de vocábulos da língua portuguesa a determinados dias da semana remete ao

- a) local de origem dos interlocutores.
- b) estado emocional dos interlocutores.
- c) grau de coloquialidade da comunicação.
- d) nível de intimidade entre os interlocutores.
- e) conhecimento compartilhado na comunicação.

11. UFRGS-RS

Muita gente que ouve a expressão “políticas linguísticas” pela primeira vez pensa em algo solene, formal, oficial, em leis e portarias, em autoridades oficiais, e pode ficar se perguntando o que seriam leis sobre línguas. De fato, há leis sobre línguas, mas as políticas linguísticas também podem ser menos formais – e nem passar por leis propriamente ditas. Em quase todos os casos, figuram no cotidiano, pois envolvem não só a gestão da linguagem, mas também as práticas de linguagem, e as crenças e valores que circulam a respeito delas. Tome, por exemplo, a situação do cidadão das classes confortáveis brasileiras, que quer que a escola ensine a norma culta da língua portuguesa. Ele folga em saber que se vai exigir isso dos candidatos às vagas para o ensino superior, mas nem sempre observa ou exige o mesmo padrão culto, por exemplo, na ata de condomínio, que ele aprova como está, desapegada da ortografia e das regras de concordância verbais e nominais preconizadas pela gramática normativa. Ele acha ótimo que a escola dos filhos faça baterias de exercícios para fixar as normas ortográficas, mas pouco se incomoda com os problemas de redação nos enunciados das tarefas dirigidas às crianças ou nos textos de comunicação da escola dirigidos à comunidade escolar. Essas são políticas linguísticas. Afinal, onde há gente, há grupos de pessoas que falam línguas. Em cada um desses grupos, há decisões, tácitas ou explícitas, sobre como proceder, sobre o que é aceitável ou não, e por aí afora. Vamos chamar essas escolhas – assim como as discussões que levam até elas e as ações que delas resultam – de políticas. Esses grupos, pequenos ou grandes, de pes-

soas tratam com outros grupos, que por sua vez usam línguas e têm as suas políticas internas. Vivendo imersos em linguagem e tendo constantemente que lidar com outros indivíduos e outros grupos mediante o uso da linguagem, não surpreende que os recursos de linguagem lá pelas tantas se tornem, eles próprios, tema de política e objetos de políticas explícitas. Como esses recursos podem ou devem se apresentar? Que funções eles podem ou devem ter? Quem pode ou deve ter acesso a eles? Muito do que fazemos, portanto, diz respeito às políticas linguísticas.

GARCEZ, P. M.; SCHULZ, L. Do que tratam as políticas linguísticas. *ReVEL*, v. 14, n. 26, 2016.

Considere as possibilidades de reescrita apresentadas abaixo para a seguinte passagem do texto.

Afinal, onde há gente, há grupos de pessoas que falam línguas. Em cada um desses grupos, há decisões, tácitas ou explícitas, sobre como proceder, sobre o que é aceitável ou não, e por aí afora. Vamos chamar essas escolhas – assim como as discussões que levam até elas e as ações que delas resultam – de políticas.

- I. Afinal, onde há gente, há grupos de pessoas que falam línguas, e em cada um desses grupos há decisões – tácitas ou explícitas – sobre como proceder, sobre o que é aceitável ou não etc. Vamos chamar de políticas essas escolhas, assim como as discussões que levam até elas e as ações que delas resultam.
- II. Vamos chamar as discussões que levam às escolhas feitas por cada um dos grupos de pessoas que falam línguas, bem como as ações que resultam dessas discussões, as decisões, tácitas ou explícitas, sobre como proceder, sobre o que é aceitável ou não, de políticas. Afinal, onde há gente, há grupos de pessoas que falam línguas.
- III. Vamos chamar de políticas as decisões, tácitas ou explícitas, de grupos de línguas faladas por pessoas. Afinal, onde há gente, há escolhas sobre como proceder, sobre o que é aceitável ou não, e por aí afora, assim como as discussões que levam até elas e as ações delas resultantes.

Quais estão corretas e preservam o sentido do trecho original?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO



APRESENTAÇÃO

PRODUÇÃO DE TEXTO

O trabalho da produção de texto não se limita a propostas de redação desvinculadas da prática social, embora priorize textos argumentativos e expositivos. Os módulos contribuem para o domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e a escolha de registro. Eles, também, capacitam o aluno a compreender as propostas de redação de diversos concursos vestibulares e a aplicar, com propriedade, os conceitos das áreas de conhecimento para desenvolver o tema abordado com uso de argumentação consistente e intervenção detalhada, articulada com a discussão estabelecida no(s) texto(s) motivador(es), aplicando repertório diversificado de recursos coesivos. O conteúdo, teoricamente embasado na linguística textual, e os exercícios, que formalizam em prática os tópicos abordados ao longo da teoria, correspondem ao que é cobrado em qualquer vestibular do país e, sobretudo, no Enem.

CONTEÚDO

PRODUÇÃO DE TEXTO

Volume	Módulo	Conteúdo
4	23	Editorial
	24	Artigo de opinião
	25	Carta argumentativa
	26	Carta do leitor
	27	Estratégias para um bom texto
	28	Redação no Enem

23 EDITORIAL

Comentários sobre o módulo

Entre os gêneros argumentativos mais frequentes nos vestibulares, está o editorial. A ideia do módulo é diferenciá-lo de outros gêneros jornalísticos opinativos. Além disso, é importante analisar os comandos de produção do gênero em uma prova recente – neste caso, no simulado teste aplicado pela Unicamp em 2011 para os novos modelos da prova.

Para ir além

BONONI, Adair. Os gêneros do jornal. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v. 4, n. 1, p. 205-231, jul./dez. 2003. Disponível em:

<www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2012/portugues_artigos/generojournal.pdf>.

Acesso em: abr. 2019.

THOMAZ, Joseli Rezende; TAVELA, Maria Cristina Weitzel. Estudando o gênero editorial. In: *Portal do Professor*. Disponível em:

<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=26652>>.

Acesso em: abr. 2019.

Página da *Folha de S. Paulo* na qual o jornal expõe as opiniões do grupo acerca de temas como economia, política, educação, segurança pública etc. Disponível em:

<www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/o-que-a-folha-pensa.shtml>.

Acesso em: abr. 2019.

Além do editorial de *O Globo* citado no texto de leitura complementar, recomendamos um editorial da *Folha de S. Paulo*. Sugerimos como atividade extra a leitura dos textos e a pesquisa sobre as atuais visões a respeito do regime militar:

Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro. Editorial, *O Globo*, 31 ago. 2013. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>.

Acesso em: mar. 2019.

1964. Editorial, *Folha de S. Paulo*, 30 mar. 2014. Disponível em:

<www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/03/1433004-editorial-1964.shtml>.

Acesso em: mar. 2019.

Exercícios propostos

4. D

Todos os dados utilizados para justificar a relação entre o uso de drogas ou de álcool e os casos de homicídios e de mortes no trânsito, principalmente no ano de 2016, são retirados do estudo da Faculdade de Medicina da USP.

5. A

Ao classificar a situação como uma “carnificina cotidiana”, o autor do editorial utiliza a hipérbole, figura de linguagem que acentua o problema dos homicídios e das mortes no trânsito.

6. A

Os dados apresentados destacam o uso de entorpecentes entre motoristas profissionais.

7. C

O uso da expressão “no entanto” no final do trecho destacado reforça a restrição que diferencia o Brasil dos países que utilizam evidências empíricas para planejar políticas de prevenção.

Estudo para o Enem

8. D

Por ser um gênero jornalístico opinativo, o editorial interpreta criticamente os fatos, em vez de apenas informar o leitor acerca do descarte do lixo. Podemos observar dois trechos em que a referência ao próprio jornal podem ajudar a explorar uma das funções sociais do gênero: “A última edição deste periódico” e “Infelizmente, no local em questão, a reportagem” – entre eles, o último possui também juízo de valor.

Competência de área 7 – Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.

H22 – Relacionar, em diferentes textos, opiniões, temas, assuntos e recursos linguísticos.

24 ARTIGO DE OPINIÃO

Comentários sobre o módulo

Neste módulo, deu-se sequência à análise das especificidades do gênero artigo de opinião. Como gênero igualmente solicitado em diferentes vestibulares, analisamos uma ocorrência recente de produção de artigo opinativo.

Para ir além

CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristin; DUARTE, Milcinele da Conceição. *Artigo de opinião*: sequência didática funcionalista. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionários de gêneros textuais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Exercícios propostos

4. E

No 5º parágrafo, o autor afirma: “Melhor seria focar o ensino na leitura dirigida de textos maiores da tradição filosófica. Um adolescente tem todas as condições de ter uma primeira leitura produtiva de textos [...]. São obras que abrem parte de suas questões diante de uma primeira leitura dirigida. Eles permitem ainda uma problematização sobre questões maiores como o amor, a política, a auto-identidade, a injustiça social e as aspirações da razão”; e conclui, no parágrafo seguinte: “Nesse sentido, ganharíamos mais se os cursos fossem direcionados, por um lado, ao aprendizado sistemático da leitura e da interpretação”.

5. C

No 3º parágrafo, o autor afirma: “A adolescência transformou-se entre nós em um momento de revisão profunda do sistema de valores e crenças, de abertura e de profunda insegurança. Em sociedades com tendências a criticar modelos de autoridade baseados no legado da tradição e na repetição de experiências passadas, sociedades que incitam os indivíduos a tomar em seus ombros a responsabilidade pela construção de seus estilos de vida, inclusive como estratégia

para apagar os impasses propriamente sociais de nossos modelos de conduta e julgamento, a adolescência será necessariamente vivenciada de forma mais angustiante”.

6. C

No 7º parágrafo, o autor complementa o argumento em defesa da leitura sistemática de textos filosóficos: “Por outro lado, e sei que isso pode estranhar alguns, ganharíamos muito se uma parte dos cursos de Filosofia para os adolescentes fosse dedicada ao ensino da Lógica. Nossos alunos chegam às universidades com dificuldades de escrita e raciocínio que poderiam ser minoradas se eles tivessem cursos de Lógica. Sei que essa é uma das disciplinas de que nossos alunos de Filosofia menos gostam, mas eles ganhariam muito, em todas as áreas, se tivessem uma formação mais sistemática no campo da lógica e da teoria do conhecimento”.

7. C

Apenas a segunda afirmação está incorreta já que nenhuma filosofia oriental é citada no texto.

Estudo para o Enem

8. D

O uso de formas verbais em primeira pessoa inclui tanto o autor do texto quanto seus leitores no ponto de vista de que todos desenvolvem uma “uma relação simbiótica de dependência mútua com os veículos de comunicação”.

Competência de área 7 – Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.

H24 – Reconhecer no texto estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público, tais como a intimidação, sedução, comção, chantagem, entre outras.

25 CARTA ARGUMENTATIVA

Comentários sobre o módulo

Neste módulo, estudamos o gênero textual carta argumentativa. Esse gênero tem como característica a comunicação que conduz o leitor a focar a atenção no interlocutor, isto é, no destinatário de sua mensagem, bem como nos procedimentos argumentativos usados para convencê-lo de um ponto de vista.

Para ir além

COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionários de gêneros textuais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

RODRIGUES, Sérgio. *Cartas brasileiras* – correspondências históricas, políticas, célebres, hilárias e inesquecíveis que marcaram o país. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

USHER, Shaun. *Cartas extraordinárias* – a correspondência inesquecível de pessoas notáveis. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Exercícios propostos

4. A

Considerando as características da carta e do bilhete, pode-se afirmar que a inovação tecnológica promovida pelo e-mail chega, inclusive, a substituí-los em muitas ocasiões, principalmente em ambientes de trabalho.

Competência de área 9 – Entender os princípios, a natureza, a função e o impacto das tecnologias da comunicação e da informação, na sua vida pessoal e social, no desenvolvimento do conhecimento, associando-os aos conhecimentos científicos, às linguagens que lhes dão suporte, às demais tecnologias, aos processos de produção e aos problemas que se propõem solucionar.

H29 – Identificar, pela análise de suas linguagens, as tecnologias de comunicação e informação.

5. D

A linguagem culta é empregada em virtude do interlocutor da carta, o Presidente da República.

Competência de área 6 - Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.

H25 - Identificar, em textos de diferentes gêneros, as marcas linguísticas que singularizam as variedades linguísticas sociais, regionais e de registro.

6. Orientação:

A situação quase improvável atualmente propõe colocar o aluno em um contexto de produção textual cuja necessidade dos meios se impõe em relação à expressão. O assunto exige que o aluno esteja atualizado, assim como o suporte demanda concisão.

7. Orientação:

É importante alertar para o uso de pronomes de tratamento e tom da carta adequados não só à autoridade, o prefeito de uma cidade, mas também à situação de comunicação formal. Aproveite a atividade para discutir os problemas específicos dos espaços públicos de sua cidade com os alunos.

Estudo para o Enem

8. C

Os dois textos apontam a ineficácia dos políticos em solucionar problemas sociais e administrar calamidades.

Competência de área 7 – Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.

H22 – Relacionar, em diferentes textos, opiniões, temas, assuntos e recursos linguísticos.

MA TERIA DE USO DO SISTEMA

26 CARTA DO LEITOR

Comentários sobre o módulo

Este módulo completa o estudo dos gêneros jornalísticos opinativos. Além das características específicas do gênero, são estudados exemplos de textos produzidos no vestibular da Unicamp, um dos muitos que propõem a produção da carta do leitor.

Para ir além

ALVES FILHO, Francisco. *Gêneros jornalísticos*. São Paulo: Cortez, 2011.

COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionários de gêneros textuais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Exercícios propostos

4. E

No segundo parágrafo, o autor afirma: “No fim das contas, os computadores e a Internet são úteis e divertidos, e os empresários e engenheiros se dedicaram a fundo para inventar novas maneiras de fazer com que desfrutemos dos prazeres, benefícios e vantagens práticas da revolução tecnológica, geralmente sem ter que pagar por esse privilégio”.

5. C

No sétimo parágrafo, o autor afirma: “É uma filosofia quimérica que abrange um amálgama estranho de credos, incluindo a fé neoliberal no livre mercado, a confiança maoísta no coletivismo, a desconfiança libertária na sociedade e a crença evangélica em um paraíso a caminho. Mas o que realmente motiva o Vale do Silício tem muito pouco a ver com ideologia e quase tudo com a forma de pensar de um adolescente”.

6. A

No final do texto, o autor afirma: “Olhando retrospectivamente, nos equivocamos ao ceder tanto poder sobre nossa cultura e nossa vida cotidiana a um punhado de grandes empresas da Costa Oeste dos Estados Unidos. Chegou o momento de corrigir o erro”.

7. Orientação:

Ressalte características da carta do leitor, como estreita relação com o texto com o qual dialoga; assim, será necessário que o aluno retome a argumentação do texto para posicionar-se na “defesa ponderada das redes sociais” e na argumentação “a favor da ideia de que elas possam ser usadas criticamente no mundo contemporâneo”.

Estudo para o Enem

8. E

A alternativa correta traz a frase mais adequada para expressar a concordância do leitor com a resolução sobre o tombamento dos imóveis citados, uma vez que a palavra “tombamento”, ao contrário do que muitos podem pensar (ao fazer associação com tombo, de cair), refere-se à decisão de colocar imóveis de valor histórico e interesse público sob a guarda do governo, o que garante sua preservação.

Competência de área 6 – Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.

H18 – Identificar os elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos.

27 ESTRATÉGIAS PARA UM BOM TEXTO

Comentários sobre o módulo

Neste módulo, são esclarecidas algumas orientações para a leitura e o aproveitamento da coletânea nas provas de redação. Além disso, é destacada a importância do planejamento, do rascunho e da revisão.

Para ir além

ABREU, Atônio Suárez. *O design da escrita* – redigindo com criatividade e beleza, inclusive ficção. Cotia: Ateliê, 2008.

BLIKSTEIN, Izidoro. *Técnicas de comunicação escrita*. São Paulo: Ática, 2011.

BOAVENTURA, Edivaldo. *Como ordenar as ideias*. São Paulo: Ática, 2007. (Série Princípios)

EMEDIATO, Wander. *A fórmula do texto*. São Paulo: Geração, 2012.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. *Oficina de texto*. Petrópolis: Vozes, 2014.

FISH, Stanley. *Como escrever e ler uma sentença*. São Paulo: Saraiva, 2011.

GARCEZ, Lucília H. do Carmo. *Técnicas de redação* – o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LIBERATO, Yara; FULGÊNCIO, Lúcia. *É possível facilitar a leitura* – um guia para escrever claro. São Paulo: Contexto, 2012.

PERROTA, Claudia. *Um texto pra chamar de seu* – preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PIGNATARI, Nínive. *Como escrever textos dissertativos*. São Paulo: Ática, 2010.

SANTAELLA, Lucia. *Redação e leitura* – guia para o ensino. São Paulo: Cengage, 2013.

SAUTCHUK, Inez. *Perca o medo de escrever: da frase ao texto*. São Paulo: Saraiva, 2011.

VAL, Maria das Graças Costa. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Exercícios propostos

4. A

Há predominância da enumeração em três sequências do trecho: “engenho e arte do seu autor, seja este escritor, filósofo, cientista, pintor, músico, arquiteto, escultor, cineasta”; “expressão do clima sociocultural, intelectual, científico, filosófico e artístico da época”; “conforme se expres-

sa em alguma coletividade, grupo social, etnia, gênero ou povo”.

Competência de área 6 – Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.

H18 – Identificar os elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos.

5. B

O autor, ao apresentar a dificuldade do “novo mundo” em fazer coisas por si só, indica uma visão pessimista e inconformada diante da realidade encontrada.

Competência de área 6 – Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.

H18 – Identificar os elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos.

6. E

A autora não tentou desvincular a ideia de que jornais podem ter um fim, mas sim dizer que as novas tecnologias apresentam formas diversas de transmitir informação.

Competência de área 6 – Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.

H18 – Identificar os elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos.

7. B

O autor usa de analogia (relação de semelhança entre itens) para demonstrar sua ideia de incompletude do texto dramático ao relacioná-lo com a produção de um bolo.

Competência de área 6 – Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.

H18 – Identificar os elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos.

Estudo para o Enem

8. Orientação:

É importante observar a especificidade do tema (“Consequências da busca por padrões de beleza idealizados”). A coletânea apresenta ideias comuns ao tema, como transtornos alimentares e distúrbios psicológicos; assim, o aluno deve indicar as consequências da busca por padrões de beleza como problemas a serem enfrentados pelo Estado com políticas públicas.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

28 REDAÇÃO NO ENEM

Comentários sobre o módulo

O módulo apresenta comentários para cada competência da Matriz de Referência da prova de redação do Enem. São disponibilizadas dicas para que se obtenha nota máxima em cada competência.

Para ir além

CHOCIAY, Rogério. *Redação no vestibular da Unesp – a dissertação*. São Paulo: Cultura Acadêmica/Fundação Vunesp, 2008.

SALVADOR, Arlete. *Como escrever para o Enem*. São Paulo: Contexto, 2013.

SQUARISI, Dad; CURTO, Célia. *Redação para concursos e vestibulares*. São Paulo: Contexto, 2012.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. *A arte de escrever bem*. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *Escrever melhor – guia para passar textos a limpo*. São Paulo: Contexto, 2013.

VIANA, Antonio Carlos. *Guia de redação: escreva melhor*. São Paulo: Scipione, 2011.

_____. *Roteiro de redação: lendo e argumentando*. São Paulo: Scipione, 2006.

Exercícios propostos

4. Orientação:

O tema deve ser aproveitado para exemplificar a recorrência de temas atuais nos vestibulares. Outra abordagem propícia à coletânea é o trabalho com diferentes fontes de informação e de formação de opinião, pois entre os textos há uma notícia, um artigo e uma charge.

Os textos abordam também os diferentes agentes responsáveis por tragédias como esta, que repete o caso do Museu da Língua Portuguesa em São Paulo. Não só governantes mas também a sociedade mostram-se coniventes com a precariedade do patrimônio histórico nacional e a sua preservação.

5. A

[A] É exatamente o que o autor afirma, parafraseando o 1º parágrafo.

[B] Segundo o autor, as pesquisas precisam ser conduzidas com ousadia e responsabilidade.

[C] A Lei Brasileira contempla aspectos éticos necessários neste momento; a revisão seria crucial futuramente, em casos específicos.

[D] As pesquisas envolvendo embriões humanos requerem ainda mais ética, o que é discutido, considerando diversos setores da sociedade.

[E] Empregar tais técnicas para programar traços físicos e psicológicos de crianças não é considerado ético pelo autor, que defende o uso delas para questões relacionadas à transmissão hereditária de doenças.

6. D

[A] Não há no texto qualquer referência à precificação das pesquisas ou ao favorecimento a determinado grupo de países.

[B] Os resultados da pesquisa não foram bem-sucedidos, como a comunidade científica previra.

[C] O autor é contrário ao emprego de técnicas de manipulação genética com finalidades físicas ou psíquicas.

[D] Até o presente momento, as pesquisas não apresentaram resultados bem-sucedidos, o que não significa sua interrupção.

[E] Ainda não há confirmação de que as técnicas de manipulação genética alcançam os resultados esperados.

7. E

[A] Os pesquisadores chineses apenas testaram a segurança dos procedimentos, o que foi falho.

[B] A comunidade científica, apesar de prever falhas e não permitir pesquisas com embriões humanos, defende a continuidade delas de modo ético, tal qual ocorreu com o transplante cardíaco.

[C] A informação apresentada condiz com o pensamento do autor, mas é descrita antes de ele defender que as experiências em manipulação genética não sejam interrompidas.

[D] A informação apresentada condiz com o pensamento do autor, mas é descrita antes de ele defender que as experiências em manipulação genética não sejam interrompidas.

[E] A referência à Lei de Biossegurança condiz com as afirmações do autor e é apresentada na conclusão do texto, portanto, após a defesa de que as experiências em manipulação genética não sejam interrompidas.

Estudo para o Enem

8. Orientação:

É importante orientar aos alunos para o fato de que o tema é facilmente transponível para uma pergunta: “Quais são as formas de organizar a sociedade brasileira para enfrentar os problemas econômicos no país?”. A partir dessa questão, é possível ler a coletânea como um conjunto de ideias alternativas acerca da economia liberal adotada no Brasil.

Exercícios Interdisciplinares

9. B

A carta de Henfil a Geisel denota que o processo de distensão política durante o regime militar possuía limites. Percebe-se isso pela negação de passaportes para militantes e políticos de esquerda, como Leonel Brizola.

Competência de área 5 – Analisar, interpretar e aplicar recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização e estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção.

H15 – Estabelecer relações entre o texto literário e o momento de sua produção, situando aspectos do contexto histórico, social e político.

10. C

O uso da linguagem informal denota um grau de coloquialidade na comunicação entre os interlocutores. O personagem do conto profere as expressões “importante” e “que merece louvor” para facilitar a compreensão do interlocutor.

Competência de área 8 – Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.

H26 – Relacionar as variedades linguísticas a situações específicas de uso social.

11. A

Em [II], a redação interfere na coesão do texto, com novas associações de trechos que alteram o sentido original. Além do problema de falta de pontuação, alterou-se a relação semântica entre escolhas e decisões. Em [III], novamente há outra relação semântica estabelecida, desta vez entre políticas e decisões; no texto original, são as escolhas que se relacionam com o aspecto político.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO



Pearson

PRÉ-VESTIBULAR
EXTENSIVO

4

